



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS DA NATUREZA II
CURSO DE ARQUEOLOGIA E CONSERVAÇÃO DE ARTE RUPESTRE

ANDREZA GOMES DA SILVA

**OS IMPACTOS DO URBANISMO NEOLIBERAL NA COMUNIDADE DA AVENIDA
BOA ESPERANÇA EM TERESINA, A PARTIR DA PERSPECTIVA DA
ARQUEOLOGIA SOCIAL**

Teresina – PI

2024

ANDREZA GOMES DA SILVA

**OS IMPACTOS DO URBANISMO NEOLIBERAL NA COMUNIDADE DA AVENIDA
BOA ESPERANÇA EM TERESINA, A PARTIR DA PERSPECTIVA DA
ARQUEOLOGIA SOCIAL**

Monografia apresentada ao Curso de Bacharelado em Arqueologia e Conservação de Arte Rupestre da Universidade Federal do Piauí, como requisito da disciplina Monografia II e para obtenção do título de Bacharel em Arqueologia.

Orientadora: Profa. Dr.^a. Jóina Freitas Borges

Teresina – PI

2024

ANDREZA GOMES DA SILVA

**OS IMPACTOS DO URBANISMO NEOLIBERAL NA COMUNIDADE DA AVENIDA
BOA ESPERANÇA EM TERESINA, A PARTIR DA PERSPECTIVA DA
ARQUEOLOGIA SOCIAL**

APROVADA EM: ____ de agosto de 2024.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dr^a Jóina Freitas Borges (UFPI)

Orientadora

Profa. Dr^a Andréa Lourdes Monteiro Scabello (UFPI)

Examinadora Interna

Prof. Dr. Vinícius Melquíades dos Santos (UFPI)

Examinadora Interno

Maria Lúcia Oliveira Souza

Examinadora Externa

Profa. Dr^a Fernanda Codevilla Soares

Examinadora Interna

AGRADECIMENTOS

Agradeço a mim, por ter tido a coragem de continuar mesmo com as dificuldades que surgiram ao longo dessa jornada.

A minha família pelo apoio constante, em especial aos meus pais, Jovelina Pereira da Silva e Fernando Gomes da Silva, que sempre apontaram a educação como transformadora.

Agradeço a Marcilene e Sinval que também acompanharam meu caminho desde o ingresso no curso.

Agradeço a minha orientadora Jóina Freitas Borges, uma inspiração, que sempre demonstrou compreensão e apoio durante alguns dos momentos mais complicados. Obrigada por ser uma educadora dedicada a provocar constantemente seus alunos, por suas contribuições tão significativas e necessárias pela desconstrução. Obrigada pelo afeto. Foi uma honra aprender com você.

Agradeço a comunidade da Boa Esperança pela gentileza e generosidade em nos receber, em conversar e nos ensinar tanto, conhecimentos que também foram fundamentais para continuar o processo de desconstrução iniciado em sala de aula. Todas as experiências vividas com vocês, as rodas de conversas, seus saberes, seus modos de vida, foram aprendizados valiosos para compreender melhor os caminhos deste trabalho, de modo que, se construísse alinhado as suas lutas constantes. Mesmo consciente de que posso não ter contribuído muito com a comunidade, espero, ainda assim, que esta monografia tenha uma repercussão positiva.

Agradeço as minhas amigas que a universidade e a vida me deram. Obrigada Maria Lídia, Camilly e Lorena por compartilharem muitos dos momentos mais alegres e descontraídos que tornaram os primeiros anos de curso mais fáceis. Sou grata a Gilciane por proporcionar momentos divertidíssimos enquanto aguardávamos as aulas de Anatomia Humana deitadas naquele corredor e a Ângela, que nos julgava pelas nossas conversas, virava para o lado e dormia. Agradeço a Girlene, minha prima e amiga, com quem compartilhei tantos momentos de alegria e tristeza. Sou agradecida a Joice Müller pelo afeto tão reconfortante que me dedicou desde quando nos conhecemos e por encorajar a superar as minhas inseguranças.

Obrigada aos meus pais, família e amigas.

Finalizo meus agradecimentos, expressando minha gratidão, respeito e amor a todas as pessoas mencionadas, e aquelas que aqui não foram citadas, mas que contribuíram direta e

indiretamente em minha trajetória pessoal e profissional. Pois sem vocês, não seria possível começar agradecendo a mim, por persistir.

A vocês, minha profunda gratidão.

Aos esfarrapados do mundo e aos que neles se descobrem e, assim descobrindo-se, com eles sofrem, mas, com eles lutam.

Paulo Freire (2005)

RESUMO

A comunidade tradicional da Avenida Boa Esperança, cujas origens se encontram na zona norte da capital, foi surpreendida no ano de 2007, pelo Programa Lagoas do Norte, lançado pela Prefeitura Municipal de Teresina. Esse programa impôs a desterritorialização de diversos coletivos que desenvolveram, a partir de seus saberes e ciências ancestrais, uma dinâmica própria de convivência com a natureza. Assim, pescadores, lavadeiras, vazanteiros, oleiros, vaqueiros, praticantes de religiões de matriz africana e pessoas pretas que não compõem a elite, e se relacionam com as matas e as águas dos rios Poty e Parnaíba, foram compulsoriamente obrigadas a abandonar seus lares e/ou a lutar por eles. Sob a prerrogativa de “revitalizar”, esse projeto se revelou uma ferramenta de colonização contemporânea promovendo a exclusão social da população local ao reiterar o urbanismo neoliberal como força motriz para remodelar o espaço urbano. Pelo exposto, busquei compreender de que maneira as desterritorializações, como consequência do modelo neoliberal de urbanização das cidades, tem impactado as pessoas, seus modos de vida, seu território e patrimônio a partir da concepção da arqueologia social, almejando uma ciência socialmente envolvida e presente.

Palavras-Chave: Arqueologia Social; Comunidade; Desterritorialização; Urbanismo Neoliberal;

ABSTRACT

The traditional community of Avenida Boa Esperança, which the origins are found at the north zone of Teresina city, was surprised in 2007, by the program Lagoas do Norte, released by city hall of the municipality. This program imposed the deterritorialization in a lot of collectives that evolve it, based on their knowledge and ancient sciences, their own dynamics coexistence with nature. Besides that, fisherman, laundresses, workers from traditional river communities, potters, cowboys, practitioners of African-based religions and black people that don't make part of a privilege group, and have a connection with the forests also with Poty and Parnaíba river waters, were compulsorily obliged to leave their homes and/or fight for it. Under the prerogative of "revitalization", this project were reveled as a contemporary colonization tool that promote the social exclusion of the local population to reaffirm the neoliberal urbanism as a main strength to reshape the urban space. In view of what was exposed, seeking to better understand which way the deterritorialization, as a consequence of neoliberal model of urbanization of cities have been impact people, their life styles, their territory and patrimony from the conception of social archeology, craving for a science that is socially involved and present.

Keywords: Social Archeology; Comunity; Deterritorialization; Neoliberal Urbanism;

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 e 2 - Visita a comunidade da Boa Esperança em trilha a beira do rio	19
Figura 3 - Turistas estrangeiros fotografando a estátua do Cabeça de Cuia, no Parque Ambiental Encontro dos Rios.	64
Figura 4 - Manifestações contra as desapropriações do PLN nos muros da Avenida Boa Esperança.....	73
Figura 5 - Cartazes de manifestações contra as desapropriações do PLN. Acervo do Museu da Resistência da Boa Esperança.....	75
Figura 6 e 7 - Objetos doados pela comunidade para o acervo do Museu da Resistência da Boa Esperança	82
Figura 8 - Exposição de parte do acervo do Museu da Boa Esperança no MAP – UFPI durante o evento Encontro dos Saberes realizado nos dias 27/02, 03, 04, 10, 11 e 18/03	83
Figura 9 - Faixa do movimento Mulheres nos Terreiros da Esperança. Acervo do Museu da Resistência da Boa Esperança.....	87

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Localização dos bairros afetados pelo PLN	49
Mapa 2 - Localização da Avenida Boa Esperança	60
Mapa 3 - Localização da área de influência da Associação Centro de Defesa Ferreira de Sousa.....	78

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Bairros por Área de Intervenção do PLN	52
Quadro 2 - Quantidade de Imóveis previstos para Remoção pelo PRI 1	53
Quadro 3 - Número de famílias atendidas por tipo de afetação – PRI 1	53

LISTA DE SIGLAS

BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
CAU - Conselho de Arquitetura e Urbanismo
CDFS – Centro de Defesa Ferreira de Sousa
GEEPP - Grupo de Estudos e Extensão Pedagogias para os Patrimônios
MAP – Museu de Arqueologia e Paleontologia
PAC - Programa de Aceleração do Crescimento

PLN - Programa Lagoas do Norte

PMT - Prefeitura Municipal de Teresina

PRI - Política de Reassentamento Involuntário

RBJA - Rede Brasileira de Justiça Ambiental

UFPI – Universidade Federal do Piauí

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

Sumário

1	INTRODUÇÃO	11
2	DA ARQUEOLOGIA COMO CIÊNCIA DO PASSADO A UMA ARQUEOLOGIA COMPROMETIDA COM O PRESENTE	20
2.1	Ciência arkhaikós.....	20
2.2	Ciência (do) Presente.....	27
2.3	Por uma Arqueologia socialmente engajada	30
3	DENVOLVIMENTO URBANO E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL	36
3.1	Gentrificação e Urbanismo neoliberal.....	36
3.2	Racismo Ambiental	40
3.3	Programa Lagoas do Norte.....	47
3.4	Reflexos da gentrificação na comunidade da Boa Esperança.....	59
3.5	Projeto Vida Rios	64
4	A BOA ESPERANÇA NA LUTA CONTRA O PARADIGMA DO DESENVOLVIMENTO E EM DIREÇÃO A UM PARADIGMA DE ENVOLVIMENTO	68
4.1	Lagoas do Norte Pra Quem?.....	72
4.2	Centro de Defesa Ferreira de Sousa	76
4.3	Museu da Resistência da Boa Esperança	80
4.4	Mulheres nos Terreiros da Boa Esperança	85
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	88
	REFERÊNCIAS	90

1 INTRODUÇÃO

Ainda que a nossa cor da pele não seja a mesma e que eu tenha ciência das diferenças de percalços que sofre uma comunidade autodeclarada remanescente quilombola numa sociedade onde o racismo é estrutural, não posso deixar de dizer que fui descobrindo, no decorrer da construção deste trabalho, uma semelhança que me aproximou dos moradores da comunidade da Av. Boa Esperança: a relação com a terra e as vivências oriundas dessa aproximação íntima. Assim, esta monografia foi pensada e construída por uma mulher nascida em uma família que desde sempre esteve inserida na lida e cultivo da terra (milho, feijão, macaxeira, arroz) de onde durante boa parte da vida tirou o sustento. E ainda que atualmente as relações com esse ambiente não sejam como outrora, as experiências e histórias cultivadas permanecem como parte importante na constituição familiar.

Alguns conhecimentos adquiridos durante as vivências dos meus pais foram, em certo nível, repassados a mim e a minha irmã, que apesar de não termos participação direta nessas experiências, acabamos absorvendo algumas lições de vida, especialmente com relação as dinâmicas que envolvem o trabalho com a terra, como reconhecer o período de chuvas, o momento ideal para o cultivo de determinada hortaliça, o período da safra de algumas frutas, plantas medicinais e suas aplicações, além de compreender que essa atividade também inclui a interação com outras pessoas, um sentido comunitário que se constrói durante todo esse aprendizado, além do notável envolvimento familiar na realização dessas atividades.

Algumas dessas atividades me vieram à memória ao ouvir alguns depoimentos em visitas realizadas, ou mesmo nas leituras e vídeos assistidos da comunidade Boa Esperança, que me deram uma sensação de reconhecimento.

Ainda que meu lugar natural não seja próximo ao rio Poty, tenho também em minhas vivências um rio, o Riachão, que atravessa a zona rural de Lagoa Alegre (município do norte do Piauí, no qual cresci) e deságua no rio Maratoan, afluente do Rio Longá. Neste rio ouvi muitas histórias contadas por meu pai, que ainda hoje pratica pesca nessas águas e com ele passei a compreender a relação íntima que se estabelece entre aqueles que se conectam com as águas e as margens dos rios, da natureza e animais que também habitam esse mesmo lugar. Afirmo que acerca dessas questões relacionadas a natureza e as experiências diretamente vividas nesse meio, sou uma espectadora, mas pondero que mesmo não tendo uma infância nas margens dos rios e em contato direto com a natureza, preservo um sentimento de respeito pelas matas e pelas águas que percorrem as nossas cidades.

Nesse sentido, esse trabalho que discute sob a ótica interdisciplinar da arqueologia, sobre a luta da Comunidade da Av. Boa Esperança contra o processo de gentrificação, ou, usando um conceito mais atual, o neoliberalismo urbano, e sobre o uso do patrimônio cultural desta comunidade para essa luta, não foi apenas um Trabalho para a Conclusão de Curso, me fez pensar sobre a cidade, me fez compreender sobre a importância da relação das pessoas com a natureza e me fez pensar no meu lugar na cidade em que vivo.

O neoliberalismo urbano, inicialmente tratado como gentrificação, é um processo que tem sido observado desde o século XIX, e que se tornou tema constante de estudos desde a segunda metade do século XX. Esse fenômeno tem seu conceito atrelado inicialmente a Sociologia, área em que obteve bastante destaque com Ruth Glass (1964), de modo que, posteriormente, os fenômenos de transformação ou reformulação urbana passaram a ser amplamente estudados por outras áreas (Leite, 2010; Ribeiro, 2014).

Assim, a urbanização neoliberal se destaca pela relação íntima com a dinâmica econômica e os processos de acumulação de capital, provocando modificações no panorama urbano das cidades alterando, assim, a estrutura social e a paisagem cultural e geográfica desses espaços.

Esse cenário de transformação deixou de ser exclusividade das megacidades e se expandiu para centros urbanos de todo o mundo, inclusive cidades de pequeno e médio porte. Aliado a esse fato, observa-se a crescente mercantilização das cidades sob a perspectiva econômica mundial. Ao passo que seus efeitos extrapolam as dinâmicas do capital e alteram a estrutura social das paisagens culturalmente construídas, assim como prejudica a simbologia dos signos e registros de memórias atribuídos e compartilhados pelos sujeitos (Mendes, 2011; Ribeiro, 2007; Smith, 2002).

Esse fenômeno constante e permanente é observado, sobretudo, na conjuntura contemporânea mundial. Nesse sentido, o presente estudo propõe analisar a presença desse processo na comunidade da Av. Boa Esperança, em Teresina, cujas dinâmicas socioespacial e cultural foram alteradas com a implementação do Programa Lagoas do Norte – PNL, promovido pela Prefeitura Municipal de Teresina sob a justificativa de “revitalização e desenvolvimento urbano” da cidade.

A comunidade, como forma de resistência diante das intervenções desse projeto de “requalificação urbana”, atua como um coletivo de luta contra o avanço das intervenções e modificações ambientais e sociais na região da Av. Boa Esperança e arredores.

Para trabalhar um tema constante no agora, partimos de uma crítica à arqueologia tradicional, propondo uma arqueologia mais socialmente engajada, a partir de aportes da

Arqueologia Pública, Comunitária, Colaborativa, dentre outras, versando sobre as dinâmicas sociais de interesse público e compartilhando conhecimentos de maneira ampla com a comunidade situada nesse cenário.

A questão central que suleia¹ este trabalho é investigar de que maneira a urbanização neoliberal pode ser analisada a partir da perspectiva da Arqueologia social, se voltando para os aspectos que promovem a intensificação desse processo e os fatores que fomentam a segregação espacial e social na paisagem. Além de versar sobre os impactos dessa dinâmica urbana no patrimônio cultural local, salientando os esforços da comunidade para resistir ao avanço do discurso progressista moderno.

Nesse sentido, a intenção deste trabalho é apresentar outras possibilidades, outra arqueologia, enquanto uma disciplina que não necessariamente deve estar atrelada a discussões que envolvam o passado pré-histórico, escavações arqueológicas, análises rupestres, prédios, casarões ou fazendas históricas. Mas que, mais do que isso, se interessa pelos acontecimentos do presente e pelas pessoas que fazem o agora.

Uma abordagem que pode ser desenvolvida a partir de uma concepção mais sensível e social ao estudar comunidades tradicionais e outros grupos, bem como suas experiências de vida, conhecimentos, patrimônio cultural e relações socioespaciais contemporâneas.

Sobre uma Arqueologia Social e Inclusiva, Mendonça (2015, p. 113) entende que:

essa ciência como um sistema de conhecimentos vai para muito além de uma disciplina de escavações de campo e seus resultados sistematizados, abrangendo também ideias, símbolos, imagens, mitos e, por que não dizer, sentimentos. Embora tenha como fonte de investigação objetos concretos, a arqueologia desenvolverá imagens dependentes do intangível da sociedade em que está inserida, não importando a época em que foram elaboradas, e, através delas, despertará o sentimento de identidade e pertença das comunidades numa construção solidária e capaz de incluir e transformar vidas, gerando oportunidades de desenvolvimento social.

A perspectiva social abordada neste trabalho evoca as narrativas que têm sido questionadas e omitidas pela arqueologia desde sua origem, um processo ainda pertinente, de modo que, ainda que comunidades tradicionais sejam reconhecidas como detentoras de grande diversidade de conhecimentos, por exemplo, as suas ciências ancestrais continuam sendo

¹ Significa, portanto, construir paradigmas endógenos e alternativos, abertos, enraizados nas nossas próprias circunstâncias que reflitam a complexa realidade que temos e vivemos; reconhecer o alicerce epistêmico totalitário da modernidade como discurso regional do pensamento europeu (MIGNOLO, 2004; SANTOS, B., 2006). Não significa, porém, uma visão dualista ou maniqueísta, como se “Norte” e “Sul” fosse uma mera questão geográfica. O “Sul” está também no “Norte” e este encontra-se igualmente no primeiro (ADAMS, 2008, p. 397).

deslegitimadas diante da validação apenas dos conhecimentos produzidos pela academia. Esses sujeitos, no entanto, somente passam a ocupar os espaços institucionais quando o cientificismo acadêmico os coloca no lugar de objetos de estudo.

Essa posição restringe esses atores aos limites impostos pelos discursos hegemônicos, como aponta Fernandes (et al., 2017, p. 81), nesse lugar seus saberes e experiências não são reconhecidos como importantes, tão pouco podem exercer poder a partir do seu ponto de vista. Essa passividade imposta pelas narrativas dominantes/coloniais, foi um dos fatores que ascenderam para começar a questionar a violência epistêmica que nos acostumamos a naturalizar.

O despertar para um pensamento crítico acerca da produção de conhecimento, do que consideramos como conhecimento e especialmente sobre o sistema de ensino que instiga a aprender através de metodologias nas quais apenas decoramos fatos e datas históricas, surgiu especialmente enquanto cursava a disciplina de História da América Portuguesa. As aulas foram como uma experiência de aprender a perceber cognitivamente o mundo novamente, perceber o quão presos estávamos a uma dinâmica de ensino que nos contava somente aquilo que favorecia os nossos algezes enquanto mantinha nossas mentes acorrentadas. Fora da caixinha colonizadora pude pensar para além, sobre o conceito de decolonialidade² que até então nunca tinha ouvido falar.

Foram leituras e discussões a partir de autores como Alencastro (2000), Chakrabarty (2009), Costa e Grosfoguel (2016), Pezzodipane (2013), Quijano (2005), Hemming (2007), entre outras pesquisadoras e pesquisadores que proporcionaram uma releitura crítica significativa sobre as narrativas hegemônicas historicamente propagadas. Tais reflexões possibilitaram compreender “a história que a história não conta” e “o avesso do mesmo lugar” como diz o samba-enredo campeão da Escola Mangueira no ano de 2019, bem como a importância de reconhecer personagens históricos que não são retratados como deveriam ou em alguns casos nem mesmo são mencionados pelos livros.

² “É assinalar a necessidade de visibilizar, enfrentar e transformar estruturas e instituições que diferencialmente posicionam grupos, práticas e pensamentos dentro de uma ordem e lógica que, ao mesmo tempo e ainda, é racial, moderno-ocidental e colonial. Uma ordem em que todos fomos, de uma maneira ou outra, participantes. Assumir esta tarefa implica em um trabalho de orientação decolonial, dirigido a romper as correntes que ainda estão nas mentes, como dizia o intelectual afrocolombiano Manuel Zapata Olivella; desescravizar as mentes, como dizia Malcolm X; e desaprender o aprendido para voltar a aprender, como argumenta o avô do movimento afroequatoriano Juan García. Um trabalho que procura desafiar e derrubar as estruturas sociais, políticas e epistêmicas da colonialidade – estruturas até agora permanentes – que mantêm padrões de poder enraizados na racialização, no conhecimento eurocêntrico e na inferiorização de alguns seres como menos humanos. É a isso que me refiro quando falo da decolonialidade” (WALSH, 2009, p. 24).

Buscando adentrar em reflexões da arqueologia enquanto uma ciência social e interessada no presente, e de que forma esses debates têm ajudado a repensar criticamente a sua prática e produção de conhecimento arqueológico, foram tomados conceitos de arqueologia em Funari (2013), Hodder (1994), Langer (1999), Lima (2007), Trigger (2004) e alinhado a isso usufrui de um referencial teórico da arqueologia comunitária em Carvalho de Sousa (2018), Ferreira (2009), Funari (2002, 2013), Gomes, Costa e Santos, Da Costa (2014), Ruibal (2012), Silva (2009), Vargas (2006).

Para além da arqueologia, utilizei de outras definições como a concepção de gentrificação/urbanismo neoliberal por Ruth Glass (1964), Smith (2006), Lauriano (2013), Mendes (2015), Ribeiro (2014), Rhein (2023), Santos (2014), Souza (2018), Theodore; Peck e Brenner (2009). Assim como o conceito de Racismo por Munanga, (2003), Silva e Lúzio, (2019), Racismo ambiental por Chavis (1993), Herculano (2008) e Justiça ambiental por Bullard (1982). Tais contribuições teóricas discorrem sobre a organização do espaço urbano, a materialização do direito a cidade e sobretudo aos grupos marginalizados que habitam esses espaços. Desta maneira, fornecem margens significativas para dialogar com a arqueologia como ação política e presente no cenário atual.

Tomo pretensiosamente que o objetivo desta monografia seja mais uma ferramenta capaz de estremecer as bases da prática da arqueologia tradicional, compreendendo que não ocupo o local de fala das pessoas que nasceram, cresceram e significam essa comunidade cotidianamente em sua cultura e em seu território. Entendendo meu local de escuta, uma vez me reconhecendo também como um sujeito subalternizado pelo sistema dominante, é notório que estamos do mesmo lado da balança, o lado que sempre está exposto as mazelas das elites econômicas e o que nos difere são apenas as formas com as quais somos marginalizados.

Diante disso, compreendo ainda mais a importância deste trabalho que desafiando as bases epistemológicas versa sobre o desenvolvimento de uma disciplina mais socialmente militante e próxima dos lugares mais distantes dos muros das universidades e, que constantemente são tomados como desprezíveis e sem valor algum. O relato aqui escrito, assume um papel de promover, algumas das demandas e lutas que essa comunidade define como necessárias para o enfrentamento dos processos interventivos e violentos com os quais tem sofrido, produzindo contra narrativas para revelar as intenções coloniais que são sempre trajadas por uma propaganda de melhoria e avanço.

As intenções de elaborar e escrever esse trabalho ganharam ainda mais força com a participação no projeto de extensão “Pedagogias para os Patrimônios”. Que gerou diversas discussões relevantes e fortaleceu o interesse em discutir essas pautas dentro da arqueologia.

Assim como, foi a partir de conversas com a professora Jóina Borges sobre as ações colaborativas com comunidades das quais participa, nas quais também falamos sobre como as transformações urbanas têm afetado a existência de comunidades tradicionais, como a Boa Esperança que luta contra o Programa Lagoas do Norte, em um cenário de políticas de desterritorialização que ameaçam a vida, saberes, subsistência, as relações sociais e a capacidade de se relacionar e gerir o patrimônio cultural desses sujeitos que habitam as margens dos rios que constituem a capital piauiense.

Partindo desses pressupostos, esta pesquisa tem como objetivo essencial analisar, através do subsídio teórico da arqueologia social, como o urbanismo neoliberal está presente nos processos de desapropriações que vinham ocorrendo na comunidade da Avenida Boa Esperança e seu entorno, por efeito do Programa Lagoas do Norte implementado pela prefeitura de Teresina e como esta comunidade utilizou o patrimônio cultural como instrumento de luta.

Como estratégias para conhecer e aprender sobre a comunidade foram definidos os seguintes objetivos específicos: realizar um levantamento bibliográfico para compreender o conceito de gentrificação e sua nomenclatura atual enquanto urbanismo neoliberal, bem como a história da comunidade, recorrendo a referências bibliográficas necessárias; proceder com prospecção de reconhecimento para conhecer a comunidade e o seu patrimônio, assim como analisar os impactos gerados pelo PLN; valendo-se de recursos audiovisuais feitos pela própria comunidade da Boa Esperança e outros colaboradores externos para adquirir informações sobre os aspectos sociais e culturais, espaços de relevância histórica, os coletivos que compõem a comunidade, para assim entender como as desapropriações prejudicaram esses moradores a partir do seu ponto de vista, enfatizando sobre suas reações frente a esse processo.

Para a produção desta pesquisa, a metodologia utilizada consistiu na realização de levantamento bibliográfico e documental, atividades de prospecção de reconhecimento e análise das informações orais concedidas pela comunidade em entrevistas e falas publicadas em plataformas digitais (YouTube).

São trechos retirados de entrevistas feitas pela própria comunidade, onde estão presentes a perspectiva dos moradores da Boa Esperança em relação ao PLN e seus desdobramentos. Aqui vale ressaltar que, apesar de que a abordagem do trabalho se construa sob a perspectiva da arqueologia comunitária e colaborativa, que tem como premissa a atuação direta da comunidade, reconheço que a Boa Esperança não participou da construção desta pesquisa, sendo compreendida como objeto de estudo do qual utilizei das suas percepções para elaborar as minhas interpretações, entretanto, ao participar do Projeto de Extensão Pedagogias para os Patrimônios, pude realizar ações as quais atenderam a demandas da comunidade e que

aproximaram esta pesquisa da perspectiva colaborativa, ação que acredito, reitera o compromisso de fazer uma arqueologia a serviço da sociedade.

É importante enfatizar e reforçar que as ontologias ancestrais são conhecimentos valiosos, amplos e revolucionários, e que a existência de um interlocutor não é condição essencial para sua difusão. A partir dessa compreensão a oralidade da comunidade é tomada como uma abordagem indispensável para entender os fenômenos sociais complexos de maneira não convencional e metodicamente definida em que estão inseridos.

Inicialmente foram realizadas leituras em livros alinhados a premissa da pesquisa, com temáticas sobre arqueologia, arqueologia comunitária, arqueologia pública, arqueologia social, patrimônio arqueológico, gentrificação, urbanização neoliberal, racismos, injustiça ambiental, colonialidade. Por conseguinte, foram feitas pesquisas em trabalhos acadêmicos, em documentos fornecidos pela PMT como o Plano de Controle Ambiental de Teresina (2017), documentos produzidos pela comunidade como a Carta à Raquel Rolnik (2019) e o Relatório e Recomendação do Painel de Inspeção sobre o Projeto de Melhoria da Qualidade de Vida e Governança Municipal de Teresina - Programa Lagoas do Norte (2019). Além de consultas a Constituição Federal (1988) e veículos de comunicação digital para respaldar teoricamente esta monografia.

No segundo momento, também foram analisados depoimentos e entrevistas com moradoras e moradores da Boa Esperança em canais do YouTube, plataforma online de distribuição digital de vídeos na internet, são eles:

1. Depoimentos: Maria Lúcia e Raimundo Pereira da Silva Filho. Disponível em “05 de junho - homenagem das comunidades tradicionais de Teresina à Natureza”, publicado no canal Centro de Defesa Ferreira de Sousa (2021);
2. Depoimento: Raimundo Pereira da Silva Filho. Disponível em “Novinho conta a história da comunidade Boa Esperança”, publicado no canal Centro de Defesa Ferreira de Sousa (2021);
3. Depoimento: Raimundo Pereira da Silva Filho. Disponível em “Lançamento do Museu Virtual da Boa Esperança | Reconexão Periferias”, publicado no canal da Fundação Perseu Abramo (2021);
4. Depoimento: Mãe Alice. Disponível em “Religando Vivências”, publicado no canal Projeto Mulheres nos Terreiros da Esperança (2017).
5. Depoimento: Maria Lúcia. Disponível em “Religando Vivências”, publicado no canal Projeto Mulheres nos Terreiros da Esperança (2017).

Foram também realizadas nas datas de 16 de dezembro de 2022, 10 de março de 2023, 27 de outubro de 2023, sempre em horário vespertino, visitas para prospecção na comunidade.

Em 2022, em ação do Grupo de Estudos e Extensão Pedagogias para os Patrimônios - GEEPP ocorreu a primeira visita de reconhecimento da comunidade na Boa Esperança. Nesse momento, realizou-se o primeiro contato com o museu da resistência da comunidade situado no espaço de uma escola que estava abandonada há cinco anos, sendo a sede atual. Em uma roda de conversa com a líder comunitária, Maria Lúcia de Oliveira, foram relatadas as condições enfrentadas pela comunidade e os desafios da luta contra as desapropriações dos moradores, e as violências decorrentes desse processo e as marcas desse movimento de resistência construído pela comunidade encontram-se evidentes nas paredes e cômodos do museu, onde faixas, cartazes, objetos, roupas entre outros, contam a história de vida dos moradores dentro desse cenário.

Uma segunda visita ao museu ocorreu em 2023, no dia 10 de março (pela tarde), ocasião vinculada ao evento “Encontro dos Saberes: Pedagogia para os patrimônios” no período de 27 de fevereiro de 2023 a 18 de março de 2023, junto a outros estudantes da UFPI para participar de uma roda de conversa com a comunidade. Nessa mesma oportunidade foi realizada uma caminhada ao longo da avenida Boa Esperança, algumas ruas do bairro até o rio. Esse trajeto permitiu conhecer melhor a comunidade ao observar as denúncias contra o PLN evidenciadas nos muros das casas, além de passar pela residência de Dona Davina (local da sede inicial do museu). A trilha até o rio também possibilitou perceber a mudança de clima ao adentrar a vegetação, bem como a presença de animais como “soin” e árvores frutíferas. O percurso foi finalizado com uma conversa com Seu Luís, pescador aposentado, narrou um pouco sobre a experiência de morar em contato direto com a natureza, na beira do rio e viver dele, uma perspectiva, bastante divergente da reproduzida pelas elites econômicas.

Figura 1 e 2 - Visita a comunidade da Boa Esperança em trilha a beira do rio



Fonte: Maria Lúcia, 2022

Ainda em 2023, em meados de outubro, houve, novamente o retorno ao museu comunitário em mais uma iniciativa do Projeto de extensão pedagogia para os oprimidos, em mais uma ação que busca uma aproximação dialógica com a comunidade. E mais uma vez, a acolhida foi feita pela Maria Lúcia que regeu uma roda de conversa que teve falas fortes como a de Lúcia ao dizer “Não se preocupe com nós não e nem com a comunidade, vocês têm que se preocupar com vocês, porque nos nascemos na luta”. Essa fala denota a essência da luta e resistência imbricada na existência de sujeitos que infelizmente são constantemente empurrados para as margens.

Desta maneira, a presente monografia se constrói em uma estrutura de três capítulos, além da introdução e considerações finais. O primeiro, sob o título *Da arqueologia como ciência do passado a uma arqueologia comprometida com o presente*, pretende refletir sobre a trajetória da arqueologia inserida no cenário colonialista, evolucionista, eurocentrado, racista, nacionalista, aristocrata, apresentando um pequeno recorte teórico da disciplina a partir da admissão de novas correntes de pensamento. Esse panorama teórico tem como propósito fundamentar as reflexões sobre a arqueologia do presente enquanto um caminho possível para despontar várias questões sociais, culturais e históricas contemporâneas por meio de uma perspectiva colaborativa e socialmente engajada.

O segundo capítulo denominado *Desenvolvimento urbano e segregação socioespacial*, propõe abordar as dinâmicas desenvolvimentistas do modelo neoliberal na transformação da estrutura urbana das cidades atualmente, através de projetos de revitalização, marcada pela especulação imobiliária e a reprodução de políticas excludentes. Assim, se pretende tratar nos subtópicos *Gentrificação e Urbanismo neoliberal, racismo ambiental; Programa Lagoas do Norte; reflexos da gentrificação na comunidade da Boa Esperança e o Projeto Vida Rios*, conceitos e nuances que perpassam pela constituição histórica da ocupação do território da região das lagoas do norte aos reflexos que as transformações urbanas mediante capital global tem produzido, bem como potencializado outras, como o racismo ambiental, que tem afligido os sujeitos que construíram Teresina.

O terceiro capítulo *A Boa Esperança na luta contra o paradigma do desenvolvimento e em direção a um paradigma de envolvimento*, mostra a organização dos coletivos sociais que constituem a comunidade e as suas estratégias de resistência e luta diante da política de marginalização e desterritorialização naturalizada pela administração pública.

Em conclusão, pretendo refletir acerca das pautas trazidas, das desconstruções e aprendizados que vão além dos muros da universidade, compreendem as experiências e vivências honrosas, e ainda que de maneira modesta foram indispensáveis para pensar, elaborar e escrever este trabalho.

2 DA ARQUEOLOGIA COMO CIÊNCIA DO PASSADO A UMA ARQUEOLOGIA COMPROMETIDA COM O PRESENTE

2.1 Ciência arkhaikós

Definida em sua própria etimologia como o estudo do passado ou estudo de coisas antigas (*arqueo-* + *-logia*, do grego *arkhaiología*), como também se aplica no senso comum, a arqueologia nasce com as primeiras escavações dedicadas ao estudo da arte, escultura, arquitetura e objetos oriundos das civilizações antigas como a grega, romana, egípcia e mesopotâmica, concebendo a antiguidade clássica a partir da sua monumentalidade, ancianidade e valor estético, sendo uma das principais razões para a realização de expedições em busca de artigos que posteriormente se tornaram parte de coleções arqueológicas dos mais diversos objetos.

Esses estudos centralizados na busca por relíquias, mantendo interesse principalmente na estética dos artefatos, estimulou uma busca intensa e desenfreada por objetos antigos,

resultando no acúmulo de materiais e informações que pouco eram traduzidas em conhecimento de fato, no entanto, já refletiam as agendas colonialistas das metrópoles imperialistas, como infere Funari (1988, p. 51 *apud* Langer, 1999, p. 105):

No início do oitocentos, a quantidade de expedições e escavações arqueológicas foi extremamente numerosa. Se por um lado, essas pesquisas já pertencem a uma nova concepção metodológica, dita científica e moderna, estavam totalmente vinculadas aos princípios expansionistas das grandes potências mundiais. É muito difícil separar a Arqueologia clássica deste período do colonialismo europeu: “as ruínas e as obras-primas do passado constituem-se, paralelamente, em importantes elementos ideológicos na manutenção das estruturas de poder, legitimando regimes políticos dos mais variados matizes.

Tal movimento resultou na formação dos antiquários, compreendidos como os locais de destino das materialidades então coletadas durante as invasões imperialistas em diversos territórios.

A arqueologia, por sua vez, passou por um amadurecimento científico ainda no século XIX, marcado pela aquisição de um pensamento mais técnico e baseado na razão para responder aos questionamentos que surgiam, em oposição às teorias bíblicas que regiam, até então, os estudos relativos à história humana e do mundo.

Na medida em que a ciência assume o protagonismo, sob a concepção da perspectiva histórico-cultural, começam a despontar aportes teórico-metodológicos que acabam produzindo mudanças substanciais nas estruturas epistemológicas das pesquisas arqueológicas. Contudo, o pouco interesse nas informações embutidas nos objetos ainda permaneceu recorrente com o histórico-culturalismo (anos de 1950), corrente arqueológica pautada na análise e descrição da cultura material e de sítios arqueológicos, observando a correlação entre cronologia e a distribuição geográfica que envolviam os artefatos com os grupos étnicos que habitaram esses espaços no passado, e que seriam oriundos de uma cultura comum (Trigger, 2004, p.146 *apud* Baco, 2009).

A necessidade de explicar os processos sociais e naturais identificados no contexto arqueológico deu margem para o desenvolvimento da arqueologia processual. Essa nova abordagem, tendo como maior expoente Lewis Binford (1962), surge vinculada a preocupação em elucidar como as coisas funcionam e como transformam a sociedade, para isso assume o cientificismo como substancial para construir um padrão de análise essencial na condução das interpretações. Sob essa tendência a arqueologia adquire um caráter positivista, mais objetivo, sistemático e funcional, aproximando-se da Antropologia Física para investigar as evidências

arqueológicas e propor leis gerais acerca do comportamento cultural humano alinhadas as dinâmicas do passado e as condicionantes ambientais (Baco, 2009, p. 217-218).

As transformações teóricas continuaram com a expansão dos estudos arqueológicos a partir de outros contextos de interesse. Esse movimento teve início com as mudanças políticas advindas com o pós Segunda Guerra Mundial e se firmaram no período de redemocratização política em várias partes do mundo (décadas de 1970 e 1980). Nessa conjectura, Ian Hodder (1994), foi um dos expoentes da corrente pós-processualista no âmbito da arqueologia, inserindo aos estudos da disciplina a discussão sobre a subjetividade nas interpretações arqueológicas, viés que assume o passado como resultado da relação mútua dos indivíduos em sociedade.

É importante considerar que os paradigmas teóricos repercutem o pensamento vigente na época e estão ligados um ao outro, de modo que o surgimento de uma tendência não sugere o rompimento brusco, nem tão pouco o abandono de uma linha de pensamento em vigor, trata-se de um sistema de acumulação de conhecimento que em determinados cenários se entrelaçam e compõem um ao outro. Dito isso, e a partir desse rápido esboço do histórico da ciência arqueológica, pode-se dizer que de início e tradicionalmente, a arqueologia floresceu em um contexto colonialista, engajada com teorias racistas, evolucionistas, eurocêtricas e de cunho nacionalista.

Ao se constituir como um ícone nacionalista, atuou na construção das identidades nacionais dos Estados-Nações, com o objetivo de delinear a unidade social e homogeneidade da história de um povo e seu território, no passado e no presente. Encorajada pela emergência do domínio colonial, passou a figurar como um instrumento produtor e reproduzidor de padrões e normatizações das relações internas nas metrópoles, bem como na relação dessas com os sujeitos externos oprimidos da África, América, Ásia e Oceania.

Segundo Lima (2007, p.12):

O surgimento do nacionalismo como doutrina política trouxe consigo a necessidade de construção de histórias nacionais, de mitos fundadores da nação, relatando sua origem e formação, com profundidade temporal suficiente para legitimá-la, na medida em que não há nação sem tradição, sem passado. Os estudos históricos foram intensificados para atender a essa demanda, mas a insuficiência ou mesmo inexistência, em alguns casos, de registros documentais para períodos recuados transferiu para a arqueologia a tarefa de encontrar as raízes mais fundas para essas narrativas. A disciplina assumiu, portanto, desde o seu nascedouro, uma inevitável e acentuada dimensão política, a par da sua feição científica.

Nesse cenário o passado torna-se um elemento simbólico e valioso para formar e legitimar identidades, constituindo uma relação íntima entre arqueologia e nacionalismo, constantemente reforçada pelos estados-nacionais que patrocinaram diversas expedições e escavações. De modo que, a partir das interpretações do registro arqueológico, a disciplina passou a contribuir, de maneira equivocada, na afirmação de histórias de povos específicos, fato que esteve naturalizado até pelo menos o pós-guerras mundiais.

A criação de idealizações e homogeneização pelos europeus, promovida pela arqueologia nacionalista, para delinear os sujeitos em termos culturais e históricos, perduram na configuração social e histórica atual, legitimando a manutenção de uma sociedade hierarquizada guiada por ideologias discriminatórias, racistas, violentas e excludentes, bem como, alinhadas a discursos que ditam as relações de dominação pautadas no enaltecimento da figura de elites opressoras e na invisibilização dos sujeitos historicamente oprimidos, que dentro da dinâmica de exploração moderna permanecem sendo marginalizados e apagados.

Como sugere Lima (2007, p. 12):

Arqueologia, nacionalismo e construção de identidades nacionais sempre andaram perigosamente juntos, desde que movimentos políticos nacionalistas eclodiram por toda a Europa no século XIX, e, não por acaso, a arqueologia se consolidou como disciplina acadêmica paralelamente a esses movimentos.

No continente americano esses movimentos nacionalistas firmados em doutrinas políticas legitimaram a dominação e exploração de povos e territórios, à medida que fundamentaram novas relações e identidades sociais dotadas de conotação racista. Ao consolidar uma classificação entre os grupos constituidores das sociedades, como “índios”, “escravos”, dentre outros, define quem são os sujeitos civilizados e que, portanto, têm o direito de dominar e os selvagens, que devem ser dominados.

A definição das sociedades do “Novo Mundo”, mesmo, sugere uma condição de subserviência e reforça a identidade racial como elemento substancial do processo de elitização cultural, pautado no pensamento racista, no qual retira do indivíduo aspectos comuns a condição humana civilizada, pois este não dispõe das concepções eurocêntricas de escrita, leis, economia ou religião referenciadas pelo “Velho Mundo”. Assim como, também, os qualifica como incapazes intelectualmente frente ao potencial econômico que seu território apresenta, justificando os discursos de violência e submissão das culturas americanas, por exemplo.

Como aponta Quijano (2005, p.117):

A América constituiu-se como o primeiro espaço/tempo de um padrão de poder de vocação mundial e, desse modo e por isso, como a primeira identidade da modernidade. [...] A ideia de raça, em seu sentido moderno, não tem história conhecida antes da América. Talvez se tenha originado como referência às diferenças fenotípicas entre conquistadores e conquistados, mas o que importa é que desde muito cedo foi construída como referência a supostas estruturas biológicas diferenciais entre esses grupos. Por um lado, a codificação das diferenças entre conquistadores e conquistados na ideia de raça, ou seja, uma supostamente distinta estrutura biológica que situava a uns em situação natural de inferioridade em relação a outros. Essa ideia foi assumida pelos conquistadores como o principal elemento constitutivo, fundacional, das relações de dominação que a conquista exigia. Nessas bases, conseqüentemente, foi classificada a população da América, e mais tarde do mundo, nesse novo padrão de poder. A formação de relações sociais fundadas nessa ideia, produziu na América identidades sociais historicamente novas: índios, negros e mestiços, e redefiniu outras.

A arqueologia durante muito tempo ajudou a desenvolver e construir mitos de origem, narrativas lineares e descrições de sociedades homogeneizadoras, divididas em binômios de opostos como civilizados e indígenas, históricos e pré-históricos, por exemplo, reforçando a condição inicial das culturas colonizadas definidas por uma suposta debilidade cultural. Assim, supriu as necessidades dos discursos nacionalistas das metrópoles para justificar o fracasso de algumas sociedades. Todavia, o surgimento de evidências contrariando a perspectiva estática das sociedades, difundida pelo paradigma evolucionista, passou a admitir uma visão histórica das sociedades resultando em inovações teóricas, onde a pré-história começa a figurar como um corte temporal de grande interesse para a disciplina (Trigger, 2004).

A disciplina nasceu assim, como uma atividade que tem cor, gênero e classe, restrita a um pequeno grupo de pessoas que inseridas nessas características deram os primeiros passos para a construção da arqueologia, tal como a conhecemos hoje. Sob essa perspectiva, ela se configurou, enquanto ciência, sob a guarda das grandes potências imperialistas e passou a ser inserida na conjuntura das disputas coloniais como ferramenta de controle das periferias tanto no âmbito material quanto ideológico (Ferreira, 2009).

A arqueologia tem sofrido muitas mudanças, porém, notadamente a partir das críticas desenvolvidas no seio das perspectivas pós-processualistas que vêm na escuta das demandas oriundas dos movimentos sociais, como aponta Funari (2013, p. 23):

A arqueologia tem passado, nas últimas décadas, por grandes mudanças epistemológicas e, por conseqüência, em seus aspectos

sociais. Disciplina surgida no auge do nacionalismo e do imperialismo, como parte da conquista militar e espiritual do mundo, a arqueologia esteve, por muito tempo, ligada às mais reacionárias e conservadoras posições sociais e políticas, a serviço, muitas vezes, da opressão de indígenas, mulheres, pobres, minorias diversas e mesmo maiorias variadas. A arqueologia, contudo, passou por modificações profundas devido, em grande parte, aos movimentos sociais e às transformações políticas desde, ao menos, a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Na esteira do feminismo, das lutas sociais diversas pelos direitos civis, contra o colonialismo e pela diversidade étnica, religiosa e sexual, a disciplina não deixou de responder aos novos tempos (Funari, 2013, p. 23).

Posto isso, apontamentos mais atuais surgem na contramão da perspectiva na qual os povos ditos “tradicionais” não possuíam capacidade nem desenvolvimento social, político, econômico, ou mesmo cultural de uma forma em geral.

Em contrapropostas mais atuais os povos originários, pretos, e outros que foram marginalizados pelo processo histórico hegemônico, são compreendidos como sujeitos ativos totalmente aptos a produzir e reproduzir representações não apenas em nível cultural, mas em nível histórico, que passaram a ser verificadas nas evidências arqueológicas, como os vestígios rupestres, estruturas tais quais os sambaquis, habitações, enterramentos, materiais líticos e cerâmicos, bem como a construção e uso das paisagens. Esses registros narram a ação intencional e as experiências socioeconômicas e políticas desses grupos ao longo do tempo, que deixaram documentados na materialidade aspectos únicos daqueles que os fabricaram.

As interpretações a partir do que as coisas dizem, também permitiram obter informações importantes acerca do modo de vida dos seus autores, dos comportamentos e códigos de conduta compartilhados, a afirmação da identidade particular dos coletivos, além de romper com a percepção tradicional onde os primeiros habitantes do território americano são postos como incapazes e inferiores.

O ideal estabelecido pela escala evolucionista enfrentou uma contraposição como enfatiza Las Casas (*apud* Laplatine, 1988, p. 26) ao apontar que os indígenas são na verdade culturalmente complexos, racionais, produtores de uma trama social organizada e consciente, compartilhada entre si, assim como, qualificados a superar os paradigmas culturais europeus. Noção que também é destinada aos povos pretos que foram sequestrados e levados à escravidão longe do seu território de origem.

As abordagens arqueológicas mais recentes têm refletido sobre como os discursos colonialistas e eurocêtricos permanecem orientando as sociedades atuais, assim como as

pesquisas a partir desses **contextos sociais que se revelam como cenários de intensos conflitos e lutas que reverberam pelo patrimônio cultural.....**

Este movimento mais auto-reflexivo da arqueologia, começou a surgir no cenário pós-ditaduras onde vários países passaram por um processo de redemocratização política. Nesse cenário ascendem às discussões políticas os movimentos sociais e pautas como o respeito aos direitos civis, diversidade social, étnica, de gênero, LGBTPQIA+, dentre outros. E é nesse contexto, onde as pautas sociais passam a despontar no centro dos debates políticos e de forma tangencial nos debates acadêmicos, que a arqueologia, enquanto ícone nacionalista, deixa de ser vista como sustentáculo natural de dominação de outros povos ao justificar a dominação de territórios reivindicados e passa por uma revisão crítica, fomentada principalmente pelos sujeitos e grupos historicamente subalternizados e vítimas da violência epistêmica projetada pela disciplina no decorrer do tempo.

Reconhecendo que as histórias das sociedades se constroem mergulhadas em intencionalidades e que os relatos narrados refletem os cenários onde as representações foram e são produzidas, considerando os processos formativos e as transformações sociais, as inquietações dentro da disciplina arqueológica perpassam pela recusa das explicações históricas sistemáticas tradicionais, uma vez que, nesse cenário de reação dos coletivos marginalizados, tais explicações não contemplam mais esses grupos, que buscam assumir o protagonismo para contar a própria história e se apropriam do passado para escrever narrativas que os identifiquem e os fortaleçam como figuras historicamente ativas e relevantes.

Esse enfrentamento às concepções hegemônicas revela que o que se tem admitido como representação do passado é fundamentalmente uma realidade alinhada aos interesses políticos, ideológicos, nacionais e econômicos, próprios das elites que, por sua vez, difundem narrativas específicas, como verdades absolutas, que nutrem as doutrinas de domínio e exploração. Portanto, a revisão crítica dessas narrativas, através da insubordinação epistemológica, significa romper com o ideal de verdade absoluta colonialista e assume novas implicações para a arqueologia, como uma disciplina engajada e socialmente consciente. Um quadro completamente distante do seu surgimento, no qual por muito tempo funcionou como arma para a opressão de indígenas, negros, mulheres, outras “minorias” que na realidade são maiorias subjugadas pelas demandas imperialistas.

A admissão do conhecimento subjetivo implica na desconstrução do modelo cultural homogêneo, na medida em que assume que a arqueologia também lida com mentalidades e identidades, cenário onde, mais do que nunca, a cultura precisa ser compreendida como instrumento discursivo que constitui as práticas culturais e particularidades identitárias

comunicadas através dos vestígios. Ao passo que também assume e valoriza as experiências e contextos pessoais de sujeitos no presente e como se relacionam com as coisas do passado.

2.2 Ciência (do) Presente

A consolidação da arqueologia como uma área que estuda o passado se destaca desde sua origem, por sua vez, os debates teóricos e metodológicos voltados para uma arqueologia do presente são relativamente recentes. O título de uma “ciência do passado” acabou restringindo e muito a atuação da arqueologia nas reflexões políticas contemporâneas. Para Ruíbal (2012), extrapolar as barreiras temporais promove um enriquecimento do conhecimento arqueológico.

Segundo Funari (2002, p. 88):

A Arqueologia era considerada uma disciplina despreocupada com as implicações mundanas de sua prática, como se a ciência se pudesse desvincular dos interesses de estados, grupos e indivíduos. Esta compreensão ingênua tem sido desafiada, nas últimas décadas, a partir de diversos setores. De fora da Arqueologia, o pós-modernismo tem sido uma ferramenta poderosa para a desconstrução de discursos científicos supostamente neutros. No interior da Arqueologia, uma mudança semântica pode ser localizada na reinterpretação, por parte de Michael Shanks e Christopher Tilley, da própria palavra Arqueologia: “o estudo do poder”, não apenas um distante e asséptico “estudo do passado” (Shanks e Tilley, 1987). Isto foi em 1987 e, nos últimos quatorze anos, desenvolveu-se toda uma literatura devotada à etnicidade, ao nacionalismo, à identidade cultural e à política, com grande impacto na Arqueologia como disciplina (Kohl & Fawcett, 1995).

Rompida essa barreira inicial, abordagens recentes têm explorado temáticas relacionadas aos estudos étnicos, feministas, de gênero, estudos da ditadura e repressão, estudos decoloniais entre outras questões que são pertinentes à sociedade atual. Concepções que têm possibilitado pensar outros passados, outras formas de existir, valorizam a relação das pessoas com as coisas e, assumem as experiências e contextos de vida das arqueólogas e arqueólogos.

Nessas circunstâncias, como aponta Funari (2002), a arqueologia ao se posicionar no mundo frente aos conflitos econômicos e lutas políticas, confronta-se com a ética e a responsabilidade social no interior da disciplina e desta com relação à realidade em que está inserida.

Para Trigger (2004, p. 455 *apud* Castro, 2023, p. 30):

A arqueologia é uma ciência social no sentido de que ela procura explicar o que aconteceu a um grupo específico de seres humanos no

passado e fazer generalizações a respeito do processo de mudança cultural. [...] A arqueologia infere comportamento humano, e também ideias, a partir de materiais remanescentes do que pessoas fizeram e usaram, e do impacto físico de sua presença no meio ambiente. A interpretação de dados arqueológicos depende da compreensão de como seres humanos se comportam no presente e, em particular, de como esse comportamento se reflete na cultura material.

As reflexões arqueológicas quanto à dinâmica cultural contemporânea refletem na aproximação da disciplina com a sociedade, ao estar interessada nos problemas que lhe são relevantes. A construção de um campo científico que supera os limites temporais resulta numa perspectiva multitemporal, capaz de abordar cenários socioculturais do passado e do presente.

Enquanto ciência social, a arqueologia traz narrativas que impactam na vida das pessoas e pode ser instrumento de empoderamento de grupos marginalizados pela história, expondo a importância dessas comunidades, divulgando os conhecimentos tradicionais e ancestrais provenientes desses povos como estratégia de identificação e preservação da história e do patrimônio desses grupos. Atitude fundamental para compreender as sociedades do passado e como sua ancestralidade atua na construção dos cidadãos dessas comunidades.

A Arqueologia não é apenas descoberta, interpretação e classificação dos objetos de que o homem se serviu; o homem viveu em um espaço organizado, espaço que é uma combinação dinâmica, e por isso mesmo instável, de elementos físicos e de fatores culturais: tecnologia, divisão social do trabalho, estruturas socioeconômicas e sócio-políticas, ideologia, condicionam essa organização, sendo função da Arqueologia reconstituir o espaço, explicá-lo, acompanhá-lo na sua constante evolução (Alarcão, 1983:474-475 *apud* Bicho, 2006, p. 455).

Fundamentada nas lutas políticas, a arqueologia alinhada à percepção pós-moderna admite seu caráter subjetivo, propõe narrativas alternativas reflexivas sobre a realidade, critica a cientificidade, rompendo com a ideia de falsa neutralidade, e torna-se conscientemente engajada com as demandas sociais tornando-se mais do que uma ciência também do presente, uma ciência presente na sociedade.

Assim como as demais ciências sociais, a arqueologia acumulou ao longo do tempo enorme responsabilidade política. A expansão do horizonte epistemológico exigiu a integração de grupos e espaços culturais nas discussões acadêmicas, orientadas agora, não somente para os interesses da academia, mas sobretudo, para as questões compartilhadas pelo público como um todo.

Discutir problemas contemporâneos sem as amarras impostas pela periodização linear da escala temporal é reconhecer que o presente reflete as intencionalidades de sujeitos do passado, dinâmicas sociais e comportamentos, de modo que, “[...] não se pode separar o compromisso moral da atualidade, daquilo que a precede” (Ruibal, 2012, p. 106).

[...] a prática da arqueologia social supõe a ação do arqueólogo em múltiplos campos da vida social: o acadêmico, o da gestão dos recursos culturais e, fundamentalmente, o da educação (Vargas y Sanoja, 1990; Sanoja y Vargas, 1990). Nesta última área reside a essência da arqueologia social, uma vez que o conhecimento não é levantado para fins meramente contemplativos, mas para ser usado na transformação social. E essa transformação social requer necessariamente a existência no coletivo de uma consciência histórica, de conhecimento de seus processos históricos, de aceitação do passado como seu (Vargas e Sanoja, 1990, Vargas e Sanoja, 1993, Vargas Arenas, 1994b). De alguma forma, trata-se de quebrar a homogeneização da consciência que surgiu como paradigma da expansão capitalista (Vargas, 2006, p. 74-75).

Fazer ciência reflete pensar para quem se destina os conhecimentos produzidos e de que maneira afetam a sociedade. Assim ocorre com os saberes arqueológicos, sobretudo por se tratar de uma disciplina que estuda as mentalidades e ideologias, não apenas no passado, mas se propõe também a analisar como implicam na estrutura social atual. A construção do conhecimento vai além do exercício profissional. Significa admitir a responsabilidade ética que perpassa o ato de pesquisar, também como, reconhecer que o conhecimento não deve estar restrito aos interesses acadêmicos.

Desse modo, não basta apenas refletir sobre todas essas questões que envolvem o compromisso moral e ético da disciplina. É ainda mais importante propor novas estratégias que permitam a transformação desses cenários. Principalmente a partir de múltiplas vozes, que somadas, são potencialmente poderosas e capazes de transformar a realidade. Nesse sentido, a politização da arqueologia tem sido vista como uma dessas alternativas que, ao instigar a problematização do sistema social contemporâneo, possibilita desenvolver novas parcerias com diversos grupos e sujeitos.

[...] diante do cientificismo da arqueologia processual ou histórico-cultural, o pós-processualismo influenciado pelo pensamento pós-moderno, considera que todos os enunciados científicos são ideológicos em alguma medida, que não há lugar neutro de enunciação [...] toda arqueologia deve ser arqueologia pública que devemos estar dispostos a ouvir se não a todos, pelo menos sim a muitos. A

multivocalidade é um dos pilares da arqueologia pós-processual (Ruíbal, 2012, p.107-108, tradução nossa).

Partindo desse local onde todo e qualquer enunciado científico é, em alguma parcela, representante de um discurso fundamentado em intencionalidades, que a arqueologia assume seu papel social. O estabelecimento dessa nova concepção compreende uma ação emancipatória, oriunda da autorreflexão crítica enquanto disciplina. Reconhecendo seu potencial para discutir junto às coletividades como as desigualdades sociais se construíram ao longo da história, assim como para expor injustiças, violências e opressões almejando a transformação da realidade. Reiterando a materialidade como uma fonte de informação mais democrática que permite acessar grupos e as chamadas “minorias” que foram marginalizadas pelas fontes históricas e os discursos hegemônicos, bem como estabelecendo elos com as comunidades e sujeitos que constroem o presente.

O panorama social brasileiro, em sua ampla diversidade, perpassa por conflitos desde a construção de classificações de inferiorização pautadas em gênero, sexo, raça, cor, religião e classe social, de modo que os sujeitos e coletivos que não se encaixavam nas categorias europeias eram excluídos, marginalizados e isentos de terem seus direitos básicos assegurados. Ao passo que é nesses mesmos contextos que começam a aflorar manifestações contrárias às doutrinas colonialistas. As lutas que reclamam condições dignas de vida e, sobretudo, da própria existência dos sujeitos, figura antes mesmo do período escravocrata. As consequências desse processo, mesmo após a sua abolição, implicam, por exemplo, em quadros de fome, desemprego, privação do acesso à moradia, educação e saúde, bem como a propagação de práticas racistas e discriminatórias constantes.

Essa condição pode ser bem observada na comunidade da avenida Boa Esperança, onde a estrutura social definida pela classe econômica dominante determina e categoriza superiores e inferiores, onde os primeiros detêm o poder aquisitivo e todos os direitos à cidadania garantidos, enquanto para os grupos menos favorecidos não existem privilégios. Nesse arranjo, as desigualdades sociais são bem definidas e reproduzem discursos nos quais o acesso a direitos básicos é incompatível com a realidade de resistência dos coletivos inferiorizados frente aos obstáculos que dificultam a ascensão social desses grupos.

2.3 Por uma Arqueologia socialmente engajada

A arqueologia tem buscado extrapolar os paradigmas colonialistas e eurocentrado ao se debruçar sobre temáticas que estiveram ocultas pelos discursos hegemônicos, com o objetivo

de fornecer aos grupos subalternizados, postos à margem, espaço de atuação participativa para contar suas trajetórias históricas e culturais enquanto protagonistas. A disciplina objetiva desestabilizar as normatizações herdadas do imperialismo e nacionalismo. Nesse viés insurgente, a arqueologia comunitária:

articula abordagens metodológicas cujo objetivo é essencialmente a colaboração entre pesquisadores e comunidades locais em todas as fases do processo de investigação. Sua premissa é a de que a interpretação do passado é mais bem alcançada quando as mais diversas vozes estão envolvidas nesse processo e, ainda, que o passado é altamente relevante para inúmeras situações sociais e políticas (Gomes; Costa; Santos; Da Costa, 2014, p. 395).

Nesse quadro, o elemento chave para uma arqueologia socialmente engajada é a colaboração com todos os sujeitos e coletivos, se não todos, quantos forem possíveis. Esta abordagem da arqueologia tem a intenção de se aproximar das comunidades, com o intuito de melhor compreender as dinâmicas sociais e narrativas históricas que as identificam. Ações que incidem na valorização do patrimônio cultural e interesse nas agendas desses coletivos.

Como bem argumenta Silva (2009, p. 208):

A arqueologia comunitária tem sido conduzida de diferentes maneiras e em diferentes contextos. Ela apresenta certa flexibilidade em termos metodológicos e de estratégias para interpretar o registro arqueológico (Marshall, 2002; Smith e Wobst, 2005; Sandlin e Bey III, 2006). Ela tem como objetivo principal promover a arqueologia colaborativa, que vai além da consulta às comunidades locais para a realização da pesquisa. Ela não busca o consentimento e/ou convencimento das comunidades sobre a importância da pesquisa, mas o engajamento crítico e a interação durante todo o processo de construção do conhecimento arqueológico (Greer et al. 2002). A partir disso, pretende superar o modelo colonialista tradicional da prática arqueológica, investindo na incorporação de perspectivas culturais plurais na investigação e interpretação do passado. Busca diversificar as vozes interpretativas sobre o passado e os significados do registro arqueológico, construindo uma educação mútua entre arqueólogos e comunidades (Marshall 2002; Moser et.al. 2002; Tully, 2007).

Garantir condições para que as comunidades se tornem agentes e colaboradoras ativas da pesquisa arqueológica demanda, na concepção de Silva (2009) a interação entre arqueólogos e não-arqueólogos, como elemento essencial para pensar e definir metodologias de trabalho de campo, em laboratório, orientadas as interpretações da materialidade, bem como das políticas

de representação do patrimônio cultural de forma conjunta e contínua. Evocando que as comunidades nunca foram passivas, mas sempre buscaram no passado, inspirações para superar as dificuldades e violências que lhes têm sido impostas, e construir significados culturais no presente (Ferreira, 2015).

Nessas circunstâncias, os coletivos sociais:

rotineiramente incorporaram objetos e lugares associados às suas memórias sociais e às narrativas que no-las criam e sustentam (Bradley & William, 1998). E, para falar como Marshall Sahlins (1997), nos dias que correm, em que as forças centrífugas da “globalização” ameaçam tragar as alteridades num caldeirão cultural homogêneo, as culturas locais, não obstante as diversas experiências da diáspora, continuam firmando-se em suas memórias sociais (Ferreira, 2015, p. 88).

Em vista disso, é indispensável sistematizar ações guiadas pela oralidade, memória e patrimônio locais, que possam ser convertidas em dispositivos (leis) de proteção e valorização desses grupos excluídos, que por sua vez, constituem-se de heranças singulares herdadas de trajetórias culturais particulares a certos coletivos. Reafirmando a potência e resistência da singularidade no cenário de globalização.

A arqueologia comunitária não é neutra pois, instaurada em um contexto cultural está preocupada em compreender como os fenômenos, injustiças e transformações implicam nos grupos socialmente afetados. Uma pesquisa arqueológica responsável, ética, política e científica compreende as práticas sociais como indispensável para a construção de conhecimentos vocalmente diversos e dinâmicos.

Logo, é importante que, uma disciplina nascida e estruturada no ápice do nacionalismo e imperialismo europeu, que perpetuou durante muito tempo, discursos dominantes de exploração, assuma responsabilidade para contribuir com contra narrativas que provoquem mudanças no quadro histórico, bem como na realidade atual, seja por meio de estratégias de proteção do patrimônio cultural, dos direitos e superação do silenciamento dos grupos e pessoas marginalizadas.

É inegável as contribuições da arqueologia comunitária como resposta às inquietações acadêmicas e reivindicações de grupos sociais historicamente marginalizados. Como ferramenta para contrapor as arqueologias imperialistas, exemplos de arqueologias colaborativas que realizam pesquisas junto a comunidades indígenas, como o trabalho desenvolvido com os Xokleng de Santa Catarina, no qual o cerne do trabalho repercute as demandas relacionadas a identificação da materialidade de seus ancestrais, a trajetória de

ocupações e reocupações do seu território e a discussão dessas agendas no âmbito acadêmico (ver Machado, 2013). Silva (2011) também tem desenvolvido um importante trabalho de colaboração na Amazônia, mais especialmente com os Asurini do Xingu cujo território ancestral tem se tornado alvo crescente de grileiros e a pesquisa tem contribuído com as questões de demarcação da terra indígena, além de promover a multivovalidade como fundamental na construção do conhecimento arqueológico.

Simultaneamente a elaboração de propostas colaborativas a disciplina tem que estar atenta aos posicionamentos e escolhas, sobretudo quando se trata da arqueologia de contrato. Essa perspectiva surge como resultado da expansão dos trabalhos arqueológicos nas últimas décadas e que passou a ser institucionalizada pelo Estado para que a arqueologia possa oferecer serviços profissionais aos projetos de desenvolvimento (estradas, oleodutos, linhas de transmissão elétricas, hidroelétricas, entre outros).

Nessa relação, o crescimento exponencial da demanda de projetos leva a expansão do mercado de trabalho dos arqueólogos e arqueólogas, fato que também promove mudanças significativas na estrutura curricular dos cursos de graduação em arqueologia, que se caracterizam pela curta duração, caráter pouco contextual e sobretudo técnica. Organizados para atender as demandas do mercado que tem exigido cada vez mais profissionais.

A disciplina tem que lidar com a relação que compartilha com as demandas de desenvolvimento, orientadas pelo capitalismo, ao passo que também requer uma postura ética junto as comunidades e populações afetadas direta e/ou indiretamente pelo modelo econômico expansionista.

Gnecco (2015, p. 4) aponta:

Esta ênfase técnica, as expensas de uma educação contextual, não apenas está orientando uma intervenção mais "científica" da arqueologia nas operações de contrato: em uma operação verdadeiramente moderna serve à produção de trabalhadores acríticos, aptos a inserir-se em uma estatura piramidal na qual só proporcionam um serviço neutro e objetivo, determinado e avaliado pelos administradores situados muito acima deles.

A disciplina precisa então, estar continuamente se desconstruindo quanto quais bases ideológicas o trabalho arqueológico tem se utilizado para orientar suas ações, especialmente em face da progressão capitalista mundial e as consequências desse processo sobre coletivos que não compartilham da mesma força econômica. Assim como, combater dentro do próprio

domínio epistemológico táticas que estimulam a manutenção do trabalho arqueológico como apolítico e acrítico e implicam nas responsabilidades políticas da disciplina com o presente.

Como ressalta Fernandes (2007, p. 6-7 *apud* Carvalho de Sousa, 2018, p. 82):

a responsabilidade social e profissional da Arqueologia remete à existência de questões dentro da mesma que vão além de problemas teóricos e metodológicos. Esses temas podem ser considerados questões públicas da Arqueologia, pois estariam situados na interface da Arqueologia com a sociedade. Ambas possuem interesses convergentes e divergentes, visto que a sociedade é formada por um conjunto de indivíduos que estão agrupados ou podem ser reunidos em números segmentos específicos (ex. faixa etária, classe social, grupo profissional, local de moradia, etc.)

Para Ferreira (2015, p. 86-87) a intenção das críticas:

não é detratar a Arqueologia de contrato, que, diante da crescente expansão dos projetos de desenvolvimento econômico, tem prestado inestimáveis contribuições para o conhecimento histórico e arqueológico. Não estou cindindo em campos opostos Arqueologia de contrato e Arqueologia acadêmica, como se a primeira sempre fosse parceira de empresários inescrupulosos e do Estado, e a segunda sempre verdadeiramente científica e crítica. Contudo, a Arqueologia de contrato, quando direcionada retilínea e unicamente para o futuro, pode incorrer num equívoco: os arqueólogos do futuro não orientarão necessariamente suas pesquisas pelos mesmos problemas e objetos dos arqueólogos do presente. E, como não existe Arqueologia apolítica, montar arquivos para o futuro não elidirá as diversas percepções que comunidades locais e povos indígenas possuem sobre os sítios que estão sendo destruídos e sobre os artefatos que estão sendo depositados em reservas técnicas.

Nesse sentido, a figura do sujeito arqueólogo passa a ser posta no centro dos debates, pois este, ao se envolver em projetos de arqueologia de contrato, precisa estar consciente que todas as suas ações durante a pesquisa afetam e transformam a realidade de grupos e comunidades envolvidos, assim como a sua própria vivência. Pois antes de tudo, esses coletivos empregam significados aos locais pesquisados, onde são compreendidos a partir de outra perspectiva que precisa ser respeitada e sobretudo, levada em consideração pela pesquisa arqueológica. Como atenta Ferreira (2015, p. 87):

[...] partindo do ponto de vista nativo, [...] pesquisas arqueológicas envolvem não apenas impactos físicos sobre a paisagem. Elas podem ser invasivas ao quebrarem os protocolos das comunidades sobre os

lugares tidos como sagrados, poderosos ou perigosos. Uma mera caminhada para registrar sítios arqueológicos pode transgredir estas regras comunitárias. Há que observar, assim, que as técnicas empregadas em campo, assim como aquelas que são utilizadas para restaurar artefatos, estão indissociavelmente atadas à posição social e epistemológica do arqueólogo.

Nos casos em que os projetos e megaprojetos estão inseridos no contexto sociocultural de comunidades, justifica as atividades contratuais o desenvolvimento da educação patrimonial com argumento de que, a promoção desses programas certifica que o passado, evidenciado pelo desenvolvimento, será patrimonializado e posteriormente repassado às comunidades através de estratégias de ensino.

Quando definidas a partir de uma perspectiva simplista, as metodologias de ensino organizadas pelas empresas que prestam assessoria pouco contribuem para a valorização do patrimônio, uma vez que ameaçam as singularidades e significados únicos que essas populações possuem sobre as evidências, perpetuando ideologias coloniais que pressupõe a passividade de populações locais.

o trabalho arqueológico requer necessariamente posicionar-se em meio aos conflitos contemporâneos e, nos casos mais extremos, entre os disparos da guerra e da destruição programada e sistemática do patrimônio cultural. Com efeito, o patrimônio cultural, estudado e interpretado pelos arqueólogos, está sempre subsumido a políticas de representação. Dito de outro modo: como índice da formulação da auto-imagem de uma nação ou de um grupo étnico, o patrimônio cultural é periodicamente selecionado, re-selecionado, revisado, dispensado e, muitas vezes, intencionalmente destruído. Daí ele ser um poderoso símbolo dos conflitos sociais (Ferreira, 2015, p. 84).

Desse modo, não há mais espaço para argumentos a favor da neutralidade como elemento da pesquisa científica, especialmente no âmbito das ciências sociais, como é o caso da arqueologia. É necessário ponderar o que é importante. Para além dos objetivos que a academia determina e das agendas econômicas. De modo que, refletir do ponto de vista ético, os objetivos das atividades contratuais a serviço dos empreendimentos econômicos diante das necessidades e lutas de comunidades, e populações tradicionais reflete a responsabilidade não apenas da arqueologia enquanto disciplina, mas especialmente por parte do arqueólogo enquanto cidadão.

A arqueologia acadêmica tem que assumir os compromissos sociais que refletem e impactam a realidade social na atualidade, bem como abrir-se para a inserção de outras multivocalidades para melhor compreender as transformações que a sociedade tem presenciado

no contexto atual, estabelecendo conexões com as evidências e representações herdadas, envolvendo-se continuamente com as comunidades e coletivos em prol da valorização do patrimônio cultural, a arqueologia portanto, deve se ouvir e reconhecer outras arqueologias como construtoras de conhecimento.

Difícilmente, portanto, nos esquivaremos dos conflitos ao fazermos pesquisas arqueológicas. Se nada está quieto, é preciso efetivamente confrontar o passado e interferir criticamente, junto com as comunidades, nos processos de constituição de identidades culturais que a Arqueologia inevitavelmente promove (Ferreira, 2015, p. 84).

As disputas no espaço urbano tem sido uma das reflexões da arqueologia comunitária. Investigar as transformações urbanas nos ambientes da cidade tem revelado um campo crítico para a perspectiva arqueológica. Fenômenos como a gentrificação têm sido verificados e apontados pela arqueologia urbana como um processo recorrente nos cenários de diversas cidades do mundo. Pauta que tem levado a problematização das intervenções do Estado apoiadas por projetos desenvolvimentistas, justificados pela urbanização de determinadas áreas da cidade.

Esse fenômeno pode ser observado na comunidade da Av. Boa Esperança em razão da implementação dos programas Lagoas do Norte - PNL e Vida Rios, projetos que há mais de uma década vêm sendo alvo de denúncias da comunidade que argumenta o emprego de estratégias colonialistas e discursos violentos para continuar o processo de desterritorialização da população local, compreendida como empecilho para o progresso.

3 DESENVOLVIMENTO URBANO E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL

3.1 Gentrificação e Urbanismo neoliberal

Nas primeiras décadas do século XXI, termos como “revitalização” “requalificação” “recuperação” “regeneração” “renovação” têm dominado as agendas das políticas públicas na maioria das cidades brasileiras (ver Botelho, 2005; Santos, 2014 e Leão Junior; Brito, 2018) e orientado projetos desenvolvimentistas, que apesar de particulares a cada contexto, visam recuperar a importância econômica, histórica e turística de áreas centrais, como importantes pontos de consumo, lazer e habitação para pessoas de classe média e alta.

Essa concepção, quando verificada criticamente, deixa implícita a ideia de que áreas específicas da cidade são zonas “mortas”, regiões inóspitas onde não haveria vida, pelo menos não a vida que interessa às demandas da indústria do turismo e agendas do planejamento urbano. De modo que, encobre e desconsidera os habitantes locais na medida em que enaltece os responsáveis por trazer as áreas centrais e de interesse “à vida novamente”. Processo que implica em um retorno das elites sociais ao centro das cidades através do aburguesamento desses locais, onde a injeção de investimentos públicos e privados em infraestrutura, logística e outros serviços, atendem às necessidades desses grupos em detrimento da remoção das populações locais que passam a não ter condições de sobreviver graças ao aumento do custo de vida na região.

Como uma tendência, esse movimento assinala o que historicamente se convencionou chamar por gentrificação. O conceito conta com mais de meio século de existência e surgiu da adaptação portuguesa da palavra *gentry*, expressão inglesa que faz referência aos sujeitos de origem nobre. E passou a ser utilizada inicialmente como conceito pela socióloga Ruth Glass (1964), quando vários nobres começaram a migrar para bairros centrais que eram tradicionalmente habitados pela classe trabalhadora em Londres. Movimento que disparou o preço dos imóveis, o que provocou a expulsão da classe proletária do bairro que o havia construído. Desse modo, o termo pode ser entendido como um processo de elitização de alguns espaços da cidade (Silveira, 2007).

As discussões iniciais sobre esse fenômeno apesar de figurarem, ainda na década de 1960, de forma centralizada no Reino Unido, se popularizou posteriormente nos Estados Unidos e no Canadá. Alcançando os debates nos demais países europeus nos anos de 1990. E recentemente, cada vez mais estudos têm se propagado pelo mundo, como ocorre na América Latina (Cordero, 2016).

O geógrafo Neil Smith (2006), um dos pioneiros a discutir o tema, a partir dos anos de 1970, tratou a gentrificação, inicialmente, como um fenômeno restrito aos grandes centros urbanos da Europa, no entanto, a reprodução global deste processo em escalas e aspectos semelhantes em outras partes do mundo, promoveu o reordenamento das discussões. De modo que passou a explicar de forma generalizada as modificações do espaço urbano nos grandes centros mundiais como consequência da midiatização das cidades através da reestruturação geográfica e social de algumas áreas de valor cultural e turístico, tornando os espaços economicamente mais atraentes.

Segundo Smith (2007, p.18 *apud* Santos, 2014, p. 590):

Na mídia, a gentrificação tem sido apresentada como o maior símbolo do amplo processo de renovação urbana que vem ocorrendo. Sua importância simbólica ultrapassa em muita sua real importância; é uma pequena parte, embora muito visível, de um processo muito mais amplo. O verdadeiro processo de gentrificação presta-se a tal abuso cultural da mesma forma que ocorreu com a fronteira original.

Já Lauriano (2013, p. 9) aponta que:

A gentrificação é um fenômeno ao mesmo tempo físico, econômico, social e cultural. Ela implica não apenas uma mudança social, mas também uma mudança física do estoque de moradias na escala de bairros: enfim uma mudança econômica sobre os mercados fundiário e imobiliário. É esta combinação de mudanças sociais, físicas e econômicas que distingue a gentrificação como um processo ou um conjunto de processos específicos.

O surgimento de novas demandas de estudos urbanos traz em abordagens mais recentes o tema da gentrificação sob a perspectiva do “urbanismo neoliberal” com estudiosos como Cornejo Urriola (2022), Souza (2018), Theodore, Peck, Brenner (2009), Hackworth, (2007) e (Leitner et al, 2007).

O neoliberalismo é o discurso dominante de nossa época e tem efeitos bem concretos na cidade, que pode vir a ser predominantemente neoliberal. É um modo de pensar, viver, um convencimento individual e coletivo que faz parecer consenso coletivo aquilo que emana da construção de uma norma social produzida por uma forma de dispositivo de governo (Foucault, 2004b) e um sistema de dominação (Bourdieu; Boltanski, 1976), como também indicam Christian Laval (2018^a, 2018b) e Dardot e Laval (2016) (Zanotelli, 2021, p. 3).

Os laços entre o padrão de neoliberalização e as modificações urbanas evidenciam as cidades enquanto locais estratégicos para o crescimento desigual de projetos neoliberais de recuperação. Theodore et al. (2009) *apud* Souza, 2018, p. 250) apontam que tais programas neoliberais se fortalecem pela combinação de tendências conduzidas pelo desmonte de formas institucionais que resultam na apresentação de novos modelos de regulamentação institucional e novas formas de gestão estatal.

O intuito das experimentações de políticas urbanas neoliberais é organizar os espaços da cidade e o seu crescimento direcionados para atender às exigências do mercado, bem como

os padrões de consumo das elites econômicas, ao passo que garante o controle sobre as populações socialmente mais vulneráveis, incentivando o desenvolvimento de atividades econômicas mais lucrativas convergindo com a proposta de tornar a região mais competitiva, bem como mais atrativa a investimentos e ao consumo turístico.

Nesse sentido, nas últimas décadas, cidades brasileiras como Salvador, Recife, Vitória, Fortaleza, São Luís, São Paulo e Rio de Janeiro marcadas pelo declínio de certas áreas urbanas têm experimentado ações público-privadas destinadas a converter esse quadro, onde o Estado é chamado a intervir, em uma atitude complexa, definida no plano de urbanismo que, por sua vez, converge em conflitos econômicos e sociais manifestados sob as ações públicas em virtude das relações de confronto entre a administração pública, grupos sociais econômicos e coletivos de interesse.

O desenvolvimento urbano não é um fenômeno recente, nem tão pouco inerte. A dinâmica capitalista, aliada a globalização, contribuiu significativamente para estabelecer uma reorganização constante do espaço, acompanhada por movimentos de concentração e nova centralização de pessoas, capital e serviços para outras áreas urbanas originando zonas de periferia, ao passo que as áreas centrais ou de interesse público-privado passaram por um tipo de regeneração na sua estrutura geográfica e alterações nos padrões comportamentais característicos do espaço social, de modo que, salvo raras exceções, o significado construído e o valor simbólico, além das memórias vinculadas ao meio são rejeitadas em favor do progresso urbano (Lima, 2013).

Marx em sua obra o *Capital* de 1867, já apontava:

A melhoria das cidades, acompanhando o crescimento da riqueza através da demolição de quarteirões mal construídos, a construção de palácios para bancos, grandes depósitos etc., o alargamento de ruas para o tráfego comercial, para luxuosas carruagens e para a introdução dos bondes etc., erradicam os pobres para lugares escondidos ainda piores e mais densamente ocupados (Marx, 1967, v. 1, p. 657 *apud* Ribeiro, 2014, p. 342).

O investimento em áreas e bairros carentes de infraestrutura é benéfico a sua população. Ocorre que geralmente a população local é desapropriada e relocada em áreas mais longínquas, ou, quando não, a “reurbanização” vem acompanhada pela especulação imobiliária que por sua vez provoca efeito de encarecimento dos produtos e serviços. Todo esse movimento acaba

afugentando as populações locais, em detrimento de uma “invasão” desses espaços pelas elites, que ao terem conhecimento sobre um investimento massivo em revitalização de um determinado lugar, agem interessadas em obter terrenos e imóveis a baixo custo e posteriormente lucrar com a sua valorização.

Parte da população da área afetada, em sua maioria pessoas de baixa renda e carente de recursos encontra nas promessas ilusórias de implementação de conjuntos habitacionais para os quais poderiam migrar e em compensações financeiras do Estado oportunidades de obter melhores condições de vida e moradia. Assim, renunciam a suas residências frente aos especuladores e se mudam para áreas periféricas deficientes em serviços públicos básicos como transporte, saneamento, ausência de pavimentação e iluminação pública, dentre outros, quebrando completamente a expectativa da melhoria de vida.

3.2 Racismo Ambiental

Outro conceito incutido nas discussões que envolvem o planejamento urbano neoliberal é a ideia do racismo ambiental, como resultado do aprofundamento da segregação residencial e da divisão social do espaço. Circunstância na qual, sujeitos e coletivos socialmente mais vulneráveis sofrem fortemente com a exclusão socioespacial fomentada pela ideia de racialização dos espaços da cidade. Problemática que também tem sido amplamente debatida pelas comunidades afetadas, ativistas sociais, estudiosos interessados e também na Comunidade da Boa Esperança como aborda Castro (2023).

Criado por volta de 1920, o racismo enquanto conceito e realidade já foi objeto de diversas leituras e interpretações. Já recebeu várias definições que nem sempre dizem a mesma coisa, nem sempre têm o mesmo denominador comum. Quando utilizamos esse conceito em nosso cotidiano, não lhe atribuímos mesmos conteúdo e significado, daí a falta do consenso até na busca de soluções contra o racismo. Por razões lógicas e ideológicas, o racismo é geralmente abordado a partir das raças, dentro da extrema variedade das possíveis relações existentes entre as duas noções. Com efeito, com base nas relações entre “raça” e “racismo”, o racismo seria teoricamente uma ideologia essencialista que postula a divisão da humanidade em grandes grupos chamados raças contratadas que têm características psicológicas, morais intelectuais e estéticas e se situam numa escala de valores desiguais. Visto deste ponto de vista, o racismo é uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural. O racista cria a raça no sentido sociológico, ou seja, a raça no imaginário do racista não é exclusivamente um grupo definido pelos traços físicos. A raça na cabeça dele é um grupo social com traços

culturais, linguísticos, religiosos etc. que ele considera naturalmente inferiores ao grupo a qual ele pertence. De outro modo, o racismo é essa tendência que consiste em considerar que as características intelectuais e morais de um dado grupo, são consequências diretas de suas características físicas ou biológicas (Munanga, 2003, p 7).

A naturalização do preconceito contra coletivos excluídos no território brasileiro é historicamente aceita e notavelmente reproduzida atualmente, pois as elites sociais e econômicas não possuem interesse em modificar o sistema subserviente que lhes favorece. Condição na qual é produzida por determinados grupos assim como, esse tipo de segregação é também induzido pelo Estado. Assim como as classes coloniais dominantes defendiam a permanência do sistema escravocrata, as elites atuais expressam aversão sobre compartilhar os mesmos espaços com as pessoas que viveram sob essa circunstância e seus descendentes. Mantendo-os nesse lugar de subalterno, fato que contribui para a perpetuação de uma sociedade desigual.

O pensamento colonial permanece arraigado na estrutura social contemporânea como herança cultural colonialista, todavia, parte da sociedade ainda não reconhece que as mazelas sociais, a falta de oportunidades e a ausência de assistência social básica são reflexos de anos de marginalização do período de invasão e domínio português, que regularizou e legitimou o sistema racista e ideológico de criminalização de pessoas pretas no Brasil.

O processo de desterritorialização baseado na ideia de raça não é um fenômeno incomum, tão pouco recente. Desde o avanço imperialista europeu, sobretudo do Império português, o mundo tem reconhecido duas posições bem definidas, onde de um lado estão os colonizadores e de outro, os colonizados. Essa divisão resultou na colonialidade enquanto estrutura de poder que atua como um dispositivo de organização social, baseado na relação de exploração dos povos originários pelos invasores.

Dessa relação de poder injustamente imposta, surgem as desigualdades sociais, étnicas e raciais que acabaram constituindo as relações de poder entre os grupos sociais diversos, assim como as formas de lutas que surgem em contrapartida a essa opressão e que inclusive são verificadas na atualidade.

Refletir e propor reflexões sobre as mais variadas formas de racismo no Brasil, atualmente, trata-se de uma urgência, se quisermos superar práticas discriminatórias, produtoras de violências e de extermínio de

pessoas negras e suas culturas. Notícias de assassinatos, que dadas as proporções são classificados e reconhecidos pela sociedade civil como genocídio, em especial no extermínio da juventude negra, são um exemplo. Os constantes ataques a templos religiosos de matrizes africanas, candomblé e umbanda demonstram uma atualização de antigas práticas de desrespeito e o propósito de silenciar essa cultura religiosa vinda com os africanos escravizados no período do tráfico negreiro, da escravidão institucional neste país. As inúmeras denúncias de negros e negras sofrendo perseguições em lojas, xingamentos em vias públicas, perda de oportunidades de trabalho, destrato em universidades e escolas de Educação Básica, da violência policial em suas abordagens vêm demonstrando a que o cotidiano racista brasileiro está longe de ser superado na terra da chamada “democracia racial” (Silva; Lúzio, 2019, p. 25-26).

Diante disso, no contexto brasileiro fortemente marcado pela negação da existência do racismo através da ideia da democracia racial é fundamental a existência de reflexões sobre o conceito de racismo ambiental e injustiça ambiental e as condições em que são reproduzidos. Reflexão que é tratada nesse trabalho a partir da observação do que tem ocorrido na comunidade da Boa Esperança há pelo menos mais de uma década.

A legislação brasileira atual criminaliza o racismo através da Lei nº 7.716 de 05 de janeiro de 1989 (Lei do Crime Racial), na qual estabelece que “Serão punidos, na forma desta lei, os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional”. Pouco tempo atrás houve uma atualização na legislação referente a esse tema, onde a sanção da Lei nº 14.532 de 11 de janeiro de 2023, equipara o crime de injúria racial ao crime de racismo, tornando-o inafiançável e imprescritível. Um outro regulamento, a Lei nº 12.288 de 20 de julho de 2010, institui em seu Art. 1º que:

o Estatuto da Igualdade Racial, destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica. Cabe ressaltar que segundo o Art. 5º inciso XLII da Constituição Federal “a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei”.

A existência de dispositivos legais específicos sobre as questões raciais no Brasil dá a falsa sensação de que a prática desses tipos de crimes é anulada ou reduzida com eficiência. Entretanto, ocorre exatamente o contrário. Os mecanismos legais mostram-se ineficientes,

pouco rígido e nada imparcial diante da disseminação crescente de princípios racistas reproduzidos pelo sistema nas mais diferentes formas, como o racismo ambiental. Sobre esse termo, Herculano (2008, p. 16) aponta que:

O conceito diz respeito às injustiças sociais e ambientais que recaem de forma desproporcional sobre etnias vulnerabilizadas. O racismo ambiental não se configura apenas por meio de ações que tenham intenção racista, mas igualmente por meio de ações que tenham impacto racial, não obstante a intenção que lhes tenha dado origem. Diz respeito a um tipo de desigualdade e de injustiça ambiental muito específico: o que recai sobre etnias, bem como sobre todo grupo de populações ditas tradicionais – ribeirinhos, extrativistas, geraizeiros, pescadores, pantaneiros, caiçaras, vazanteiros, ciganos, pomeranos, comunidades de terreiro, faxinais, quilombolas etc. - que têm se defrontado com a ‘chegada do estranho’, isto é, de grandes empreendimentos desenvolvimentistas – barragens, projetos de monocultura, carcinicultura, maricultura, hidrovias e rodovias – que os expõem de seus territórios e desorganizam suas culturas, seja empurrando-os para as favelas das periferias urbanas, seja forçando-os a conviver com um cotidiano de envenenamento e degradação de seus ambientes de vida.

Apesar de sua popularização recente, o termo foi abordado inicialmente pela liderança afro-americana na luta pelos direitos civis nos Estados Unidos, Benjamin Franklin Chavis Jr. em 1981, em um cenário de insatisfação do movimento negro contra as irregularidades ambientais que acometiam a população negra. De acordo com Chavis (1993, p. 3 *apud* Pacheco; Faustino, 2013, p. 85), o racismo ambiental:

é a discriminação racial nas políticas ambientais. É a discriminação no cumprimento dos regulamentos e leis. É discriminação racial no escolher deliberadamente comunidades de cor para depositar rejeitos tóxicos e instalar indústrias poluidoras. É discriminação racial no sancionar oficialmente a presença de venenos e poluentes que ameaçam as vidas nas comunidades de cor. E discriminação é excluir as pessoas de cor, historicamente, dos principais grupos ambientalistas, dos comitês de decisão, das comissões e das instâncias regulamentadoras.

Esse tipo de racismo tem se propagado cada vez mais na sociedade atual, instituída, sobretudo, por um modelo de urbanização excludente e que marginaliza determinadas populações, fato verificado pela ausência de ações públicas e serviços de infraestrutura básica

em locais vulnerabilizados, ocupados essencialmente por pessoas discriminadas pelo sistema. Situação que deve ser compreendida dentro de um contexto de luta e resistência, no qual esses grupos sociais têm estado cada vez mais expostos a essa prática de exclusão fundamentada por um ideal de desenvolvimento que reproduz racismo e agrava ainda mais as desigualdades na esfera socioambiental.

Nesse contexto, um dos reflexos do racismo ambiental que tem acometido a comunidade da Boa Esperança é o tratamento nocivo destinado ao meio ambiente, como os impactos negativos de grandes proporções sobre os rios que constituem a região, provocado pelo despejo de lixo urbano (esgoto), uso de dragas, o desmatamento das margens causando o assoreamento, a proliferação de transmissores de doenças e contaminação do ecossistema, além do não reconhecimento das práticas locais que gerem o relacionamento mútuo dos moradores com a natureza que os cerca, questões que acabam se associando a ações de desterritorialização estimulada por mega projetos de urbanização em Teresina, como o Programa Lagoas do Norte – PLN, assim como pela própria prefeitura da cidade.

Registros dessa prática podem ser notados por depoimentos de moradores da região da avenida Boa Esperança. Raimundo Pereira da Silva Filho (Novinho), uma das lideranças comunitárias da comunidade mencionada, expõe o desmatamento de vegetação nativa como a ‘moringa’ pela prefeitura de Teresina, sob a justificativa de uma ação de limpeza da área, bem como a naturalização da introdução de espécies invasoras e ofensivas (‘pé de Nim’) tanto para o solo e a fauna quanto para a população:

Estamos aqui na Avenida Boa Esperança, na comunidade tradicional da Boa Esperança, na zona Norte, onde a cidade nasceu. Falando aqui também para denunciar sobre a questão do meio ambiente, a gente planta, cultiva aqui nessa área, tanto na margem do rio como aqui, aqui sempre teve um bosque, foi cortado que tinha acácias. Depois a gente plantou os ipês e esses ipês a gente já tem lutado pra permanência deles. E aí nasceram três árvores que são nativas, que é a moringa, que é uma árvore que ela traz nutrientes para o solo. Ela retira substâncias poluidoras do ambiente do ar e ela já por várias vezes foi cortada na hora da limpeza da prefeitura e dessa última vez foi pedido para não cortar. Aí elas ficaram aqui, eles não cortaram. Só que aí o golpe veio de uma escola que está aqui para educar, para ensinar, para mostrar. A mesma escola que cortou, mandou cortar o pé de moringa é a mesma que dentro da creche está cultivando um nim que é até perigoso para as crianças. Venenoso, venenoso pro solo e venenoso para a própria criança ter contato. [Então já seria uma forma de educar, uma educação ambiental pra essas futuras gerações. Então está deseducando. Então a gente pode ver o que aconteceu com a moringa, foi cortada, ela já tava

bem grande, é uma árvore que ela não polui o solo. Tanto ela traz nutrientes aqui na folha como as raízes dela trazem nutrientes. Mas a nossa esperança, como ela já foi cortada várias vezes e brotou, que ela vai rebrotar de novo (Centro de Defesa, 2021).

Além de tratar sobre a exposição a resíduos tóxicos, a temática também inclui inundações, contaminação pela extração de recursos naturais e industriais, carência de bens essenciais, bem como a exclusão no manejo e na tomada de decisões sobre as terras e os recursos naturais pelas populações locais.

Outro conceito alinhado a essa forma de racismo é o de injustiça ambiental. Em que, nesse cenário, tem atuado como mecanismo de controle para omitir os interesses colonialista das classes dominantes ao assumir parcialidade em favor das atividades praticadas pela elite econômica, que por sua vez, se constitui com a ausência de ações públicas e serviços de infraestrutura básica em locais discriminados e ocupados em sua maioria por pessoas marginalizadas.

A Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA) define a injustiça ambiental como:

o mecanismo pelo qual sociedades desiguais, do ponto de vista econômico e social, destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento às populações de baixa renda, aos grupos sociais discriminados, aos povos étnicos tradicionais, aos bairros operários, às populações marginalizadas e vulneráveis.

Por outro lado, a justiça ambiental tem sido concebida pela imparcialidade aplicada a todos de igual maneira. Dedicada em atenuar as diferenças sociais e econômicas a qual determinados grupos estão expostos em decorrência do contexto ambiental que estão inclusos. A justiça ambiental enquanto um conceito, é definida como:

[...] a busca do tratamento justo e do envolvimento significativo de todas as pessoas, independentemente de sua raça, cor origem ou renda no que diz respeito à elaboração, desenvolvimento, implementação e reforço de políticas, leis e regulações ambientais. Por tratamento justo entenda-se que nenhum grupo de pessoas, incluindo-se aí grupos étnicos, raciais ou de classe, deva suportar uma parcela desproporcional das consequências ambientais negativas resultantes de operações industriais, comerciais e municipais, da execução de políticas e programas federais, estaduais, locais ou tribais, bem como

das consequências resultantes da ausência ou omissão destas políticas (Robert Bullard, 1982 *apud* Herculano, 2008, p. 2).

Pacheco e Faustino (2013, p. 93) argumentam que:

Tratar das injustiças ambientais levando em conta o racismo é mais que ‘dirigir-se’ diretamente aos povos indígenas, comunidade tradicionais e quilombolas partindo de uma ideia de localidades isoladas e de especificidades ‘minoritárias’, ou da noção de assimilação subordinada – o que se poderia dizer das populações urbanas negra e indígena - aos poderes e instituições dominantes. Considerar o racismo na problemática das injustiças ambientais significa reconhecer a posição e a importância política desses sujeitos étnico-racial e culturalmente diversos e entender essa diversidade sem distorções alegóricas, mas como condição humana e, portanto, histórica. Romper com os essencialismos que folclorizam os atingidos, assim como politizar sua experiência e as históricas negações que sobre esses contingentes recaem é, pois, um bom e promissor caminho para o enfrentamento das injustiças ambientais, posto que em boa parte é por meio dessas negações - racistas por excelência - que tais injustiças se constituem.

Considerando os conflitos e as vulnerabilidades socioambientais que determinadas populações, seja longe dos grandes centros ou no próprio espaço urbano, estão expostas, criou-se no Brasil o Mapa de Injustiça Ambiental e Saúde ou Mapa de Conflitos, que tem por objetivo descortinar as práticas predatórias de desenvolvimento e reivindicar que o poder público cumpra seus deveres e garanta condições dignas de saúde, segurança, moradia, educação dentre outras políticas públicas essenciais para a sobrevivência dos coletivos reféns desse sistema, assumindo que os processos decisórios pouco democráticos desse modo de produção, refletem na distribuição desigual dos riscos e impactos do desenvolvimento econômico.

Foi fundada em 2001, em Niterói, a Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA), [...] a partir da associação de movimentos sociais, Organizações Não Governamentais (ONGs), sindicatos e pesquisadores de todo o Brasil, com o objetivo de denunciar a destruição do meio ambiente e dos espaços coletivos de vida e trabalho que ocorrem predominantemente em locais onde vivem populações negras, indígenas ou sem recursos econômicos e fortalecer ações coletivas que possam se contrapor a esse processo. Apresentada como uma rede virtual, a RBJA constitui-se como um fórum de discussões, de denúncias, de mobilizações estratégicas e de articulação política, no sentido de ampliar e dar visibilidade às lutas encampadas por entidades e populações envolvidas. [...] Por intermédio da Federação de Órgãos

para Assistência Social e Educacional (FASE), sediada no Rio de Janeiro e que também é membro da RBJA; em conjunto com a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) foi desenvolvido o Mapa da Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil [...] e tem o objetivo de apoiar a luta de inúmeras populações e grupos atingidos em seus territórios por projetos e políticas baseadas numa visão de desenvolvimento considerada insustentável e prejudicial à saúde. [...] Os conflitos foram levantados tendo por base principalmente as situações de injustiça ambiental discutidas em diferentes fóruns e redes desde 2006, em particular a Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA) (Damasceno; Santana Junior, 2011, p. 6-7).

Discutir essa temática é demonstrar as injustiças ambientais pelas quais populações fragilizadas e outras minorias são submetidas constantemente pelo sistema de produção vigente. Assim como é urgente o combate ao racismo ambiental naturalizado sobre a morte de pessoas pretas e outras minorias vulneráveis.

Indubitavelmente é preciso pensar que os efeitos da política capitalista não recaem apenas sobre os sujeitos e coletivos discriminados, com desemprego, exclusão e violência. Mas do mesmo modo a sociedade de maneira geral, que deve lidar com o desequilíbrio ambiental provocado pelo desmatamento, poluição, assoreamento de rios, contaminação do solo, urbanização em larga escala, bem como outros problemas ignorados pela elite econômica em favor da concentração de capital.

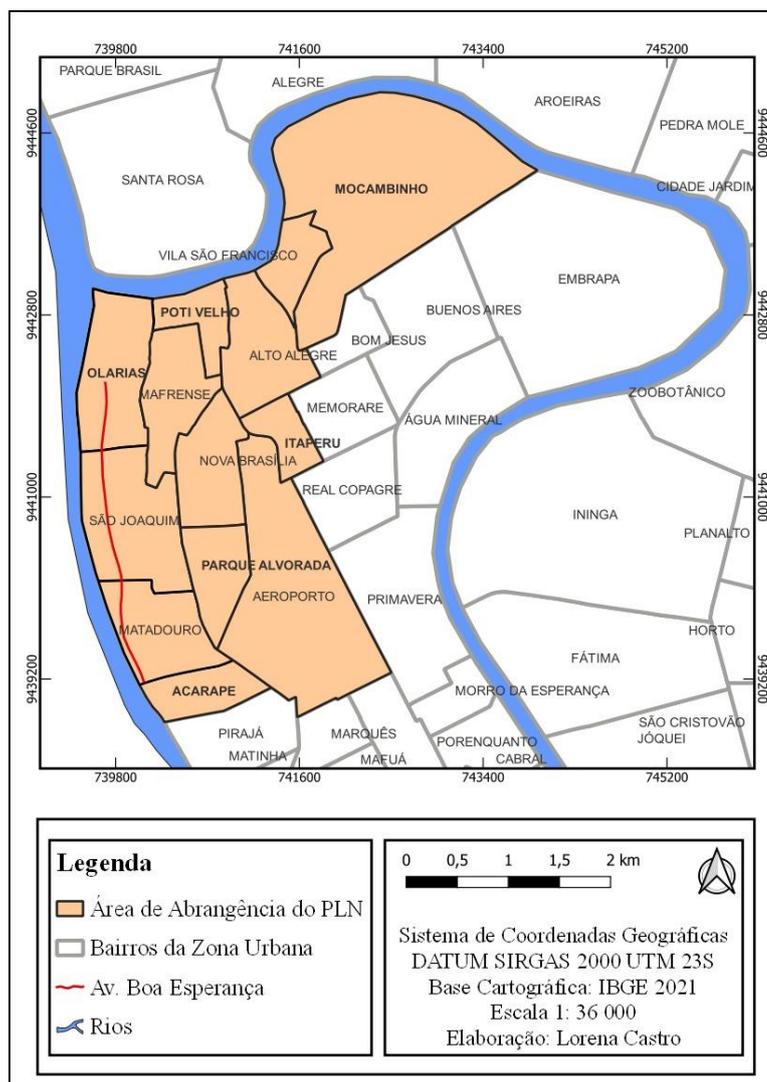
Os efeitos negativos do progresso não afetam apenas grupos e indivíduos isolados, também comprometem a sociedade como um todo, assim como as gerações futuras. Nota-se então que o progresso se trata de uma construção social, que se equipara ao mito da igualdade racial, fomentado apenas para manter os privilégios dos grupos detentores do poder aquisitivo. Nesse sentido veremos como o Programa Lagoas do Norte perpetrou essa lógica na Comunidade da Boa Esperança.

3.3 Programa Lagoas do Norte

Acordos de empréstimos junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, (associado ao Banco Mundial), são celebrados desde o pós segunda guerra mundial, na qual a instituição atuou em iniciativas econômicas de reconstrução de países europeus arrasados pelo conflito. Tornando-se reconhecida como o maior financiador de desenvolvimento no mundo. Através de empréstimos, apoio técnico e serviços de consultoria,

opera nas áreas de infraestrutura, desenvolvimento urbano, mudanças climáticas, conflitos e segurança alimentar, educação, finanças e comércio em diversas nações, destinando maior foco nos países periféricos e subdesenvolvidos, que são conduzidos, junto com o Fundo Monetário Internacional – FMI, em direção ao globalismo econômico (Banco Mundial, 2024).

O Programa Lagoas do Norte – PNL, em Teresina, corresponde a um projeto nascido dessa cooperação. Elaborado desde o ano de 2004, e oficialmente lançado em 2007, o Programa é uma iniciativa da Prefeitura Municipal de Teresina – PMT em parceria com o Governo Federal (através do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC) e do Banco Mundial, para efetivar obras de ‘revitalização’ e ‘requalificação’ de 13 (treze) bairros situados na zona norte da cidade, são eles: Acarapé, Aeroporto, Alto Alegre, Itaperu, Mafrense, Matadouro, Mocambinho, Nova Brasília, Olarias, Poti Velho, Parque Alvorada, São Joaquim e Vila São Francisco. Essa mesma região se constitui ainda pela presença de um conjunto de 11 lagoas interligadas, localizadas entre os rios Parnaíba e Poti. E em uma área total de 1.310,85 ha possui uma população de 100 mil habitantes (PLN, 2007).

Mapa 1 - Localização dos bairros afetados pelo PLN

Fonte: Castro (2023, p. 69)

O referido projeto se organiza a partir de três componentes principais nos quais estão descritas as obras e ações elaboradas no projeto sendo elas: Requalificação Urbano Ambiental; Desenvolvimento social, comunitário e econômico; e Gestão Municipal e Gerenciamento do Programa. A primeira fase de implantação teve início em 2008, com estratégias destinadas a executar transformações expressivas no aspecto da região com ações voltadas para obras de drenagem e saneamento. Tendo como feitos de destaque a criação de Parque Lagoas do Norte (incluindo a revitalização da lagoa azul, do residencial Zilda Arns, reforma do Teatro do Boi e ações relacionadas ao melhoramento do transporte urbano, abastecimento e modernização da gestão municipal) (PLN, 2007). A fase dois, iniciada após a conclusão da primeira fase, em 2015, prosseguiu com o mesmo objetivo, qualificação urbana e ambiental, apresentando as

reformas do mercado São Joaquim, Parque Ambiental Encontro dos Rios e construção da Praça dos Orixás (inaugurada em 2017, também no bairro São Joaquim).

Apesar de ser promovido e midiaticizado enquanto um projeto idealizado e executado de maneira conjunta com a população em prol do fortalecimento dos aspectos culturais e ambientais locais, muitas críticas foram elaboradas questionando o teor ideológico das condutas postas em prática através do Programa. Nesse sentido, ao contrário do que foi definido no seu planejamento, o PLN se realiza a partir de uma série de intervenções do espaço, articuladas com o propósito de transformar a região das lagoas em um cartão postal da cidade. Para isso, tem utilizado de uma política discriminatória de colonização do espaço urbano já habitado, fato reconhecido por boa parte da comunidade, uma vez que estabelece táticas de desapropriação compulsória e o reassentamento involuntário dos moradores dos bairros afetados com apoio do Estado.

O Centro de Defesa Ferreira de Sousa – CDFS (2019, p.2), associação de moradores que se organizaram para lutar contra o PLN, colocou em carta a Raquel Rolnik³ que:

O PLN é um megaprojeto de ‘revitalização’ urbana lançado no ano de 2007, pela Prefeitura Municipal de Teresina – PMT. O projeto envolve uma região de 13 bairros da zona norte de Teresina e atinge diretamente uma população de 92.000 pessoas. Para ser executado o PLN conta com o financiamento do Banco Mundial e do BIRD e já custa aos cofres públicos um valor aproximado de 800 milhões de reais. Tal projeto vem sendo implantado em uma das poucas áreas preservadas da zona urbana de Teresina: região que envolve dois rios, o Parnaíba e o Poti, 11 lagoas interligadas por canais naturais e uma rica diversidade animal e vegetal. Dentro do PLN está sendo executado o Plano de Reassentamento Involuntário - PRI (o qual vem sendo atualizado e do qual ainda temos muitas dúvidas) que impõe a remoção de 3.500 famílias, aproximadamente 15.000 pessoas. A população atingida pelo Programa caracteriza-se, em sua maioria por pessoas que ganham até 1 salário-mínimo, famílias sustentadas por mulheres, crianças e população preta. O PLN, por contrato, tem previsão de se encerrar em dezembro de 2021.

Em relação a esse Projeto de Reassentamento Involuntário - PRI, ainda que algumas das casas estivessem nas áreas de possíveis remoções, não poderiam ser destruídas nem ter seus

³ Raquel Rolnik é uma arquiteta, urbanista e professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP. Foi relatora especial do Conselho de Direitos Humanos da ONU para o Direito à Moradia Adequada, por dois mandatos (2008-2011, 2011-2014). Disponível em: <https://raquelrolnik.wordpress.com/sobre/>. Acesso em: 24 jul. 2024.

moradores removidos sem negociação prévia que garantisse de maneira efetiva segurança e dignidade habitacional para essas pessoas.

Para justificar essas ações, o Programa mencionado vem se utilizando de discursos com foco na desvalorização da historicidade da comunidade que habita essa região, a qual tem suas raízes estabelecidas, uma vez que a Zona Norte de Teresina é considerada uma área nobre e geograficamente bem localizada, a poucos minutos dos shoppings e do centro da cidade.

A área de atuação do Programa, conhecida como Lagoas do Norte, tem esse nome em razão de se localizar na zona Norte da cidade, num vale dotado de muitas belezas naturais. Na região existem 11 lagoas, parte delas interligadas por canais com diversos nichos de vegetação. A área é conformada pela confluência dos rios Parnaíba e Poti, formando um recanto bucólico de rara beleza. A região se destaca também por ter sido o “berço da cidade”, ou seja, o local em que surgiu a primeira povoação da Vila Nova do Poti, que deu origem à atual Teresina, e onde se mantêm, até hoje, tradições e manifestações culturais relacionados com esse importante evento. Apesar das citadas belezas, a região, ao longo dos anos e como reflexo da ocupação desordenada, acumulou sérios problemas sociais e ambientais. Na estação chuvosa, as águas pluviais e extravasamento dos leitos dos rios Parnaíba e Poti provocam inundações das lagoas e das áreas baixas, causando graves consequências para os residentes. Além disso, tem-se a permanente poluição das lagoas e das orlas, devido à ocupação irregular e por serem áreas receptoras do lixo e dos esgotos lançados pela população. O resultado é que nesta área coexistem beleza natural com território insalubre, degradação ambiental, pobreza e elevada criminalidade (PLN, 2015, p. 01).

Outros argumentos também são utilizados para legitimar a tomada de terras da população local da zona norte, como demonstra o Plano de Controle Ambiental do PLN (2017, p. 18):

Além das inundações, a ocupação desordenada e inadequada do solo que ocorre na região das Lagoas do Norte tem gerado uma série de problemas, onde se destacam-se os seguintes: (i) aterramento parcial ou total das lagoas e construção de habitações nessas áreas; (ii) construção de moradias na área dos diques marginais dos rios Poti e Parnaíba; (iii) ocupação de áreas localizadas abaixo da cota de inundação periódica dos rios e lagoas; (iv) extração rudimentar de argila para a produção de cerâmica vermelha (tijolos e artesanato) ampliando as áreas das lagoas e criando uma série de cavas e depressões, algumas ligadas às lagoas existentes; (v) ocupação das áreas de preservação ambiental permanente; (vi) traçado de vias públicas sem levar em conta o tipo de

chuvas concentradas (enxurradas), bem como a presença de uma rede de drenagem ignorando curvas e níveis, riachos e talvegues; e (viii) lançamento e resíduos sólidos e esgoto bruto nas lagoas e nos seus canais de interligação.

Para satisfazer as demandas de crescimento econômico os espaços passam a ser assim caracterizados como locais de risco que, portanto, justificam a retirada compulsória dos moradores pelo reassentamento involuntário. Situação prevista para a população da avenida Boa Esperança pelo PNL. No entanto, ao alegar tais afirmações a gestão do projeto abre margem para questionar que, se essa de fato fosse uma área comprometida, não se justificaria que um grande empresário de Teresina construísse sua mansão nesse lugar, nem tampouco realizar um projeto com novas construções. Fato que evidencia ainda mais os interesses de exploração econômica velados por estratégias de melhoramento social e ambiental da região.

O PNL se converteu assim, em um processo de exclusão social da população que ocupa a região das Lagoas do Norte ao reiterar o urbanismo neoliberal como força motriz para remodelar o espaço urbano. Essa tendência de urbanização, fundamentada sob uma nova interface do capitalismo global se expressa através de uma política desenvolvimentista excludente em que a pretensa requalificação urbana faz parte de uma estratégia de higienização socioespacial que visa a produção de novas áreas destinadas a exploração do capital (financeiro e imobiliário) na área interessada (Rolnik, 2019).

Quadro 1- Bairros por Área de Intervenção do PLN

Área	Bairros	Denominação
Área 1	Acarape, Matadouro, Alvorada e São Joaquim	Canal do Pe. Eduardo
Área 2	Nova Brasília, Poti Velho, Mafrense, e Olarias	Lagoa dos Oleiros – São Joaquim
Área 3	Aeroporto, Itaperu e Alto Alegre	Alto Alegre – Areoporto
Área 4	São Francisco e Mocambinho	Mocambinho

Fonte: PLN, 2014, p. 9

Quadro 2 - Quantidade de Imóveis previstos para Remoção⁴ pelo PRI 1

Causas para remoção	Número de imóveis
Imóveis situados em áreas de inundações frequentes e de proteção ambiental	257
Imóveis situados em território requerido para a implantação das obras urbanização e/ou área de proteção ambiental	104
Imóveis situados em território requerido para a implantação do Canal da Lagoa do São Joaquim, urbanização e área de proteção ambiental	18
Imóveis situados na Av. Campo Maior, em território requerido para a adequação e melhoria do sistema viário	134
Total	513

Fonte: PLN, 2014, p. 12

Quadro 3 - Número de famílias atendidas por tipo de afetação – PRI 1

PRI 1	Local	Motivo da Afetação	Nº Atendimentos Realizados	Ano De Execução
Etapa I	Canal da Vila Padre Eduardo	Risco de Enchentes/ Cota de Inundação	467	2010
Etapa II	Casa de Bombas	Ampliação da Casa de Bombas da Avenida Boa Esperança	5	2011
Etapa III	Parque Lagoas do Norte- Entrada Principal	Construção da Entrada e da Administração do Parque Lagoas do Norte	4	2011
	Vila Pantanal	Construção da Estação Elevatória de Esgoto	1	2011
Etapa IV	Canal São Joaquim	Alargamento do Canal do São Joaquim	3	2013
Etapa V	Canal São Joaquim	Alargamento do Canal do São Joaquim	13	2014
Total			493	

Fonte: PLN, 2014, p. 14

⁴ “É importante ressaltar que à medida que o PLN ia sendo implementado foi surgindo à necessidade de novas obras e o adiamento de outras, ou seja, houve um replanejamento das obras. Como consequência o quadro de remoção previsto no PRI 1, também, sofreu alteração; deixou de ser prioridade naquele momento a remoção dos imóveis em função do sistema viário, por exemplo, (estes serão objeto de remoção na 2ª Fase do PLN) e surgiu a necessidade de remoção de outros imóveis, não previstos no PRI 1; as novas remoções resultaram no: PRI1 – Etapa 2, PRI 1 – Etapa 3, PRI 1- Etapa 4 e o PRI 1 – Etapa 5 – cada um dos PRI’s tinha por foco o reassentamento de população requerido, em diferentes frentes de obra, mas sempre relacionado ao projeto das lagoas. No período entre 2009 a 2014 foram atendidas 493 famílias. Dentre as opções de atendimento colocadas (reassentamento em residencial, reassentamento monitorado, reassentamento cruzado e indenização), 66,8% optaram pelo reassentamento em residenciais e 29,3% foram indenizados e 3,9% foram reassentados através de reassentamento monitorado. Do universo de famílias reassentadas 327 foram reassentadas no residencial Zilda Arns construído exclusivamente para atender ao reassentamento – um investimento R\$ 8,50 milhões, oriundos de convênio entre a Prefeitura e o Governo Federal, do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.” (PLN, 2014, p. 13).

Essa política de realojamento sem levar em conta as dinâmicas socioculturais dos moradores contribui para a perda de seus elementos e símbolos culturais, além de prejudicar os vínculos sociais. Como aconteceu com a tradição do Bumba meu boi, festejado no bairro Matadouro, também afetado pelo PLN. Costume que se constitui com as relações comunitárias vivenciadas nas ruas pelos seus brincantes, jovens e crianças moradores do bairro. Se os atores, que dão vida a essa brincadeira e a tantas outras alimentadas no seio comunitário, são desapropriados, conseqüentemente se rompe o vínculo que essas pessoas vêm construindo ao longo de toda uma vida com o território, com o rio e em comunidade.

O antropólogo e brincante do Boi Estrela Dalva, Lucas Coelho declara que a implantação do Programa impactou as atividades relacionadas ao boi, bem como as relações sociais coletivas. Ele segue afirmando que “com as desapropriações forçadas, a própria relação das pessoas com a terra, com o rio e com o território é prejudicada. É um lugar que abriga pessoas descendentes dos primeiros povoadores de Teresina” (Lunetas, 2021).

Outro exemplo do efeito contraproducente do PLN em relação ao patrimônio e a produção cultural da região norte da cidade é o Teatro do Boi. Que, também conhecido como Complexo Cultural Teatro do Boi (antigo Matadouro Municipal), foi outrora uma instituição que desempenhou funções vitais na vida artística e cultural de Teresina. Mas que com as intervenções efetivadas no âmbito das obras do PLN, tornou-se mais uma evidência do processo de expropriação da população local enquanto nova reserva de consumo cultural para os ricos da zona norte da cidade. A requalificação do teatro veio acompanhada da sua ressignificação por seus públicos. O espaço que antes era local de múltiplas oficinas (de dança, música, teatro, corte e costura etc.) ofertadas aos moradores do entorno, tornou-se agora “um luxo”. Atividades desenvolvidas no bojo da comunidade local (aulas de percussão com materiais reciclados e o Boi Mirim) foram retiradas da programação oficial do Teatro (Sousa, 2017).

Sousa (2017) segue apontando que a reforma do teatro, nos termos do PLN, demonstra o distanciamento da instituição do seu caráter público-comunitária registrado em sua origem. Ao se apresentar sob novos interesses, que outrora se identificou pelo oferecimento de ações e serviços gratuitos, atualmente solicita uma série de requisitos ao público (figurinos e outros equipamentos), de modo que, aqueles que não tem condições de custear o material deixam de participar das atividades. Situação que se torna ainda mais evidente pois, não por acaso, a comunidade local é composta em sua maioria por pessoas negras e/ou vulneráveis

economicamente. Fato que confirma a construção de uma hierarquia bem demarcada através dos espaços revitalizados, quadro em que os próprios moradores reconhecem uma desarticulação intencional entre as atividades realizadas pelo teatro atualmente e os moradores do bairro.

Lá na porta do Teatro tinha o Festival do Bumba Meu Boi [Encontro de Bois em Teresina], eu via, nunca mais aconteceu isso! Antigamente, anos atrás, na frente do Teatro do Boi, tinham eventos, tinha competições, gincanas para as crianças participarem, davam brinquedos, tinha banda, fechava aquela avenida ali [Rua Rui Barbosa], colocava um palco grande, tinha banda para cantar de graça para a população, hoje em dia não tem nada disso... O Teatro do Boi virou um luxo! As pessoas muitas vezes nem sabem de nada, quando vai ter um evento, pergunta para as pessoas, elas dizem não, não tô sabendo não (Valadão, Valéria *apud* Sousa, 2017, p. 54-55).

Como produtor da desarticulação cultural na zona norte de Teresina, os impactos do PLN também incidem sobre as práticas religiosas realizadas e vivenciadas na região por seus moradores. O avanço desse megaprojeto afeta mais precisamente as manifestações religiosas fundamentadas na matriz africana, em que estão compreendidas uma dinâmica social e territorial (terreiros). Essas religiosidades constituem-se enquanto força motriz que instrui uma organização social, ao passo que ocupam, utilizam e significam o território à medida que tem os recursos naturais como indispensáveis para a sua reprodução cultural, social e ancestral, em que na mesma proporção fazem uso dos conhecimentos e práticas gerados e que são transmitidos pela tradição oral. A dialética cultural dessas comunidades tradicionais de terreiro corresponde a uma tradição pela manutenção dos recursos naturais do meio ambiente em que habitam e o desenvolvimento das relações comunitárias (Calgaro, C. et al., 2022).

Na comunidade da Boa Esperança as cosmovisões e ontologias passaram a ter grande influência nas movimentações populares de seus moradores para enfrentar o racismo institucional e o avanço do PLN, como o Projeto Mulheres nos Terreiros da Esperança que atua sob o propósito de fortalecer e religar as vivências quilombolas historicamente apagadas pelas ideologias coloniais e mais recentemente aprofundadas pelo capital econômico (Santos, 2017).

Os cenários apresentados exemplificam como o urbanismo neoliberal impacta diretamente na materialização do direito a cidade, nos fazendo refletir qual (quais) é o público de interesse desse modelo de urbanização que vem estruturando as cidades contemporâneas nas últimas décadas, questionamento constantemente presente na comunidade da Boa Esperança que, ao analisar as tentativas de execução do PLN no bairro São Joaquim e as ideologias que

orientam suas práticas tem perguntado “Lagoas do Norte Pra Quem?”, lema que tem conduzido um dos meios de resistência da comunidade.

O PLN, pode ser entendido como mais do que um projeto que almeja desenvolvimento urbano como já tem sido apresentado neste trabalho. Para mais, e a partir de Rhein (2023, p. 176-177) o Programa Lagoas do Norte, pode ser visualizado como um mecanismo que enfatiza a expansão da ação do BIRD enquanto órgão político, ao orientar a implementação das políticas sociais nos países em desenvolvimento. A preocupação com questões relativas ao agravamento da pobreza, esgotamento de recursos naturais e questões ambientais nessas nações, salienta a autora, trata-se na verdade de uma estratégia desses países economicamente dominantes para controlar os países periféricos, através de novas condições para a ascensão dessas nações, uma vez que define os padrões de desenvolvimento argumentando que os problemas que afligem um determinado país (independente de qual seja) afeta o funcionamento da ordem global, nesse caso onde as cidades são compreendidas dentro de um sistema global único, são arrastadas para serem introduzidas nesse arranjo urbano neoliberal (ou capitalista) a qualquer custo.

Apesar de o órgão possuir estruturas independentes (Painel de Inspeção do Banco Mundial) voltadas para garantir o cumprimento de suas diretrizes e normas de desenvolvimento, e proceder com investigações, relacionadas a pessoas e comunidades que possam ou virão a ser afetadas por algum projeto financiado pelo Banco Mundial, quando necessário, Teixeira (2010 *apud* Rhein, 2022, p. 177) observa em uma percepção crítica que:

o Banco entende o enfrentamento da pobreza nos países em desenvolvimento como uma questão de prudência e como forma de amortização de possíveis rebeliões, sendo claramente perceptível a necessidade de intervenção para manutenção do sistema capitalista e continuação da influência dos países de capitalismo desenvolvido sobre os países de capitalismo periférico. [...] o desenvolvimento de políticas sociais para o Banco Mundial aparece como uma consequência da estabilidade macroeconômica tornando o mercado como prioritário no contexto das relações socioeconômicas.

Vainer (2000, p. 78) elabora que:

este projeto de cidade implica a direta e imediata apropriação da cidade por interesses empresariais globalizados e dependente, em grande medida, do banimento da política e da eliminação do conflito e das condições de exercício da cidadania.

Nesse cenário, o urbanismo neoliberal como parte desse sistema de produção capitalista desencadeia a mercantilização dos espaços ao avançar sobre coisas e terras em detrimento da eliminação das singularidades de determinados grupos que também vivenciam e significam os territórios da cidade. A globalização em sua urgência homogeneizadora busca diluir as particularidades que compõem as diferentes formas de viver e experimentar o mundo, como consequência de um projeto colonial que subordina grupos que não reproduzem a dinâmica predatória e de acúmulo de renda alimentada por esse modelo.

Assim como tantas outras, a comunidade tradicional da Avenida Boa Esperança é vista pelos grandes empresários e urbanizadores como um obstáculo ao desenvolvimento econômico materializado em um megaprojeto de milhões de reais. Todavia, essa comunidade tradicional ribeirinha, situada em uma capital nordestina, tem construído uma resistência contra essa tendência capitalista. Nessa perspectiva de enfrentamento a esse novo modelo de controle colonial, a Boa Esperança tem atuado no autorreconhecimento enquanto patrimônio da cidade, bem como no resgate e fortalecimento dos seus modos de vida, religiosidades e ancestralidade como estratégia de luta em defesa do direito de viver suas cosmovisões e ciências através preservação dos relacionamentos comunitários livres do controle hegemônico, que tenta a todo custo controlar suas ações mediante o silenciamento e apagamento de sua existência e relevância histórica.

É de fundamental importância mencionar que o PLN, de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Teresina – PMT e financiado pelo Banco Mundial, teve contrato finalizado em dezembro de 2021. Ação que é resultado das denúncias de irregularidades nas obras do PLN, somadas ao longo de mais de uma década e enviadas pela comunidade (em documento destinado ao Painel de Inspeção do Banco Mundial em 23 de agosto de 2019) e que foram confirmadas pelo órgão em questão. “A solicitação para inspeção foi enviada por três membros da comunidade em nome de 202 famílias residentes nos bairros de Mafrense e São Joaquim, em Teresina” (Banco Mundial, 2019, p. 3).

As preocupações dos Solicitantes estão relacionadas ao impacto das obras financiadas pelo Projeto na região da Lagoas do Norte, em Teresina. Embora os Requerentes apoiem o Projeto, opõem-se ao seu reassentamento e afirmam que existem alternativas aos projetos atuais que lhes permitiriam permanecer em suas casas. [...] Os Solicitantes declaram que desejam se beneficiar das melhorias e oportunidades do Projeto enquanto permanecem no local atual. Afirmam que o Projeto de reassentamento viola a política do Banco, pois não considera: (i) as alternativas para evitar o reassentamento, (ii) os graves danos econômicos na área do reassentamento involuntário, (iii) o

empobrecimento associado a perda de propriedade e fontes de renda, (iv) a falta de oportunidades econômicas na área do reassentamento, (v) as redes sociais existentes na comunidade e os seus laços de identidade cultural com o território, (vi) a possibilidade da população afetada de usufruir dos benefícios do Projeto, (vii) a possibilidade de participar do planejamento e implementação do reassentamento, (viii) o princípio da partilha igualitária de ativos entre homens e mulheres, (ix) a necessidade de indenização antes do deslocamento, (x) a necessidade de aconselhamento jurídico, cuja falta resulta em uma avaliação injusta dos ativos e em valores inadequados de indenização, e (xi) a falta de acesso à parcela de terra por pessoas sem registro de propriedade (locatários, vendedores ambulantes ou trabalhadores informais). Divulgação e Consulta de informações. Os Solicitantes alegam que o Projeto carece de transparência e não houve diálogo entre as comunidades afetadas e o município. Segundo estes, só conseguiram acessar o RAP após entrar em contato com a Defensoria Pública e o Ministério Público. [...] (Banco Mundial, 2019, p. 3-4) [tradução nossa].

O Painel também recebeu, nas datas de 05 de agosto de 2019 e 14 de agosto do mesmo ano, cartas enviadas pela Comissão de Direitos Humanos da Arquidiocese Católica de Teresina e pela Defensoria Pública Federal no Piauí, nas quais admitem os benefícios do PLN, mas também demonstram apoio a solicitação da comunidade, bem como defendem a necessidade de se respeitar a diversidade cultural e a importância histórica desses grupos sociais.

O Ministério Público do Estado do Piauí encaminhou em 26 de agosto de 2019, outro documento igualmente importante onde solicitou a intervenção do projeto.

Segundo a carta, o Ministério Público recomendou à Prefeitura de Teresina a paralisação do processo de reassentamento foi acelerado. A carta afirma que o município não forneceu estudos que comprovem que as famílias a serem reassentadas estão em áreas de risco (Banco Mundial, 2019, p. 5).

Em mais um episódio da luta árdua por seus direitos a comunidade da Boa Esperança conseguiu a vitória sobre o Banco Mundial, fato que significou a permanência da população em suas casas e no seu território. É de grande importância mencionar esse feito, pois demonstra a força das comunidades tradicionais frente a colonialidade reproduzida pelo capitalismo neoliberal validado pelo Estado. E que não contente em subjugar e explorar o corpo de determinados grupos e minorias, agora avança de maneira indiscriminada sobre os recursos naturais oriundos de territórios pertencentes a esses coletivos.

O êxito dessa comunidade tradicional além de uma vitória sobre uma instituição bancária internacional, também simboliza a força da resistência de saberes ancestrais mediante

vínculos de identidade tradicionais, de modos de existir singulares, dinâmicas de vida que cultivam a harmonia dos ecossistemas naturais com a humanidade. Evidencia a capacidade dos grupos sociais da comunidade em persistir e defender os seus saberes (enquanto patrimônio imaterial) e aquilo em que acreditam em vista de um projeto colonial poderoso que, através da economia global hegemônica impõe esse modelo de sociedade nocivos ao pluralismo de outras existências e modos de vida, através de uma assimilação forçada.

Bispo dos Santos (2023, p. 17) comenta que:

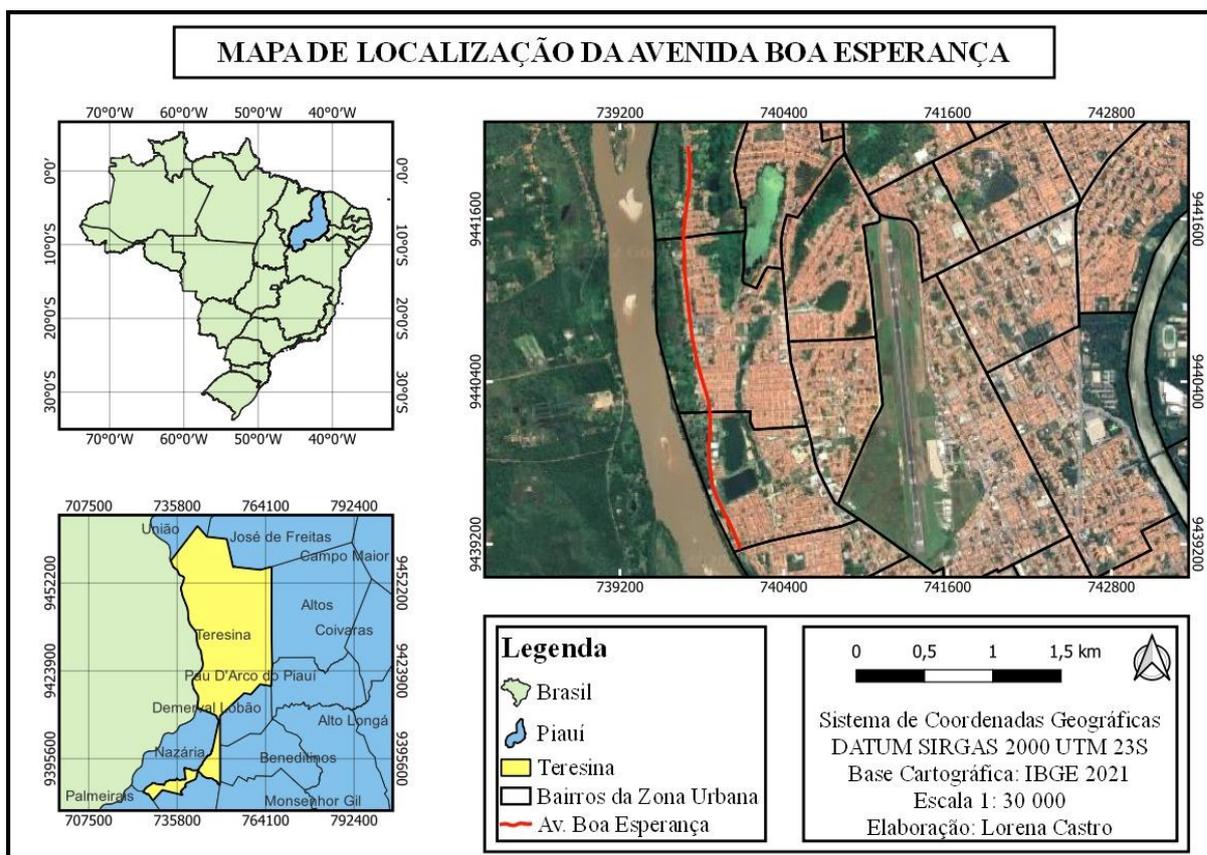
Os humanistas querem nos convencer de que a globalização é uma convivência ampla, quando de fato não é. Em vez de compreender o globo de forma diversal, como vários ecossistemas, vários idiomas, várias espécies e vários reinos, como dizem, quando eles falam em “globalizar”, estão dizendo “unificar”. Estão dizendo moeda única, língua única, mentes poucas. A globalização para os humanos não existe, o que existe para eles é a história do eurocentrismo – da centralidade, da unidade. O que chamam de globalização é universalidade. Não no sentido que nós entendemos por universalidade, mas no sentido da unicidade.

3.4 Reflexos da gentrificação na comunidade da Boa Esperança

A especulação econômica e imobiliária gerada pela implantação de um processo de revitalização de uma área urbana compromete as dinâmicas socioculturais e as relações humanas com o meio. Esse fenômeno resulta de um conjunto de peças que fazem a engrenagem funcionar. A recriação, ou melhor, o enobrecimento das áreas gera o encarecimento dos terrenos e dos serviços, que, por sua vez eleva o custo de vida local, que em pouco tempo promove a descentralização populacional daqueles que não caíram na tentação da venda ou resistiram à desapropriação, e assim acontece uma nova ocupação da área, por pessoas “aptas” a usufruírem do progresso das cidades.

A exemplo disso, temos ações que ocorreram na comunidade da Av. Boa Esperança na qual diversas famílias sofreram com as primeiras remoções frutos da implementação da primeira fase do Programa Lagoas do Norte – PNL, e outras que permaneceram relutantes a mudança, lutaram contra o projeto.

Mapa 2 - Localização da Avenida Boa Esperança



Fonte: Castro, 2023, p. 60.

Desde o final de 2014, a prefeitura de Teresina começou a cadastrar os imóveis que seriam desapropriados e seus moradores remanejados para outros locais. Ação que concretizada, acarretaria a retirada de 1800 famílias da Av. Boa Esperança e a sua redistribuição para dois residenciais nos bairros Mafrense e Parque Brasil, também na zona norte, e em outras 396 casas que, segundo a administração municipal, deveriam ser construídas na mesma região da avenida Boa Esperança (G1, 2015).

Ironicamente o projeto que prevê a remoção de famílias locais da região como estratégia essencial para a execução do PLN, por sua vez, dispõe de algumas exceções, onde nem todas as residências e seus moradores fazem parte do grupo que deve ser removido. Imóveis de empresários locais que habitam a região da avenida Boa Esperança, por exemplo, não tem sofrido com ameaças constantes de desapropriação. Fato que revela um padrão claramente definido que regula e determina a quem interessa a requalificação desse novo espaço urbano.

Mendes (2011, p. 481) explica que:

As intervenções públicas que provocam valorização da cidade desencadeiam mecanismos contraditórios de expulsão e reapropriação.

As novas políticas urbanas traduzem uma maior orientação para o mercado e para os consumidores, em detrimento das classes mais desfavorecidas.

O enobrecimento dos espaços da cidade reforça o abandono e desvalorização das classes menos favorecidas, marginalizadas pelo poder público e cada vez mais encurraladas pelas incessantes investidas do capital privado. Em detrimento da construção de um ideal perfeito de cidade urbanizada, outros espaços, pessoas e saberes tradicionais tem sua singularidade cada vez mais perdendo espaço mediante as agendas ditas “progressistas”.

As ações de remoção, portanto, ficam resguardadas as famílias mais vulneráveis social e economicamente, enquanto as pessoas que detém maior poder aquisitivo são escolhidas para permanecer usufruindo desse espaço. A reprodução dessa segregação residencial acaba conduzindo a uma alteração da estratificação social como esclarece Mendes (2015, p. 214-215):

A gentrificação trata-se sempre de um fenômeno de substituição social classista e de reapropriação pela burguesia – e da própria e respectiva ideologia neoliberal e ordem simbólica subjacente – dos espaços de habitat populares das áreas antigas centrais. O processo implica, quase sempre, a expulsão dos antigos residentes; logo, o desalojamento e segregação residencial, culminando com um aprofundamento da divisão social do espaço urbano. Essas tendências são muito e doentes, sobretudo numa extensão do conceito de gentrificação a recentes casos de grandes operações urbanísticas de renovação e regeneração, levadas a cabo por diversos agentes de produção do espaço urbano, já caracterizados por Henri Lefebvre (1974): os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado, as empresas e os cidadãos.

Os aspectos característicos da gentrificação evocados atualmente sob a ótica do urbanismo neoliberal, atua por vezes disfarçados em discursos desenvolvimentistas e de apelo social lançados em defesa da realização de empreendimentos, adotam medidas violentas para suplantar a resistência a tais projetos urbanísticos.

Quando observamos o cenário da Zona Norte de Teresina, Santos (2023, p. 35) aponta que:

O Programa Lagoas do Norte visa transformar a região das Lagoas em um cartão postal da cidade, transformando os espaços, reformando equipamentos antigos como o Teatro do Boi e o Parque Encontro dos Rios, e criando novos parques. A questão problemática é que a

Prefeitura Municipal de Teresina (PMT), tem dado peso à política de desapropriação das famílias, não levando em conta a prerrogativa e as diretrizes do Banco Mundial (BM), que indica melhoria das moradias e, em último caso, a remoção. Assim como aconteceu na primeira fase, de implantação do programa (2009-2014), quando quatrocentas e noventa e três (493) famílias de oleiros (Teresina, 2014), sujeitos que viviam desde um movimento circular com a terra, pra trabalhando com o barro, pra nas vazantes, forma alvos do reassentamento involuntário.

Ações autoritárias com e sem aviso prévio têm sido constantemente praticadas na área que compreende a comunidade da Av. Boa Esperança. Onde os sujeitos envolvidos nesses conflitos socioespaciais são colocados em situações de violência que ameaçam a sua existência dentro de seus próprios quintais com ocorreu com o Seu Raimundo Fernandes. O morador da comunidade da avenida Boa Esperança e vazanteiro⁵ das margens do rio Parnaíba sofreu no ano de 2018, por mais de uma vez, com invasões a suas terras. Os ataques resultaram na destruição da plantação cultivada pelo Seu Raimundo e na construção indevida de um muro no local para evitar que o morador acessasse o próprio terreno (Ocorre Diário, 2021).

Outras ações também foram verificadas em 2019. Na ocasião, sem mandado ou ordem judicial, cerca de 30 residências foram demolidas na rua 7, da Vila Apolônia. A ação organizada pela prefeitura de Teresina e executada por uma equipe da SDU/Centro Norte foi acompanhada por agentes da Polícia Militar que intimidaram e impuseram terror a população, que durante o episódio foi surpreendida pelas máquinas avançando sobre suas casas e de seus vizinhos (Ocorre Diário, 2019).

A destruição das residências na Vila Apolônia evidencia como o projeto atua na contramão da ideia de uma cidade inclusiva e coletiva, pois contradiz os próprios princípios que alegam um melhoramento urbano.

A implementação do PLN gera impactos socioambientais e ameaça os Direitos Humanos, uma vez que promove situações de abuso e desrespeito que comprometem e afetam, os locais e modos de vida tradicionais, e as comunidades de terreiros, resguardadas pelo Decreto nº 6040, de 7 de fevereiro de 2007 ao passo que contrapõe o art. 216 da Constituição Federal de 1988, que resguarda a preservação do patrimônio material e imaterial, além de confrontar

⁵ Categoria usada pelos locais para designar os agricultores que aproveitam a sazonalidade dos rios e plantam nas “vazantes”.

convenções internacionais como a Convenção da Unesco para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, ratificada pelo Brasil em 2006.

Deste ponto de vista, é válido ressaltar que o programa se expressou de forma excludente diante dos sujeitos que lutam pela manutenção de suas moradias e modos de vida. Uma vez que a existência dessas pessoas e grupos é pensada e vivida na perspectiva onde a casa e o lugar são dependentes. Os ocupantes manifestam suas ancestralidades e evocam suas entidades a partir da força da natureza, das matas e dos rios que constituem os espaços de vivência comunitária em que habitam.

Nesse sentido, Varão e Rego (2017), compreendem que as remoções involuntárias das famílias implicam no "[...] rompimento da tradição estabelecida entre o local de moradia e os seus ocupantes, o que pode significar uma perda incalculável do patrimônio histórico-cultural e ambiental para a região" (Varão; Rego, 2017, p. 303).

Santos (2014, p. 589) segue enfatizando que:

Em certos casos, articularam-se intervenções urbanas de caráter mais pontual, justificadas ideologicamente pelas mudanças de ajuste urbano à globalização, muito marcadas pelas alianças entre interesses do capital e do poder público. Isso resultou em processos marcados por práticas excludentes, já que essas intervenções estão norteadas pelo mercado, tendo como público preferencial as classes médias e altas (Frúgoli Júnior, 2000; Nobre, 2003; Vainer, 2000).

A elitização de certas áreas da cidade é compreendida através de uma tendência de venda de atributos particulares oferecidos pela cidade como atrativos e elementos de valorização pelo mercado. Nesse contexto contemporâneo, o processo de enobrecimento do espaço urbano está diretamente relacionado à ideia de cidade como mercadoria de luxo, sustentada pelo capital globalizado, que vislumbra as cidades em uma competição, na qual os espaços urbanos são planejados para serem vendidos às elites locais e turistas (Vainer, 2000). Nesse sentido, o desenvolvimento turístico ao ser visto como prioridade passa a receber a atenção de investimentos por parte da administração público-privada enquanto serviços básicos necessários a população é ignorada.

Figura 2 - Turistas estrangeiros fotografando a estátua do Cabeça de Cuia, no Parque Ambiental Encontro dos Rios.



Fonte: Isabela Leal / G1 PI, 2023

Essas práticas promovem a espetacularização das cidades onde grupos detentores do poder econômico constroem um imaginário capitalista do espaço urbano. Como destaca Sharon Zukin (1995, apud Leite, 2010, p. 74) criam “uma paisagem de poder” marcada pela segregação social do espaço público. As moradias construídas ao longo do tempo pelas mãos dos moradores passam a ser substituídas pelo concreto, intervenções que na grande maioria das vezes não apresentam planejamento prévio e condizente com a realidade local.

Tais transformações evidenciam situações de injustiça socioambiental, em que o racismo ambiental passa a ser fortemente expresso. Pois em sociedades desiguais os grupos passam a ser racialmente discriminados, onde sujeitos e coletivos socialmente vulneráveis e historicamente marginalizados, em geral componentes de populações de baixa renda, são os mais afetados pelas consequências danosas advindas com o desenvolvimento (Silva, 2012).

3.5 Projeto Vida Rios

Não satisfeita com as consequências negativas e a expropriação registradas na zona norte, bem como na comunidade da Boa Esperança, provocados pelo PLN, a Prefeitura de Teresina atualmente busca implementar um novo projeto de requalificação urbana. O Projeto

Vida Rios, foi lançado em maio de 2022, com apoio do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Piauí - CAU/PI, órgão que define que o objetivo do projeto é “promover a valorização e proteção dos rios Poti e Parnaíba em sua passagem por Teresina, proporcionando assim, uma reconciliação da população, da cidade com os seus rios” (CAU/PI, 2022).

Durante reunião com o prefeito de Teresina, Dr. Pessoa, a secretária municipal do Meio Ambiente, Elizabeth Sá, apresentou o projeto final de um dos principais programas da pasta para a cidade: o Vida Rios. Serão cerca de R\$ 37 milhões em investimentos que vão revitalizar e transformar as margens dos rios Parnaíba e Poti na capital. [...] O projeto que foi elaborado por arquitetos, técnicos e especialistas da Prefeitura de Teresina, através das Secretarias do Meio Ambiente, Planejamento e Desenvolvimento Urbano e Habitação com apoio da Superintendência de Ações Administrativas Descentralizadas (SAAD) Centro, vai valorizar os rios de Teresina e **reinventar a relação do Poti e do Parnaíba com a população local**. [...] O projeto inclui, desde a revitalização de todo o Cais do Parnaíba e a recuperação da mata ciliar, até a requalificação de ruas próximas. Ações como a construção de restaurantes flutuantes e pedalinhos também estão sendo pensadas para atrair os teresinenses. [...] O projeto será implantado em três etapas e a primeira já será contemplada, através do Programa Ação Centro, para englobar o tradicional cais do rio Parnaíba e a origem da cidade. O cais do Parnaíba será construído em dois trechos e vai da Ponte Metálica até a praça Da Costa e Silva. [...] O Superintendente da SAAD Centro, Roncalli Filho, garantiu também que já está em tratativas para obter mais recursos para implementar as ações do Vida Rios. [...] (PMT, 2022) grifo feito pela autora.

Sobre o Projeto Vida Rios, é importante salientar um trecho específico feito em afirmação pela PMT (2022), onde declara que esse projeto “pretende valorizar os rios de Teresina e reinventar a relação do Poti e do Parnaíba coma população de Teresina”, entretanto, é interessante refletir sobre, em quais termos se trabalha a ‘reinvenção’ dessa relação. E por que isso deve ser feito? Por que não pensar essas relações a partir das experiências já vivenciadas pelas populações ribeirinhas que habitam as margens desses rios? Experimentações produzidas e significadas constantemente em comunidade que tem grande potencial para colaborar com seus conhecimentos tradicionais em conjunto com a esfera administrativa pública-privada na expectativa de contribuir para a melhoria das condições de vida locais. Mas o que se percebe é que esse modelo de urbanização não busca realmente envolvimento com outros agentes, tão pouco criar parcerias efetivas para as políticas de bem-estar social, pois o que se nota é a reprodução de práticas discriminatórias que alimentam a exclusão territorial, através da

marginalização de certos grupos que ocupam as áreas de interesse econômico, produzindo mais vítimas desse modelo econômico.

Castro (2023, p. 75) atenta que:

Nesse contexto, a legitimação das políticas segregacionistas classifica os coletivos como uma subclasse social que ocupa um lugar em iminente risco ambiental, que não dispõe de infraestrutura básica que, portanto, são territórios sem valor. Assim incumbido de uma falsa responsabilidade social, representantes do sistema capitalista procuram realocar esses grupos para espaços cada vez mais distantes e que oferecem condições mínimas de sobrevivência. Esta política resulta em um verdadeiro processo de gentrificação de infraestruturas e implantação de megaprojetos em locais anteriormente considerados insalubres e pouco atrativos, proporcionando desta forma uma mudança na dinâmica socioespacial em virtude da seletividade do desenvolvimento social.

A execução de grandes projetos urbanos como estratégias de crescimento econômico e social promovida pelo capital privado e sustentado pelo Estado tem alcançado níveis orçamentários absurdos e os resultados obtidos pouco fazem jus aos objetivos definidos e os custos destinados. Essa prática, já verificada como uma tendência global crescente, torna as populações menos favorecidas e comunidades tradicionais, já vulneráveis, ainda mais fragilizadas devido as perdas que esses projetos neoliberais de gestão das cidades provocam.

Os investimentos destinados a esses projetos milionários poderiam ser mais bem aproveitados se fossem revestidos para a melhoria da qualidade de vida da população, ao solicitar ao poder público administrativo uma escola, um hospital ou transporte público, que em geral tem como resposta a ausência de verba ou nos casos mais animadores, o aguardo para o prazo de licitações. Assim, é notório que a problemática das questões sociais que afligem a população mais carente não está relacionada a falta de recursos, mas na forma como a esfera pública está administrando os recursos e quais as intenções ideológicas por trás dos destinos escolhidos para receber as verbas.

Nesse contexto:

O Conselho Municipal de Política Cultural de Teresina (CMPC), em sessão ordinária, dia 28.04.2021, com participação de conselheiras, conselheiros e sociedade em geral, aprovou manifestação de repúdio em relação às primeiras notícias recebidas sobre o Projeto VIDA RIOS. Destaca-se a enorme preocupação deste Conselho sobre o Projeto Vida Rios, considerando: 1) a falta de informações sobre o financiamento do projeto, explicando a sustentabilidade financeira do Município frente

ao investimento; 2) a enorme importância do território ribeirinho (incluindo o território da Zona Norte de Teresina) para as várias comunidades tradicionais presentes nessas áreas, enquanto: a) uso do território para sustento da vida dos moradores, tanto para moradia, quanto para usos sustentáveis da terra para alimentação e geração de renda, como no caso dos vazanteiros e pescadores artesanais; b) as práticas culturais ali estabelecidas, como no caso dos povos de religiosidade de matriz africana, benzedeiros e ribeirinhos, que tem um grande valor pelo patrimônio cultural imaterial pela cidade e pelo Brasil, como confirmado pelo próprio IPHAN em 2015; c) o território da comunidade autorreconhecida quilombola da avenida da Boa Esperança; d) fortes laços comunitários estabelecidos, que ajudam a população a sobreviver, inclusive em época de pandemia. Devido à enorme importância desse território, reforça-se a necessidade de proteção desse patrimônio cultural local e nacional e da garantia dos direitos das famílias à moradia e manutenção dos laços comunitários, para preservar a função social da terra de acordo com Art. 186 da CRFR - (Vieira, 2021 *apud* Carvalho, 2021).

O crescimento econômico pautado na ordem neoliberal em virtude dos megaprojetos mencionados leva a um processo de deslocamento do Estado de sua função enquanto articulador da política econômica, papel que passa a ser executado pela iniciativa privada internacional integrada pelos governos municipais que, segundo De Oliveira (2013) passam a ser reconhecidos como legítimos representantes na nova lógica econômica mundial. A cidade, convertida em mercadoria, conforme Vainer (2000):

[...] deve buscar o seu lugar no mercado a partir de suas vocações e vantagens comparativas, a fim de atrair investimentos e garantir o desenvolvimento econômico e social. Mais do que qualificar e integrar o território às novas exigências impostas pela globalização, as intervenções urbanas devem proporcionar uma imagem de modernidade ao território (Castells e Borja, 1997). [...] Assim a competição de lugares (cidades, estados ou regiões) se incumbiria de promover os incentivos necessários para os investimentos privados. Ao Estado caberia assegurar a estabilidade institucional e fornecer infraestrutura de acordo com as indicações do mercado. [...] (De Oliveira, 2013, p. 151).

Nestas condições, a cidade enquanto mercadoria é vista dentro de um cenário competitivo extremamente complexo, na qual o planejamento e a gestão das cidades, instruídas pelo capital transnacional, produzem diagnósticos dos atributos locais que a cidade oferece ou pode oferecer, delineando um perfil de consumidor adequado para usufruir dos serviços oferecidos por determinados espaços da cidade.

Mediante um diagnóstico previamente calculado para definir a quem a cidade neoliberal se destina, não fica difícil entender o que tem ocorrido na região da avenida Boa Esperança, caracterizada pela institucionalização do racismo ambiental em razão dos projetos de urbanização já citados, que incentivam a segregação espacial e age contra a memória coletiva e o patrimônio cultural das pessoas que habitam esse território. Em que, convenientemente é definida como uma área de risco por ser ocupada por pessoas negras, de modos de vida simples, de religiosidades de terreiro e em sua maioria de baixa renda, características que não compõem o padrão de consumidor que o capital transnacional deseja para a cidade de Teresina. E, portanto, alvo de ações discriminatórias afim de justificar a desterritorialização, como fator fundamental para explorar o potencial econômico observado na região.

Apesar da comunidade da Boa Esperança sofrer com a ausência de políticas públicas e (ou) com a reprodução proposital de ações que realçam seus problemas de infraestrutura básica, têm lutado através do seu patrimônio cultural que compõe a história da cidade de Teresina, em especial da zona norte e das comunidades tradicionais que a ocupam, contra a implantação dos programas de revitalização urbana que pretende remover os moradores locais em benefício de outros grupos. Situação que impacta diretamente a vida cotidiana das pessoas envolvidas atualmente, mas também estimulam e geram a segregação socioespacial que perduram por gerações.

4 A BOA ESPERANÇA NA LUTA CONTRA O PARADIGMA DO DESENVOLVIMENTO E EM DIREÇÃO A UM PARADIGMA DE ENVOLVIMENTO

A economia capitalista amplamente difundida pelo mundo, baseada na acumulação de riquezas e na exploração de recursos naturais modificou drasticamente a relação da humanidade com a natureza. A exploração econômica dos recursos de forma predatória rompeu com o equilíbrio que outrora existiu. A inserção de bases extrativistas em escala mundial, decorrente do consumo de produtos industrializados que, por sua vez, requerem matéria-prima determina o curso das transformações sociais, econômicas e ambientais definidas por esse modelo produtivo. Nesse sentido, a ideia de crescimento econômico ganha notoriedade ao se estabelecer como pressuposto para o desenvolvimento econômico.

O distanciamento e o rompimento da dinâmica de uma relação mútua entre humanidade e meio ambiente levaram ao que Bispo dos Santos (2023) chamou de cosmofobia, em que

segundo o autor “é responsável por esse sistema cruel de armazenamento, de desconexão, de expropriação e de extração desnecessária. [...] A cosmofobia é a necessidade de desenvolver, de desconectar, de afastar-se da originalidade (Bispo dos Santos, 2023, p. 15).

O autor segue justificando que:

A humanidade é contra o envolvimento, é contra vivermos envolvidos com as árvores, com a terra, com as matas. Desenvolvimento é sinônimo de desconectar, tirar do cosmo, quebrar a originalidade. O desenvolvimento surge em Gênesis. Relacionar-se de forma original para o eurocristão, é pecado. Eles tentam humanizar e tornar sintético tudo o que é original (Bispo dos Santos, 2023, p. 16-17).

O aprofundamento da mercadorização da natureza com a expansão desse ideal produtivo tem provocado um desequilíbrio ambiental em escala global e agravado as diferenças sociais. Dessa dinâmica desenvolvimentista decorrem diversos crimes ambientais como a destruição de ecossistemas, a poluição de rios e oceanos, a extinção de espécies de animais e plantas comprometendo as gerações atuais e futuras.

Para existir e continuar sua expansão, o modo de produção capitalista gera uma destruição ampliada do meio ambiente. A destruição dos recursos é cada vez maior e com o tempo pode se tornar irreversível, promovendo a extinção da espécie humana. A destruição do Cerrado, o desmatamento, a dilapidação de diversos recursos naturais específicos, gera não apenas problemas graves em regiões e setores da população. Dependendo do grau de destruição, os seus efeitos poderão se tornar insolúveis no futuro. Por enquanto, geram contradições no presente que ficam cada vez mais graves. [...] o impacto da destruição ambiental se faz cada vez mais na vida cotidiana dos indivíduos. O retorno de doenças (que estavam há muito tempo controladas), o desequilíbrio climático (especialmente o esquentamento), a poluição etc., mostram como o modo de produção capitalista tem um impacto indireto, apontado nesses exemplos, que gera mais problemas e novos conflitos (Viana, 2017, p. 187).

O capitalismo enquanto sistema, além de subalternizar determinados corpos também subalterniza a natureza através do processo de incorporação dos seus recursos na dinâmica de acumulação capitalista. Nesse quadro, as problemáticas e conflitos gerados como consequências dessas ações predatórias impactam especialmente de maneira brutal os

indivíduos e grupos já vulneráveis como a comunidade da Boa Esperança, habitada por pessoas pretas, que vivem uma religiosidade fundamentada na matriz africana e de baixa renda. Aspectos que quando mencionados dentro da concepção capitalista e colonialista são motivos de aversão e discriminação. Assim, Bispo dos Santos (2023, p. 10) segue destacando que:

Os povos da cidade precisam acumular. Acumular dinheiro, acumular coisas. Estão desconectados da natureza. As cidades são estruturas colonialistas. Nem todos os povos da cidade são povos colonialistas, mas a cidade é um território colonialista. Há povos vivendo a duras penas nesse território colonialista. [...].

A ideia de progresso está diretamente relacionada a crença em uma ilusória sociedade igualitária, na qual o desenvolvimento econômico contemplará a todos, quando na realidade apenas um grupo será beneficiado. E quando trajado pelo discurso de desenvolvimento sustentável o capitalismo se apropria da força de trabalho das classes discriminadas da sociedade, na qual comunidades tem sofrido com a especulação imobiliária, desterritorialização, injustiças ambientais, doenças, genocídios e quaisquer outros instrumentos e violências que favoreçam a acumulação de renda.

Em face dos diversos desastres socioambientais provocados pela ação humana ao longo do tempo, estudiosos tem se dedicado a discutir conceitos e medidas de enfrentamento diante das consequências da exploração agressiva sobre a natureza, como alternativa para construir uma sensibilidade social e ambiental, por parte da sociedade, interessada no bem comum de todos e em ações que almejem um desenvolvimento que seja sustentável e economicamente viável e socialmente aceitável.

Para meios de exemplificação tem-se Rachel Carson em Primavera Silenciada de 1962, em sua obra a autora evidencia os impactos que as indústrias químicas têm sobre a vida animal e humana quanto a produção e a utilização de agrotóxicos.

Assim como o relatório intitulado “Limites do crescimento” de 1972, elaborado pelo Clube de Roma condenando e atentando a população mundial para a trajetória nefasta que aguarda a humanidade devido a exploração continuamente agressiva dos recursos do planeta. O trabalho concluiu que a submissão da natureza, como consequência da industrialização e do consumo desenfreado provocaria o esgotamento dos recursos naturais em menos de cem (100) anos. A finalidade do relatório era abrir as discussões para que as sociedades, em seus contextos

particulares, começassem a questionar o modelo econômico de exploração praticados na época, aspirando uma atualização desse sistema ao que atualmente se conhece por economia verde, apesar de que a publicação tenha sofrido com acusações para barrar o desenvolvimento econômico vigente nesse período.

Outro destaque é o conceito de Ecodesenvolvimento, cunhado pelo economista e sociólogo Ignacy Sachs (1972), no qual elabora o crescimento econômico inserido no contexto de desenvolvimento social e proteção ambiental a partir da interação de cinco pilares essenciais de sustentabilidade, são eles: social, econômica, ecológica, territorial e cultural (Oliveira; Monteiro, 2015, p. 30).

É importante citar o Relatório de Brundtland “Nosso Futuro Comum” de 1987, documento que expressa que o desenvolvimento sustentável deve garantir as necessidades das populações atuais, bem como das futuras, que deve ser potencializada pela mudança de pensamento de governo, organizações empresariais e sociedade civil, enquanto consumidores. Importante salientar que as pautas organizadas nesse relatório refletem criticamente sobre as práticas industriais em larga escala, o consumismo indiscriminado de produtos considerados não sustentáveis e a falta da sociedade civil nos debates sobre as agendas que versam sobre desenvolvimento e sustentabilidade.

No Brasil, o livro *Ideias para adiar o fim do mundo* (2019), do líder indígena, ambientalista e filósofo Ailton Krenak é também uma manifestação crítica acerca da relação da humanidade separada da natureza. Uma vez que compartilha da ideia de que o consumismo exacerbado, a pouca preocupação com a preservação dos ecossistemas naturais e os impactos provocados pelos desastres ambientais na contemporaneidade podem levar a autodestruição humana. Ao passo que dispõe de ontologias tradicionais indígenas como alternativas para repensar as relações humanas com o meio e o próprio sentido da existência da vida.

Achille Mbembe, nas lições sobre necropolítica, nos aponta a reflexão de que o capitalismo contemporâneo se traduz em um projeto de revitalização da própria escravização. A herança colonial escravocrata insiste em marcar na pele negra e indígena, em seus corpos e territórios, as consequências do racismo ambiental, desde assassinatos de lideranças que se contrapõe ao modelo hegemônico, às doenças causadas por áreas e águas contaminadas, ao esbulho de seus territórios e desaparecimento de comunidades inteiras. O sistema pós-colonial modernizou os meios de produção, mas segue ditando às regras, de quem merece ou não viver, de quais vidas poderiam ser descartadas. Não por acaso, terras indígenas e quilombolas são usurpadas para a

exploração predatória neoliberal. O racismo ambiental se torna institucionalizado como em “cidadãos”, em uma perspectiva etnocêntrica, é a mesma coisa que dizer: “Vamos salvá-los, vocês têm que deixar de ser indígenas, deixar de ser quilombolas”. Com a perda do pertencimento a uma coletividade e territorialidade, fica mais fácil transformá-los em mãos de obra explorada nos moldes do antigo “Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais” (Silva; Moraes, 2019, p. 37-38).

Fica então evidente que as práticas desenvolvimentistas são elemento fundamental para manter estreitos os laços entre colonialismo e progresso, em que, no cenário contemporâneo as minorias dominantes produzem a marginalização de coletivos através da concentração de renda e apropriação dos recursos. De modo que os efeitos ambientais aos quais populações e comunidades tradicionais estão expostas decorrem de ações conscientemente planejadas que atuam como mecanismos de domínio e controle de instituições empresariais e do Estado. O racismo ambiental age para negar e silenciar os discursos que o definem como uma prática discriminatória.

Nesse cenário onde o capital neoliberal se instala vertiginosamente sobre o Estado, as instituições, as pessoas e grupos sociais vulneráveis, inculcado de pouca afinidade com a natureza, que a comunidade tradicional da Boa Esperança se posiciona contra esse processo crescente que atualmente tem se verificado como uma recolonização.

4.1 Lagoas do Norte Pra Quem?

A execução do Programa Lagoas do Norte levou populações historicamente vulneráveis a insurgirem contra os despejos forçados e o reassentamento involuntário realizados na zona norte da cidade pela prefeitura de Teresina, em especial na avenida Boa Esperança. Apesar das inúmeras ‘boas intenções’ que envolvem o PLN, a ideia não foi bem recebida pela população local. A região da avenida Boa Esperança, um dos lugares mais atingidos pelo programa, existe muito antes do início da construção de Teresina, habitada por indígenas e quilombolas. E o território atual segue sendo habitado por seus remanescentes que, a duras penas permanecem cultivando as suas ancestralidades.

Vale ressaltar que não se trata apenas de despejos involuntários e reassentamento compulsivo, a expulsão dessas pessoas significa a destruição dos vínculos afetivos e solidários da comunidade, com a ancestralidade sagrada e com o território, é também a retirada do sustento

das pessoas, que desde sempre tem realizado atividades de pesca, agricultura, olaria, dentre outras, que se constituem através da relação com o rio, a terra e as matas que margeiam os rios.

A forte ligação dos coletivos sociais com o território aponta para uma dimensão comunitária identificada e firmada pelas experiências compartilhadas dentro dos próprios círculos comunitários. O sentimento de insegurança mediante as ameaças e violências sofridas direta e indiretamente por essa população deu início a uma união entre os moradores pelo direito de permanecer no seu território e manter seus modos de vida, de trabalho, memória, cultura e religiosidades concebidos historicamente no local. No entanto, não sem resistência.

Figura 3 - Manifestações contra as desapropriações do PLN nos muros da Avenida Boa Esperança



Fonte: Cauê Vasconcelos/Ponte Jornalismo, 2019

O povo em um único som quer saber: “Lagoas do Norte Pra Quem?” Esse questionamento surgiu enquanto um movimento comunitário, a partir das inquietações da comunidade e da necessidade de enfrentamento ao capitalismo e contra a colonização, materializados no PLN, denunciado nos muros e em faixas espalhadas por toda a comunidade do entorno da avenida Boa Esperança, nos cartazes levantados nas manifestações em frente à prefeitura de Teresina, nos encontros com agentes públicos, nas reuniões com os vizinhos para elaborar formas de sobreviver ao PLN. E nas mídias sociais para efeito de divulgação e comunicação sobre as ações realizadas pela comunidade, a exemplo da fanpage “Lagoas do Norte Pra Quem?”, na rede social Facebook.

Diante das investidas do PLN foi criado o Comitê Lagoas do Norte com o objetivo de lutar contra a remoção involuntária dos moradores e, principalmente, como mecanismo de intermediação entre a população e a PMT, uma vez que os moradores não se sentem contemplados com

o projeto. É preciso dizer que eles não são contrários às intervenções urbanas, desde que essas possam trazer benefícios para a fixação deles na referida área. Diante disto, surgiu o movimento “Lagoas do Norte pra quem?” que questiona as intervenções urbanísticas e a remoção dos residentes. Maria Lúcia e associados veem uma similaridade entre o processo vivenciado atualmente – expulsão dos ribeirinhos – com aquele ocorrido durante o processo de colonização, com a invasão do território e a remoção violenta dos indígenas. Hoje a expulsão é mais sutil com a desapropriação dos imóveis e deslocamentos da população para áreas mais distantes, em alguns casos com anuência dos moradores (Cunha, 2021, p. 118).

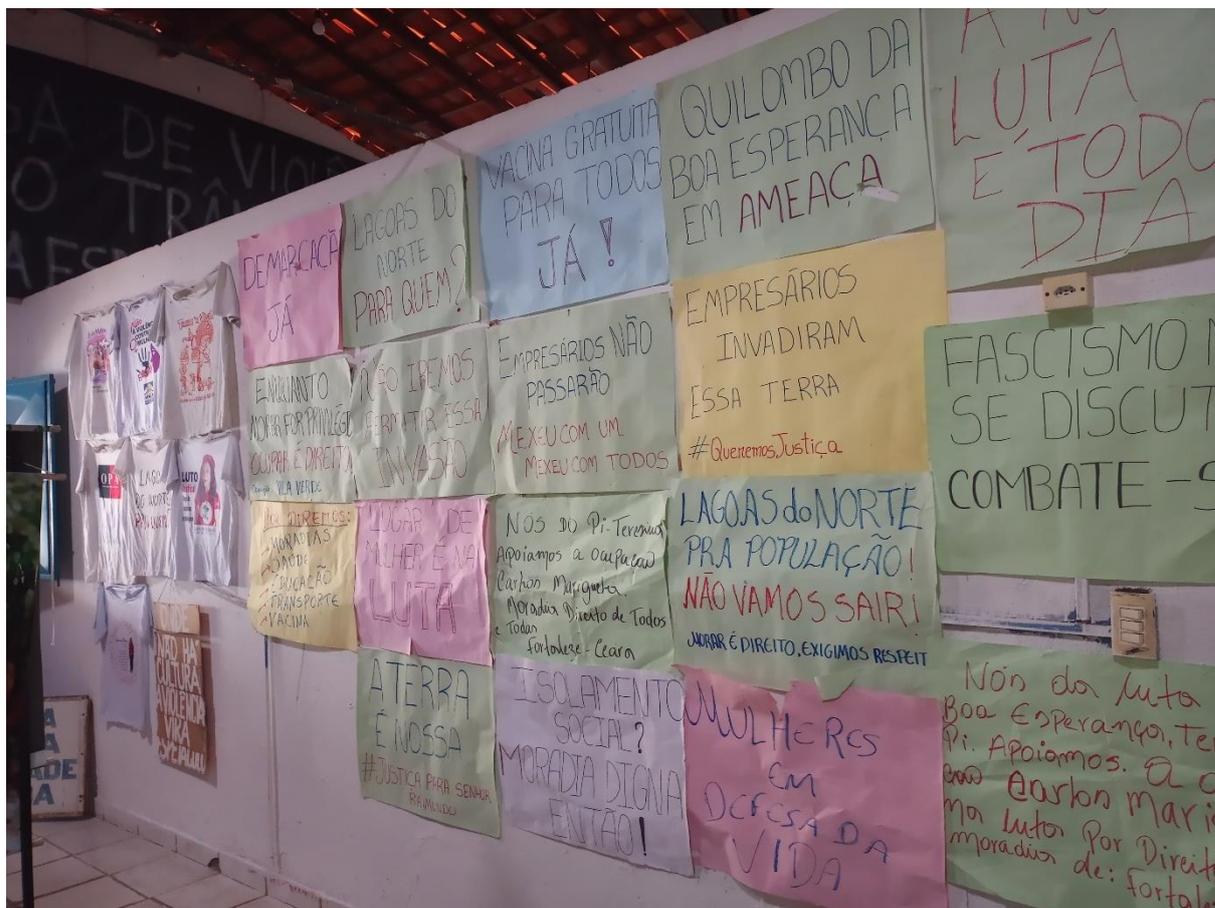
Como estratégias de luta adotadas, está o envio de uma carta, no ano de 2019, a arquiteta e urbanista Raquel Rolnik, representante da ONU pelo Direito à Moradia na época. No documento apresentado, a comunidade expressa em que se constitui o PLN e de que modo tem sido afetada por esse projeto (desapropriações, segregação socioterritorial, problemas ambientais, perda cultural, afetiva e da autonomia financeira) bem como outros pontos como as parcerias que têm sido construídas ao longo de mais de uma década junto a:

Defensoria Pública da União, Ministério Público do Estado do Piauí, às/aos artistas e pesquisadores piauienses, Professores/as que fazem contracorrente dentro da Universidade Federal do Piauí e Universidade Federal do Piauí, bem como às/aos poucas/os e corajosas/os jornalistas locais (CDFS, 2019, p. 7).

É fundamental citar a presença dos líderes comunitários em eventos acadêmicos e científicos para expor as violências sofridas e divulgar a luta pela defesa do seu território, já que na maioria dos casos essas situações permanecem contidas na vivência cotidiana daqueles diretamente afetados. Além da organização dos coletivos que compõem a comunidade (vazanteiros, oleiros, antigos vaqueiros, pescadores, lavadeiras, benzedadeiras, bordadeiras e povos de terreiro) que se autorreconheceram como remanescentes quilombolas junto a Fundação Palmares, na qual:

Esta foi mais uma estratégia de luta com o objetivo de garantir a preservação da nossa cultura e permanência de nosso povo em suas terras. Também iniciamos os estudos junto com o IPHAN pela possibilidade de salvaguarda da paisagem natural e cultural de nosso território como forma de impedir a instalação de grandes empreendimentos e grandes transformações, já em curso com o PLN (CDFS, 2019, p. 7).

Figura 4 - Cartazes de manifestações contra as desapropriações do PLN. Acervo do Museu da Resistência da Boa Esperança



Fonte: Maria Lídia (2022)

A urgência da coalização comunitária reflete a preocupação por parte dos moradores quanto a aliança entre poder público municipal e federal junto a organismos internacionais que, munidos pelo capital globalizado tem usado das mesmas táticas dos colonizadores europeus que chegaram ao nosso território, para minar as relações comunitárias e solidárias entre os povos que coabitam o território, ao jogar povo contra povo, exemplo da Praça dos Orixás, criada como política de compensação, mas que fora construída no local utilizado por evangélicos para professar sua fé, o que demonstra que o PLN fomenta as tensões já existentes e ameaça não apenas a religiosidade afro-brasileira, mas também cultos católicos e evangélicos. Com o tratamento que as minorias e comunidades tradicionais inferiorizadas recebem é notável que esses coletivos vivam para resistir constantemente as ameaças e desigualdades que lhes são impostas.

Junto aos trabalhos e ações da comunidade através do CDFS, o movimento “Lagoas do Norte Pra Quem?” procura responder a esse questionamento ao passo que busca também a inclusão dos coletivos sociais no Programa Lagoas do Norte. De maneira a criar condições que

garantam a continuação dessas pessoas no território referido, desfrutando dos bens e recursos naturais na medida em que respeita o meio ambiente, e sem excluí-las dos benefícios advindos com o programa. É importante ressaltar que é fundamental, cautela, ao propor ações de envolvimento, uma vez que, a diversidade de grupos sociais produz particularidades que devem ser respeitadas durante esse processo, para que ocorra de maneira efetiva e com a participação ativa dos moradores, principais interessados, de tal forma que o sucesso e as vantagens do projeto compreendam a todos de maneira justa.

4.2 Centro de Defesa Ferreira de Sousa

Trata-se de uma organização sem fins lucrativos e de caráter comunitário formada principalmente por pessoas da comunidade da avenida Boa Esperança, em especial mulheres. Atua em diversas frentes por meio do desenvolvimento de atividades de geração de renda através de oficinas e cursos que tem como público-alvo crianças, adolescentes, jovens, idosos e mulheres do bairro e de seu entorno, potencializando as lutas da comunidade.

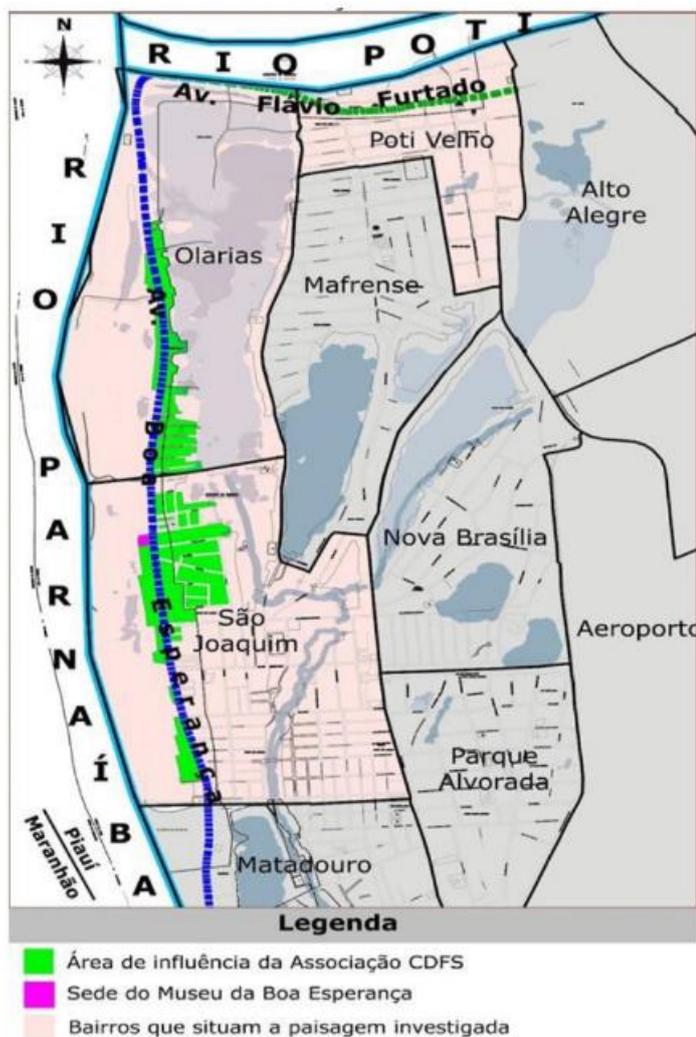
A Associação Centro de Defesa Ferreira de Sousa nasceu com vistas a obter recursos através da política de consórcio vigente no governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva que incentivava o empreendedorismo e sociativismo. A associação tinha por objetivo angariar recursos para promover cursos e debates com os moradores, especialmente, com os jovens e as mulheres, a fim de consolidar ações que pudessem gerar renda através da prática do cooperativismo. [...] Quando o PLN iniciou as intervenções na Zona Norte, a Associação Centro de Defesa Ferreira de Sousa se mostrou uma alternativa para o desenvolvimento socio-educativo e de intermediação no diálogo com os administradores públicos. [...] A Associação Centro de Defesa Ferreira de Sousa assumiu, então, a missão de lutar a favor das demandas da Comunidade Boa Esperança diante das questões sociais que acometem a região. Essa comunidade localiza-se no Bairro São Joaquim e é constituída por pessoas que se sentem representadas pelas causas defendidas pela associação, majoritariamente, residentes da Avenida Boa Esperança. A Associação Centro de Defesa Ferreira de Sousa foi criada, em 2008, pelos moradores com a “finalidade de combater e prevenir a marginalização social, [...] garantindo o desenvolvimento social sustentável e ecologicamente equilibrado da área da grande São Joaquim.” (Ata de fundação da Associação, 2008, p.2). Dentre outras atribuições, a associação se propõe a melhorar a qualidade de vida da população da periferia, contemplando a Grande São Joaquim e bairros adjacentes (Cunha, 2021, p. 117-118).

A comunidade da Boa Esperança se reúne entorno do Centro e Defesa Ferreira de Sousa que:

desempenha uma luta política pautada no *lugar*. É a partir da relação das pessoas com os ambientes que as constituem (e por elas são constituídos) que as vazantes, as hortas, as olarias e as religiosidades de matriz afro-brasileira são articuladas como linguagem política nas andanças da Resistência por Teresina. A atuação do Boa Esperança Resiste, como também ressaltaram Varão e Rego (2016) passa por protestos nas ruas da cidade, pichações e faixas nas portas das residências até contatos com o Ministério Público do Estado do Piauí, a Defensoria Pública do Estado do Piauí, coletivos de Assessorias Jurídicas Universitárias Populares, advogados populares, pesquisadores de instituições diversas, fotógrafos, dançarinos/as, artistas plásticos, músicos e uma série de outros coletivos da cidade. Todas estas movimentações do processo de luta por permanecer no lugar e na tentativa de abrirem outros canais de diálogo com a Prefeitura Municipal de Teresina (Pereira, 2017, p. 30).

O Centro de Defesa Ferreira de Sousa, assim batizado em homenagem ao vaqueiro Antônio Ferreira de Sousa, pioneiro ao estabelecer moradia na atual avenida Boa Esperança (Rodrigues Neto; Lima, Antônia, 2019), impulsiona e promove diversas mobilizações comunitárias que são organizadas em favor da defesa das famílias afetadas pelas desapropriações e do patrimônio cultural constituído por seus coletivos que resistem as intervenções urbanísticas. Nesse sentido, as ações passam pela construção de parcerias dentro da própria comunidade, com estudantes e pesquisadores, instituições públicas, além de gerir o Museu da Resistência da Boa Esperança que atua como espaço de criação e interações na comunidade, na defesa da natureza e da vida. Também dispõe do suporte das mídias sociais digitais como a plataforma de vídeos online YouTube e a rede social Instagram nas quais o CDFS pode ser encontrado como ‘Centro de Defesa’ e ‘centrodedesaferriradesousa’, respectivamente.

Mapa 3 - Localização da área de influência da Associação Centro de Defesa Ferreira de Sousa



Fonte: Mapa elaborado por Cunha (2021, p. 119) com base no levantamento aerofotogramétrico de Silva (2013)

Sou Raimundo Pereira da Silva Filho, morador da Zona Norte, vazanteiro, historiador, membro do Centro de Defesa Ferreira de Souza. E agora a gente vai mostrar um pouco das ações do Centro de Defesa Ferreira de Souza na área do patrimônio cultural. A gente está em processo de autorreconhecimento de comunidade quilombola e é território de diversos povos e comunidades tradicionais. Povos de terreiros, vazanteiros, pescadores, ribeirinhos e rezadeiras, griôs e antigos vaqueiros. Pessoas que conhecem histórias da época da fundação da cidade e a ação do Centro de Defesa Ferreira de Souza com o objetivo de proteger, identificar e salvaguardar o patrimônio cultural dessas comunidades. A nossa comunidade possui mais de 300 terreiros de matriz afro-religiosa que fazem uso de ervas e plantas nativas das margens dos rios. Foi pensando nisso que o Centro de Defesa realizou a ação de plantio de plantas e ervas nativas na margem do rio. Tais espécies como angico branco, angico preto, jucá e a taboca. Nosso território vem sofrendo há anos com a especulação imobiliária da cidade e um projeto de urbanização que desapropria nossas famílias. Isso coloca em risco os nossos conhecimentos tradicionais. Essas plantas são utilizadas para fazer remédios de benzimentos. A ação do

Centro de Defesa Ferreira de Souza trouxe as benzedadeiras mais antigas da comunidade para fazer oficinas com os mais novos sobre essas plantas. Com a feitura de oficinas com os mestres dos saberes locais e o plantio de mudas nossa ação criou um museu comunitário com artefatos doados pela própria comunidade. Foram as pessoas da comunidade que escolheram os artefatos mais representativos da nossa história e da nossa cultura. A sede física desse museu está aqui. Mas ele também é um museu itinerante que circula por toda a cidade. Aqui nós temos uma peça do nosso acervo do museu, uma forma para fazer tijolo, tijolo de barro. Ela é importante por conta do ofício do oleiro, que foi graças a esse ofício e outros, mas esse também em especial, que favoreceu o surgimento da cidade de Teresina. Foi graças a esses tijolos, feitos por esses oleiros aqui da região que Teresina foi construída. Centro de Defesa Ferreira de Sousa com as comunidades tradicionais de Teresina, com o intuito de preservar o patrimônio cultural (CDFS, 2021).

A organização comunitária tem como presidente a moradora Maria Lúcia de Oliveira Sousa, que trabalha construindo articulações a partir do envolvimento social com os demais moradores e agentes como Baibai, Novinho, Sarah Fontenelle, Luan Rusvell, Jóina Freitas que somados a outras parcerias, potencializam e fortalecem a luta. Essa coalisão se constitui enquanto uma rede de apoio para a realização de várias atividades coletivas, tais como ações educativas com crianças e adolescentes, almoços solidários com coletivos da classe trabalhadora a exemplo dos trabalhadores do lixão de Teresina, oficinas com artistas piauienses para a comunidade, bem como estabelece coalisões com outras bases comunitárias (comunidade Águas lindas, no bairro Satélite, zona Leste da cidade) que também lutam pelo direito à moradia e contra os projetos de intervenções urbanísticas e, busca a valorização da cultura e modos de vida tradicionais como formas de resistência da comunidade.

Em mais um gesto de fortalecimento do movimento, o CDFS entrou para a Rede de Assessoria Técnica Popular do Nordeste em que o:

Piauí é o 5º estado a integrar a Rede; articulação aconteceu durante o I Fórum de Assessoria Técnica Popular do Nordeste, em Recife, entre os dias 6 e 9 de fevereiro de 2020. [...] O Fórum de Assessoria Técnica Popular do Nordeste é um espaço que se propõe a articular entidades que atuam junto com comunidades que lutam pelo direito à moradia e à cidade no Nordeste, reunindo assessores técnicos, lideranças comunitárias e populações que vivem em comunidades ameaçadas de remoções (Ocorre Diário, 2020).

O Centro de Defesa Ferreira de Sousa também tem alimentado parcerias com as Universidades de Teresina com o propósito de ampliar a visibilidade da luta comunitária para os mais diversos espaços da sociedade. Em colaboração com o GEEPP (Grupo de Estudos e

Extensão Pedagogias para os Patrimônios - UFPI) e o Museu de Arqueologia e Paleontologia da UFPI (MAP – UFPI), o CDFS realizou e participou do Encontro dos saberes: Pedagogias para os Patrimônios, que teve como objetivo enfatizar a importância da luta comunitária contra o PLN ao passo que oferece narrativas alternativas para a construção de conhecimento fundamentadas nas experiências e ciências da comunidade enquanto gestora do seu patrimônio, reiterando assim os propósitos do projeto de extensão que busca:

[...] Conciliar os saberes ancestrais das culturas de matriz africana, ribeirinhas, indígenas e demais coletividades das comunidades adjacentes à Av. Boa Esperança - Teresina (PI) com as teorias e práticas dos estudos acadêmicos, visando uma experiência mútua de trocas de epistemologias, modos de fazer, ontologias com vistas a uma educação e práticas descoloniais/decoloniais/contracoloniais (GEEPP, 2023).

4.3 Museu da Resistência da Boa Esperança

O Museu comunitário da Boa Esperança, é mais uma ação desenvolvida pela comunidade contra a exclusão socioterritorial provocada pela implementação do PLN. A criação do museu no ano de 2019, se deu pela mobilização dos moradores através do Centro de Defesa Ferreira de Sousa. Se traduz como um espaço coletivo destinado as vivências comunitárias, construção social e promoção cultural. Sua função social se fundamenta e se justifica na preservação, no fortalecimento da história e memórias individuais ou coletivas que se vinculam entre o museu, a comunidade e os ensinamentos ancestrais compartilhados pela oralidade. Tem como foco identificar e salvaguardar modos de vida e valores que fazem parte da formação cultural e social dos teresinenses, em particular dos moradores da avenida Boa Esperança e arredores.

o museu oportuniza contar as histórias também dos atuais moradores, e também recontar a verdadeira história da comunidade e possibilitar a manutenção do sentimento de pertencimento ao território. Inclusive inserindo-se nesse museu vivo o Acervo de Memória com os trabalhos acadêmicos que narram as histórias sob a visão da comunidade. No ano de 2019 o referido Museu Comunitário começa a se materializar, já tendo nesse momento um espaço físico, localizado em um cômodo da casa da matriarca da Presidenta da Associação Centro de Defesa Ferreira de Sousa. Neste espaço já se nomeava como Museu da Boa Esperança ou Museu da Resistência e guardava-se registros de memória da comunidade, como peças de tijolo produzidos pela tradição das Olarias, peças de vacarias, registros fotográficos, registros jornalísticos e acadêmicos, [...] (Andrade; Rocha, 2019, p. 9).

Além de um local destinado a resguardar artefatos e objetos que materializam a memória e o sentimento de pertencimento dos moradores da região citada, exerce também responsabilidade educativa ao possibilitar uma percepção crítica por parte da sociedade em geral acerca da construção da identidade, a produção de conhecimento, assim como, estimula as relações dialógicas e afetivas entre comunidade e seu patrimônio. O museu detém ainda responsabilidade política, pois ao ser reivindicado pela população como um espaço de luta contra a exclusão social e territorial, expressa resistência diante do capitalismo e das suas políticas urbanas neoliberais, combatendo a marginalização social ao passo que defende e busca um envolvimento socioeconômico ecologicamente sustentável.

A iniciativa da comunidade da Boa Esperança representa:

uma pequena fenda no muro de um programa neoliberal de urbanização excludente, realizado pela prefeitura da cidade, uma pequena fenda semeada de ideais coletivos que propõem um outro uso, mais democrático, para os lugares ditos “nobres” da cidade. Uma fenda semeada de esperança de uma outra possibilidade de cidade, que sem dúvida florescerá e dará bons frutos, entre os quais estão as possibilidades de visibilidades de histórias, memórias e patrimônios culturais que foram e são subalternizados pelas estruturas dominantes (Borges, J.; et al., 2019, p. 660).

Atualmente o Museu tem como sede o espaço de uma antiga escola municipal (Tia Alice) inativa há 5 (cinco) anos que foi renomeada de Casa Maria Sueli Rodrigues, in memoriam, na avenida Boa Esperança. Em mais um empenho da comunidade e seus parceiros, foi lançando em junho de 2021, o Museu Virtual da Boa Esperança que segundo a definição em seu website “é mais uma ferramenta de luta dos Povos e Comunidades Tradicionais que habitam a região das Lagoas do Norte de Teresina, servindo como uma plataforma digital do Museu físico que está enraizado no território.”

O acervo do espaço físico é formado por objetos e materiais doados pelos moradores da comunidade que reconhecem a importância coletiva e individual desses artefatos. O sentimento de pertencimento e os modos de vida é expresso nas formas de tijolos (feitos pela comunidade), nas vestimentas e símbolos religiosos, chinelos, sandálias, utensílios domésticos, acessórios para brincar o carnaval, nos brinquedos, nas fotografias que compreendem os coletivos sociais, na canoa e na bicicleta que tanto os conduziu, além das faixas e cartazes usadas em protestos pelo direito à moradia e a cidade, bem como outros objetos de valor inestimável.

Figura 5 e 7 - Objetos doados pela comunidade para o acervo do Museu da Resistência da Boa Esperança



Fonte: Arquivo da autora (2023)

[...] O nosso grande bem aqui são as pessoas e a produção que essas pessoas fazem. A sua ancestralidade, o seu modo de fazer, a sua religiosidade e as suas histórias. Então, a nossa ideia quando a gente formulou isso, não é quando a pessoa pensa ‘ah, o museu da Boa Esperança, eu vou lá e vou ver as peças e vou embora’. Então quando a gente fala nisso e fala que o museu virtual é mais um braço, realmente é um braço dessa grande rede que a gente tá fazendo, porque cada casa da Boa Esperança ela já é um museu, porque o patrimônio ele está com a pessoa, o bem de valor histórico, de valor de memória tá com aquele morador, as suas heranças. E o mais bonito disso, é o que eu sempre falo, o museu da Boa Esperança, o acervo dele além de ser as pessoas, ele é um acervo vivo, ele não tá preso lá no passado. É ao contrário do que o poder público queria fazer, projetar um museu, um museu do barro, um museu do espólio, era um museu da comunidade que eles queriam que não existisse, mostrar como seria. E a gente na resistência de permanecer, de ficar, a gente tá mostrando que a gente tem um museu, a gente tem uma história. E a nossa história tá aqui e tá acontecendo (Fundação Perseu Abramo, 2021).

O acervo virtual é constituído principalmente por registros fotográficos e depoimentos audiovisuais dos moradores que participaram e contribuíram no processo de transformação da cidade, que compartilham suas histórias de vida e conhecimentos ancestrais. A plataforma também oferece ensaios e exposições, documentos e cartas elaborados pela própria comunidade, assim como trabalhos acadêmicos realizados por parceiros dedicados a causa comunitária e que ajudam na propagação das demandas e luta dos coletivos.

O museu em sua essência já é contra colonial, pois pulsa as vivências e modos de vida tradicionais dos grupos marginalizados pela história, existe para além de um ambiente físico e imóvel, atua como um museu de percurso ou a céu aberto, que se expande ao oferecer multiacesso do seu acervo a todos os lugares e a todas as pessoas, diferente dos museus convencionais. Enquanto museu itinerante, conta as suas histórias durante os atos de protesto nas ruas e em espaços como o museu do Piauí e o MAP (Museu de Arqueologia e Paleontologia da UFPI).

Figura 6 - Exposição de parte do acervo do Museu da Boa Esperança no MAP – UFPI durante o evento Encontro dos Saberes realizado nos dias 27/02, 03, 04, 10, 11 e 18/03



Fonte: GEEPP (2023)

Em mais um recente capítulo de sua trajetória, o museu enquanto coletivo cultural, foi reconhecido em 2023, pelo Instituto Brasileiro de Museus – Ibram, como Ponto de Memória. A certificação recebida, expressa o reconhecimento desse espaço, por parte do Ibram, como desenvolvedor de programas, projetos e ações fundamentados na museologia social, na gestão ativa e no vínculo entre comunidade e seu território, tendo em vista a identificação, registro, pesquisa e promoção do patrimônio cultural material e imaterial contribuindo para o reconhecimento e valorização da memória social coletiva brasileira.

Independente do seu formato, as experimentações que temos é conduzida pela vivência de um museu vivo, pois ele se constrói constantemente ao passo que as histórias acontecem e são contadas. Esse museu dispõe de uma noção fluida de seu patrimônio, ele não está restrito apenas aos objetos e coisas incorporados ao acervo, está também nas pessoas, nas ciências

ancestrais que são continuamente potencializadas ao serem transmitidas aos mais jovens. O museu comunitário rompe com a expressão tradicional dos museus, tem por objetivo expressar livremente as relações afetivas e solidárias das comunidades em seu cotidiano de trabalho e costumes, opera com o objetivo de representar esses sujeitos e as coisas que lhes são importantes.

A instituição do museu surgiu com base em uma história de concentração de poder e riqueza, que se refletia na capacidade de concentrar tesouros e troféus arrancados de outros povos. [...] O museu comunitário tem uma genealogia diferente: suas coleções não provêm de despojos, mas de um ato de vontade. O museu comunitário nasce da iniciativa de um coletivo não para exibir a realidade do outro, mas para defender a própria. É uma instância onde os membros da comunidade livremente doam objetos patrimoniais e criam um espaço de memória. Em um museu comunitário o objeto não é o valor predominante, mas sim a memória que se fortalece ao recriar e reinterpretar as histórias significativas (Lersch e Ocampo, 2004, p. 3).

Cutrim e Belfort (2016, p. 5) reiteram que:

A museologia comunitária surge a partir da necessidade de ter a comunidade compreendendo e analisando a si mesmo na busca pelo resgate da memória coletiva através da valorização do potencial cultural e natural das comunidades. Em um museu comunitário a memória assume o papel de protagonista na contagem de história na sua recriação e interpretação. Ansaldi nos aponta que, “nada pode viver com uma brutal amputação da memória”, todos são quem é porque lembramos quem somos e, portanto, devemos elaborar nossa própria memória. O museu comunitário pode ser um instrumento na reelaboração dessa memória para buscar o antes o início o porquê para reconfigurar dentro do contexto o significado dos acontecimentos. No museu comunitário a ideia é que sejam firmados os valores descobertos por essa comunidade e que sejam contados da maneira como a comunidade assim decidir. O museu comunitário deve ser um instrumento para a construção de seres coletivos.

A gestão do patrimônio está nas mãos dos coletivos que formam as comunidades locais, ação que se expressa no cultivo das práticas e ações relacionadas as crenças e valores que são repassados de uma geração a outra, um processo que encoraja e viabiliza e fortalece os saberes ancestrais. A expressão cultural desses coletivos se conserva através dos ritos e tradição oral e constitui o que para Jopela (2012) se define por custódia tradicional.

Ainda que esse projeto comunitário de gestão de patrimônio encontre impedimentos mediante a atuação da administração pública, ele será orientado considerando os conhecimentos tradicionais e a participação ativa dos moradores quanto as decisões relacionadas aos interesses e agendas necessárias. A valorização das raízes ancestrais como aporte para o desenvolvimento

de políticas sociais de representação coletiva é mais uma forma de garantir a preservação cultural, uma vez que esteja ajustada a realidade local.

Logo, o valor histórico do museu se constitui ao potencializar o sentimento de pertencimento e a memória simbólica coletiva que são continuamente produzidos e reproduzidos. O acervo, formado de maneira voluntária, reforça a identidade e o sentido da comunidade que se manifesta no seu modo de vida simples e de luta. O museu é mais uma ferramenta que estimula os vínculos sociais entre os objetos e outras gerações, através dessa comunicação também possibilita que as pessoas explorem a sua herança local, assim como, aprendam sobre a historicidade do patrimônio que constitui a comunidade em que vivem.

O museu comunitário da Boa Esperança, enfatiza as narrativas sobre si. Por isso é essencial ouvir e valorizar essa comunidade tradicional que consiste em um patrimônio vivo (Unesco, 2003), pois dispõe de conhecimentos, experiências, memórias, identidade, manifestações culturais e materialidades fundamentais para o processo de identificação e pertencimento da população atual, assim como das gerações futuras. Esses elementos são igualmente importantes para a manutenção da pluralidade cultural, desenvolvimento e preservação do território local, além de ser compreendida enquanto importante fonte de conhecimento ao ser parte integrante da história e memória social da cidade de Teresina.

4.4 Mulheres nos Terreiros da Boa Esperança

O pensamento e discurso colonizador como tem sido apresentado tende a excluir o envolvimento de diversos grupos e pessoas, sobretudo mulheres, no que tange o desenvolvimento da cidade. De modo que, o processo de construção da cidade se molda fundamentalmente na desigualdade pautada pelo discurso eurocêntrico e patriarcal, cenário no qual o machismo e racismo recaem brutalmente sobre esses corpos, especialmente aqueles que se encontram nas periferias, que em sua grande maioria são mulheres negras, onde estão expostas as vulnerabilidades demarcadas pela ausência das políticas de assistência social, aspecto que torna a experiência urbana desses corpos especialmente precárias (Franco; Francisco e Tavares, 2017). Nesse sentido, as mulheres da esperança assumem o compromisso de juntas reivindicarem o direito a cidade, através da solidariedade e empatia ao construir uma rede de apoio e resistência a colonização contemporânea.

Em toda a trajetória diária de luta comunitária o protagonismo feminino esteve presente desde o início, enquanto a segunda fase do PLN demarcava as residências de diversas moradoras e moradores, e povos de terreiro para a desapropriação, mais uma vez as mulheres

da Boa Esperança entoam um grito de resistência. Desta vez, alinhadas com o projeto de comunicação popular ‘Mulheres nos Terreiros da Esperança’ iniciativa que surge idealizada pelas jornalistas Sarah Fontenelle Santos e Carmen Kemoly da Silva Santos que tem como objetivo realizar “diálogos e oficinas que levantam discussões sobre direito à cidade, ancestralidade e memória coletiva na região berço da capital” (Santos Sarah; Santos, 2017, p. 1-2).

Nesse contexto de ameaças o projeto trata-se de mais uma reação contra as transformações que o PLN tem produzido na região das Lagoas do Norte e para isso se volta para as suas origens, em especial os terreiros que constituem o território referido. Esse espaço é também apropriado como instrumento na luta contra a desterritorialização que afeta os modos de vida e as práticas ancestrais, pois a retirada dos terreiros tradicionais da região expressa não apenas o desrespeito, também nega o direito a espiritualidade.

A importância dos terreiros para os povos originários, ribeirinhos e outros, pode ser compreendida no fato de que esses lugares são fundamentais para a sua sobrevivência, bem como a manutenção das relações harmoniosas com a natureza. Além de serem indispensáveis as práticas religiosas de matriz africana.

Desse modo, a desterritorialização dos terreiros em favor de projetos urbanísticos neoliberais é cometer racismo religioso, pois menospreza o valor sagrado da religiosidade afrobrasileira e contribui para a perda identitária, o rompimento dos vínculos com a espiritualidade, bem como prejudica as relações afetivas comunitárias. O não reconhecimento da importância religiosa, histórica e social desses locais significa legitimar a marginalização e violências aos quais esses povos estão vulneráveis.

Mãe Alice, moradora da zona norte, herdou o terreiro de sua avó e teve sua casa e centro selados pela prefeitura, expressa a importância religiosa e comunitária do seu espaço que existe há mais de 30 anos.

Minha vó faleceu, mas os fundamentos dela tá aqui enterrado e não tem como tirar. Como que eu vou pegar um fundamento que o guia dela plantou na nossa tenda, no nosso local que hoje é nossa tenda São Jorge, eu vou retirar ele e vou colocar em outro lugar? Não tem como. Não tem! (Projeto Mulheres nos Terreiros da Esperança, 2017).

A importância dos terreiros é também compartilhada por outras moradoras da região, como Maria Lúcia, Presidenta do Centro de Defesa Ferreira de Sousa, que reconhece e se sensibiliza com a vivência e simbologia dos terreiros.

Meu nome é Lúcia, eu também sou de terreiro e sou neta da Mãe Frazina de Iansã e sou filha da Mãe Suã de Iemanjá. Eu também desenvolvo, sou médium desenvolve e desenvolvo o terreiro de Pai Velho de Aruana. E compreendi e compreendo que é muito forte você arrancar um terreiro de um lugar, porque aqui tem fundamentos que não podem ser mexidos. [...] Então só a gente que tem essa compreensão, luta e quer que as autoridades, quer que as pessoas tomem essa consciência ainda mais forte e signifique isso de tal forma que se junte com a gente na luta, pra que não deixe esses terreiros serem arrancados. Então esse é um dos motivos que nós estamos aqui hoje, porque os terreiros de Umbanda eles tem um papel social, um papel espiritual, um papel até mesmo de medicina, de acalantar. As Mães de Santo fazem tudo isso e não são reconhecidas nessa sociedade que a gente vive. Mas a comunidade que vive aqui, que é assistida pelos terreiros sabe (Projeto Mulheres nos Terreiros da Esperança, 2017).

Figura 7 - Faixa do movimento Mulheres nos Terreiros da Esperança. Acervo do Museu da Resistência da Boa Esperança



Fonte: Arquivo da autora (2023)

É indispensável assumir que a relevância dos terreiros vai além da religiosidade e espiritualidade. Esses espaços desempenham funções sociais de apoio, acolhimento, partilha,

trocas e aprendizados. Ações que são sempre deixadas de lado em favor da reprodução dos estereótipos que lhes são, convenientemente, sempre associados.

As estratégias de resistência desenvolvidas pela comunidade da Boa Esperança junto a seus parceiros, contra a colonização contemporânea, são importantes para identificar, denunciar e pressionar as instituições públicas para a violência e exploração praticadas e reproduzidas pelo capitalismo. E mais ainda é relevante apontar que um dos caminhos para combater as mazelas sociais historicamente fomentadas por esse sistema econômico é o retorno às origens. É buscar forças na ancestralidade, nas coisas que definem a nossa identidade, nas práticas e expressões que nos faz pertencer ao nosso lugar. Somando forças com sujeitos que se sensibilizam com as lutas pelo direito a vida e ao território.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta conclusão, não tenho intenção de expor um desfecho concreto para a premissa apresentada neste trabalho, pois reconheço que ainda há uma extensa margem para questionamentos, debates e aprendizado. Na disposição para realização de um trabalho, a energia pelas vivências com a comunidade nos faz pensar que estamos mergulhando profundamente nas práticas desse cotidiano. No entanto, reconheço que para a produção desta monografia, vivenciei apenas brevemente os conflitos e hostilidades que inquietam a comunidade da Boa Esperança, assim como atuei para atender aos chamados da comunidade. Ainda assim, conforme visitava a região, participava de atividades e ouvia os depoimentos de alguns de seus moradores, percebi que é impossível manter-se alheio e tratar as questões que afligem a comunidade a partir de um olhar externo e estritamente acadêmico. Tendo isso em mente, ao invés de trazer uma conclusão para este trabalho, optei por destacar dois pontos importantes de reflexão que puderam ser percebidos.

A primeira consideração que trago é a necessidade de elaborar contra narrativas a partir da desconstrução da prática arqueológica, como ferramenta de conhecimento capaz de abrir novos caminhos para a construção de outras interpretações para as narrativas tradicionais, fato que somente será possível se, nós, os sujeitos que participamos desse processo, também formos desconstruídos. Precisamos de uma ciência militante, comprometida socialmente, sobretudo com o presente, capaz de falar e ouvir sobre outras arqueologias e os coletivos que estão inseridos nelas, consideramos os exemplos da arqueologia da repressão e resistência,

arqueologia da sexualidade (gênero, feminista, queer) e diversas outras. Assinto que a resolutividade deste trabalho pode advir da falha em me aproximar mais diretamente com as discussões e debates da comunidade, como parte do processo de desconstrução.

O segundo aspecto versa sobre a arqueologia no cenário progressista e desenvolvimentista do modelo econômico atual. A lógica fundamental desse sistema econômico, persiste, como herança colonialista, no padrão de acumulação e mercadorização de bens e serviços. Nessa lógica, a prerrogativa da arqueologia é lidar com o patrimônio cultural nacional, quanto a sua preservação e salvaguarda. Diante desse quadro, é notável a apreensão existente entre os interesses econômicos e os interesses culturais. Esse confronto tem se tornado cada vez mais constante dado o avanço agressivo do capitalismo global na exploração dos recursos naturais.

Os capitalistas e seus defensores advogam o progresso econômico pautado na autonomia do mercado e na propriedade privada como ferramentas essenciais para o desenvolvimento. Com isso, esse sistema tem gerado pressões econômicas que privilegiam os interesses do setor privado sobre o setor público, através dos grandes empreendimentos, instituições privadas têm revelado ambição financeira sobre o patrimônio arqueológico, nesse âmbito, a exploração descontrolada pode levar a prejuízos e perdas incalculáveis à cultura brasileira. Do outro lado desse embate, estão as comunidades tradicionais, que vertiginosamente tem perdido o direito sobre seus territórios ancestrais mediante exploração de mineradoras e demais indústrias, além de megaprojetos acimentados pelo urbanismo progressista.

Uma arqueologia mais socialmente engajada atuante em situações de conflitos, compreende que a mentalidade imperialista contemporânea viola e retira os direitos básicos de populações discriminadas, a exemplo do acesso à vida, à moradia, à saúde, entre tantos outros, fato que é consequência da exploração agressiva e indiscriminada das grandes corporações, com anuência do poder público, ao desassistir os grupos marginalizados por esse processo. E para enfrentar esse cenário que se intensifica rapidamente, os coletivos inferiorizados necessitam resistir todos os dias a essa colonização atual e para isso é preciso identificar as maneiras de colonização manifestadas. Isso pede desconstrução, sensibilização política e organização coletiva para enfrentar um modelo opressor, e construir, mais do que um futuro livre, um presente ausente das correntes colonialistas, que supere o desenvolvimento dos progressistas, ao se envolver com os conhecimentos ancestrais, os quais oriente o caminho onde a preservação da diversidade cultural e ambiental leve a um novo dia, mais justo e melhor.

Tomada por estas questões, reconheço a importância da arqueologia como uma ciência presente no presente, uma linha alternativa de extrema importância que rompe com os

paradigmas colonialistas, age em favor do patrimônio cultural através da sensibilização, uma vez que escuta os que estão às margens, as mulheres e os coletivos. Manifesto ainda, que o desejo de começar esta monografia a partir dessa perspectiva, nasceu pela vontade de aprender outras formas de fazer arqueologia e durante esse percurso adquiri respeito pelas ciências ancestrais, com as quais pude compreender sobre outros sentidos as práticas culturais, narrativas históricas, além da importância da participação e organização comunitária como uma rede humanitária de apoio.

Contudo, ainda que este trabalho possa não ser recebido em sua totalidade, como mais uma ferramenta para a construção de uma arqueologia comunitária/do presente, fato que acolho, acredito que esse estudo representa um movimento, ainda que singelo, em direção a uma arqueologia mais envolvente e inclusiva, mais interessada em contribuir com a sociedade, para além dos adjetivos aos quais a associam.

REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O Trato dos Viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul**, São Paulo, Companhia das Letras, 2000, pp. 367-374. Acesso em: 14 jun. 2019.

ANDRADE, Luan Rusvell de Abreu; ROCHA, Stenny Dyego Silva. **Seminário Internacional O Direito como liberdade: 30 anos de o Direito Achado na Rua**. Museu da Resistência: relato de experiência da luta pelo Direito à Memória em Teresina-PI. 2019. Disponível em: <https://direitoachadonarua.files.wordpress.com/2020/07/gt-3-museu-da-resistencia.pdf>. Acesso em: 27 mai. 2024.

BACO, Hiuri Marcel Di ; FACCIO, N. B. ; LUZ, J.A.R. . **Das Raízes da Arqueologia à Arqueologia Processual: um esboço geral**. Tópos (UNESP. Presidente Prudente) , v. 3, p. 185-210, 2009. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/topos/article/download/2233/2044/6572>. Acesso em: 25 jul. 2024.

BANCO MUNDIAL. **Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento**. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/who-we-are/ibrd>. Acesso em: 03 mai. 2024.

_____. **Relatório e Recomendação do Painel de Inspeção sobre o Projeto de Melhoria da Qualidade de Vida e Governança Municipal de Teresina - Programa Lagoas do Norte**. 2019. Disponível em: <https://www.inspectionpanel.org/panel-cases/teresina-enhancing-municipal-governance-and-quality-life-project-additional-financing>. Acesso em: 06 mai. 2024.

BICHO, Nuno Ferreira. **Manual de Arqueologia pré-histórica**. Lisboa: Edições 70, 2006.

BINFORD, Lewis. **Archaeology as Anthropology**. *American Antiquity*, 28, p. 217– 225. 1962. Disponível em: Acesso em: 26 de mar. de 2024.

BISPO DOS SANTOS, Antônio. **A terra dá, a terra quer**. Ubu Editora; 1 edição. 2023.

BORGES, J. F.; SILVA FILHO, R. P. ; MATA, A. P. S. . **Um museu no quintal contra a exclusão socioterritorial**: Patrimônio, memória e história na luta da comunidade da boa esperança. In: ALAS PERU 2019, LIMA. DOSSIER SOCIOLOGÍA DE LA CULTURA, ARTE E INTERCULTURALIDAD GRUPO DE TRABAJO 12A. LIMA: ALAS-ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGÍA PERÚ, 2019. v. 12. p. 659-670. Disponível em: https://sociologia-alas.org/wp-content/uploads/2021/06/GT12_A_Dossier_compressed.pdf. Acesso em: 27 mai. 2024.

BOTELHO, T. R. **Revitalização de centros urbanos no Brasil**: uma análise comparativa das experiências de Vitória, Fortaleza e São Luís. *Revista Eure*. Santiago do Chile, v. XXXI, n. 93. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.cl/pdf/eure/v31n93/art04.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2024.

BRASIL, Presidência da República. **Constituição Federal de 1988, Art. 216**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 25 abr. 2024.

_____. **Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 25 abr. 2024.

_____. **Lei nº 7.716 de 05 de janeiro de 1989**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17716.htm. Acesso em: 29 abr. 2024.

_____. **Lei nº 12.288 de 20 de julho de 2010**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112288.htm. Acesso em: 01 mai. 2024.

_____. **Lei nº 14.532 de 11 de janeiro de 2023**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/114532.htm. Acesso em: 29 abr. 2024.

CALGARO, C.; TEIXEIRA DE SOUZA, A. E.; SPAREMBERGER, R. F. L. **O povo do Ashè: A importância das religiões de matriz africana para preservação da biodiversidade ecológica, cultural e socioambiental**. *Revista Paradigma, [S. l.]*, v. 30, n. 2, p. 224–245, 2022. Disponível em: <https://revistas.unaerp.br/paradigma/article/view/1921>. Acesso em: 17 maio. 2024.

CARVALHO, Alisson. **Nota de repúdio ao Projeto Vida Rios emitida pelo Conselho Municipal de Política Cultural de Teresina**. *Geleia Total*. 2021. Disponível em: <https://www.geleiatotal.com.br/2021/05/06/nota-de-repudio-ao-projeto-vida-rios-emitida-pelo-conselho-municipal-de-politica-cultural-de-teresina/>. Acesso em: 09 de mai. 2024.

CARVALHO DE SOUSA, L. **Arqueologia Pública e sua práxis social: uma contribuição necessária para a preservação de recursos arqueológicos e interação social**. *Cadernos do*

LEPAARQ (UFPEL), v. 15, n. 30, p. 80-97, 30 nov. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.15210/lepaarq.v15i30.13214>. Acesso em: 03 de abr. de 2024.

CASTRO, Francisca Lorena de Oliveira. **Racismo Ambiental na Comunidade Tradicional da Avenida Boa Esperança (PI) a partir da perspectiva da Arqueologia Comunitária**. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arqueologia e Conservação de Arte Rupestre) - Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2023.

CAU/PI - Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Piauí. **Com apoio do CAU/PI, coletivo de Arquitetos e Urbanistas lança projeto Vida Rios em Teresina**. 2022. Disponível em: <https://www.caupi.gov.br/?p=21436> Acesso em: 07 mai. 2024.

CDFS - Centro de Defesa Ferreira de Sousa. **Carta para Raquel Rolnik**. 2019. Disponível: <http://www.labcidade.fau.usp.br/carta-raquel-rolnik/>. Acesso em: 29 abr. 2024.

_____. 1 (vídeo 4min 46 seg). **05 de junho – homenagem das comunidades tradicionais de Teresina à Natureza**. Publicado pelo canal Centro de Defesa. 2021. Disponível em: <https://youtu.be/ogrql-YLX6Y?si=KZmveGNVBkXOGFcv>. Acesso em: 30 abr. 2024.

_____. 1 (vídeo 2min 54seg). **Novinho conta a história da comunidade Boa Esperança**. Publicado pelo canal Centro de Defesa. 2021. Disponível em: <https://youtu.be/4N-9kFKkcAU>. Acesso em: 27 mai. 2024.

CHAKRABARTY, D. **A pós-colonialidade e o artifício da história: quem fala em nome dos passados "indianos"?** Politeia - História e Sociedade, [S. l.], v. 19, n. 2, p. 104-130, 2021. DOI: 10.22481/politeia.v19i2.7384. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/politeia/article/view/7384>. Acesso em: 20 fev. 2019.

CORDERO, A. H. **Gentrificación: Orígenes y perspectivas**. *Cardinalis*, [S. l.], n. 6, p. 91–113. 2016. Disponível em: <https://revistas.unc.edu.ar/index.php/cardi/article/view/14885>. Acesso em: 13 abr. 2024.

CORNEJO URRIOLO, L. M. G.. **Urbanização neoliberal e megaeventos em Lima e Callao**. *Cadernos Metrópole*, [S. l.], v. 24, n. 54, p. 501–522, 2022. DOI: 10.1590/2236-9996.2022-5403. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/55334>. Acesso em: 13 abr. 2024.

COSTA, Joaze Bernardino; GROSGOUEL, Ramón. **Decolonialidade e perspectiva negra**. *Revista Sociedade e Estado*, 31(1), 15-24. 2016. Disponível em <https://www.scielo.br/j/se/a/wKkj6xkzPZHGcFCf8K4BqCr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 fev. 2019.

CUNHA, Rayana Patrícia da Costa. **DE FRENTE OU DE COSTAS PARA O RIO? Um recorte da paisagem ribeirinha de Teresina**. Dissertação de Mestrado. 2021. Universidade Federal do Piauí: Teresina. Acesso em: 28 mai. 2024.

CUTRIM, Kláutenys Dellene Guedes. ; BELFORT, C. . **Museus Comunitários: Repensando Desafios e Possibilidades na América Latina**. In: II SIMPÓSIO INTERNACIONAL PENSAR E REPENSAR A AMERICA LATINA, 2016, SÃO PAULO. Organização: Dilma

de Melo Silva, Vivian Grace Fernández-Dávila Urquidi , Alessandra Cavalcante de Oliveira, André Luiz Lanza, Maria Margarida Cintra Nepomuceno e Mayra Coan Lago. Anais do II Simpósio Internacional Pensar e Repensar a América Latina, 2015. v. 01. p. 01-11. Disponível em: https://sites.usp.br/prolam/wp-content/uploads/sites/35/2016/12/CUTRIM_CARVALHO_II-Simpósio-Internacional-Pensar-e-Repensar-a-America-Latina.pdf. Acesso em: 28 mai. 2024.

DAMASCENO, Elena Steinhorst; SANTANA JUNIOR, Horácio Antunes de. **A Rede Brasileira De Justiça Ambiental (RBJA): expressão e forma do movimento social contemporâneo**. In: V Jornada Internacional de Políticas Públicas, São Luís, 2011. Disponível em: https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/QUESTAO_AMBIENTAL_DESENVOLVIMENTO_E_POLITICAS_PUBLICAS/A_REDE_BRASILEIRA_DE_JUSTICA_AMBIENTAL_RBJA_EXPRESSAO_E_FORMA_DO_MOVIMENTO_SOCIAL_CONTEMPORANEO.pdf. Acesso em: 25 abr. 2024.

DE OLIVEIRA, Alberto. **Os grandes projetos urbanos como estratégia de crescimento econômico**. EURE (Santiago), Santiago, v. 39, n. 117, p. 147-163, maio 2013. Disponível em: http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0250-71612013000200007&lng=es&nrm=iso. Acesso em 09 mai. 2024.

FERREIRA, L. M.; FUNARI, P. P. A.. **Arqueologia como prática política**. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 4, n. 1, p. 9–12, jan. 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1981-81222009000100002>. Acesso em: 25 de mar. 2024.

FERREIRA, Lúcio Menezes. **Sob fogo cruzado: arqueologia comunitária e patrimônio cultural**. Revista Arqueologia Pública, Campinas, SP, v. 3, n. 1[3], p. 81–92, 2015. DOI: 10.20396/rap.v3i1.8635804. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8635804>. Acesso em: 28 mar. 2024.

FRANCO, Marielle, FRANCISCO, Mônica, TAVARES, Rossana. **Nossos corpos, nossa cor, nossa cidade: os impactos causados pelas intervenções decorrentes dos grandes projetos de urbanização no Rio de Janeiro**. In: Direito à cidade: uma outra visão de gênero. São Paulo: IBDU, 2017. Disponível em: https://arquitecturasfeministas.home.blog/wp-content/uploads/2020/08/direito-acc80-cidade_outra-visacc83o-genero.pdf. Acesso em: 23 jun. 2024.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. **A Arqueologia Pública na América Latina e seu contexto mundial**. Fronteiras: Revista de História, Campo Grande, MS, 6(11): 87-96, jan./jun. 2002. Disponível em <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/view/13451/6875>. Acesso em: 26 de mar. de 2024.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. **Arqueologia no Brasil e no mundo: origens, problemáticas e tendências**. Ciência e Cultura, v. 65, n. 2, p. 23-25, 2013. Disponível em http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252013000200010. Acesso em: 26 de mar. de 2024.

FUNARI, P. P. A; BEZERRA, M. **Arqueologia Pública na América Latina**. In: MACHADO, G; SOUZA. F. C. A; STEINBACH, J. (Orgs). Educação Patrimonial e

Arqueologia Pública. Joinville: Casa Aberta Editora, p. 75-100, 2013. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revmae/article/download/109276/107774/>. Acesso em: 26 de mar. 2024.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. 1 (vídeo 2hrs 44min 31seg). **Lançamento do Museu Virtual da Boa Esperança | Reconexão Periferias**. Publicado pelo canal Fundação Perseu Abramo. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/live/DickkRXZ20o?>. Acesso em: 28 mai. 2024.

GEEPP - Grupo de Estudos e Extensão Pedagogias para o Patrimônio. **Encontro de Saberes: Pedagogias para os Patrimônios**. 2023.

GLASS, R. **London: aspects off Chang. London, Centre for Urbana Studies/ MacGibbon; Ler, 1964**. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=ptBR&lr=&id=EZDcAAAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA19&dq=info:UXkoJjfnf88J:scholar.google.com/&ots=mXrv5ylf1&sig=IWBRMNguNJointu80wHU7YWTLUc#v=onepage&q&f=false>. Acesso em 19/01/2021.

GNECCO, Cristóbal; SCHMIDT DIAS, Adriana. **Sobre Arqueologia de Contrato**. Revista de Arqueologia, [S. l.], v. 28, n. 2, p. 03–19, 2015. Disponível em: <https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/425>. Acesso em: 01 abr. 2024.

GOMES, Jaqueline; COSTA E SANTOS, Rafael Barbi; DA COSTA, Bernardo Locale Silva. **Arqueologia Comunitária na Reserva do Amanã: História, Alteridade e Patrimônio Arqueológico**. Amazonica - Revista de Antropologia, [S.l.], v. 6, n. 2, p. 385-417, out. 2014. ISSN 2176-0675. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18542/amazonica.v6i2.1874>. Acesso em: 28 de mar. de 2024.

G1. **Prefeitura de Teresina adia remoção de 1.800 famílias da Av. Boa Esperança**. 2015. Disponível em: <https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2015/03/prefeitura-de-teresina-adia-remocao-de-1800-familias-da-av-boa-esperanca.html>. Acesso em: 23 abr. 2024.

HACKWORTH, J.. **The Neoliberal City: Governance, Ideology, and Development in American Urbanism**. Londres: Cornell University Press. 2007.

HERCULANO, Selene. **O clamor por justiça ambiental e contra o racismo ambiental**. **Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente**. V. 3, n. 1, p. 1-2-, Artigo 2, jan./ abril de 2008. Disponível em: <https://www3.sp.senac.br/hotsites/blogs/InterfacEHS/wp-content/uploads/2013/07/art-2-2008-6.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2024.

HODDER, Ian. **Interpretación en Arqueología: corrientes actuales**. Traducción de María José Aubet. Barcelona: Crítica. 1994. Disponível em: Acesso em: 26 de mar. de 2024.

JOPELA, Albino. **Custódia tradicional do património cultural imóvel**. In: Jopela, A. (Coord.) Manual de Conservação do Património Cultural Imóvel em Moçambique: 54-59. 2012. Maputo: Ministério da Cultura-Direção Nacional do Património Cultural.

LANGER. Johnni. **As Origens da Arqueologia Clássica**. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo. Pp. 95-110. 1999. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/revmae/issue/view/8302/545>. Acesso em: 25 de mar. de 2024.

LAURIANO, William. **GENTRIFICAÇÃO: Estratégias de enobrecimento do solo urbano. Dos tijolos de barro no subúrbio paulistano aos blocos de Brasília.** Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revmae/article/download/109276/107774/> Acesso em: 15 nov. 2020.

LAPLANTINE, François. **Aprender antropologia.** São Paulo: Brasiliense, 1988. 205p. Disponível em: https://www.academia.edu/36726155/LAPLANTINE_Fran%C3%A7ois_Aprender_Antropologia. Acesso em: 26 de mar. de 2024.

LEÃO JÚNIOR, F. P. DE S.; BRITO, C. DE S.. **O mercado habitacional e o processo de gentrificação em cidades latino-americanas:** um estudo exploratório no bairro de Boa Viagem, Recife-PE. *Revista Brasileira de Gestão Urbana*, v. 10, p. 68–81, nov. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-3369.010.SUPL1.AO13>. Acesso em: 20 mai. 2024.

LEITE, R. P. **A exaustão das cidades: Antienobrecimento e intervenções urbanas em cidades brasileiras e portuguesas.** *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 25, n. 72, fev., 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092010000100006&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em 10 nov. 2020.

LEITNER, H., PECK, J. e SHEPPARD, E. . **Contesting neoliberalism: urban frontiers.** Guilford Press, Nova York. (Eds.) 2007. Disponível em: https://www.academia.edu/29363298/Contesting_Neoliberalism_Urban_Frontiers_Edited_by_H_LEITNER_J_PECK_and_E_S_SHEPPARD. Acesso em: 12 abr. 2024.

LERSCH, Teresa Morales; OCAMPO, Cuauhtémoc Camarena. **O conceito de museu comunitário: história vivida ou memória para transformar a história?** Kansas City: Conferencia Nacional de la Asociación Nacional de Artes y Cultura Latinas, 2004. (Tradução: OM Priosti – Maio de 2008). Disponível em: <https://bibliotextos.files.wordpress.com/2011/12/o-conceito-de-museu-comunitario.pdf>. Acesso em: 28 mai. 2024.

LIMA, A. N. V. **O direito à cidade e as zonas de interesse social: um olhar sobre o município de Salvador.** XV Encontro Nacional da ANPUR, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: http://www.lexeditora.com.br/doutrina_24061427_O_DIREITO_A_CIDADE_E_AS_ZONAS_ESPECIAIS_DE_INTERESSE_SOCIAL_UM_OLHAR SOBRE_O_MUNICIPIO_DO_SALVADOR.aspx Acesso em: 10 nov. 2021.

LIMA, Tania Andrade. **A Arqueologia na construção da identidade nacional: uma disciplina no fio da Navalha.** *Canindé, Xingó*, n. 10, p. 11-24, dez. 2007. Disponível em https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/9538/2/Caninde_9.pdf#page=11. Acesso em: 26 de mar. De 2024.

LUNETAS. **Lagoas do Norte: apagamento dos espaços de convívio e do brincar.** 2021. Disponível em: <https://lunetas.com.br/lagoas-do-norte-teresina/>. Acesso em: 02 mai. 2024.

MACHADO, Juliana Salles. História(s) indígena(s) e a prática arqueológica colaborativa. **Revista de Arqueologia**, [S. l.], v. 26, n. 1, p. 72–85, 2013. DOI: 10.24885/sab.v26i1.369. Disponível em: <https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/369>. Acesso em: 23 jul. 2024.

MENDES, L. **A cidade pós-moderna, gentrificação e a produção social do espaço fragmentado**. Cadê. Metrop., São Paulo, v. 13, n. 26, p. 473-495, jul/dez 2011. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/14765> Acesso em: 08 jan. 2021.

MENDES, L. F. G.. **As novas fronteiras da gentrificação na teoria urbana crítica**. Revista Cidades, 12(20), 207-252. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.36661/2448-1092.2015v12n20.11961>. Acesso em: 09 abr. 2024.

MENDONÇA, Rosiane Limaverde Vilar. **Arqueologia social inclusiva: a Fundação Casa Grande e a gestão do patrimônio cultural da Chapada do Araripe**. Coimbra: [s.n.], 2015. Tese de doutorado. Disponível em <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/28110>. Acesso em: 16 jul. 2024.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e ética**. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação - PENESB, 3. Rio de Janeiro. 2003. Disponível em: https://www.geledes.org.br/kabengele-munanga-uma-abordagem-conceitual-das-nocoes-de-raca-racismo-identidade-e-etnia/?amp=1&gad_source=1&gclid=Cj0KCQjw6auyBhDzARIsALIo6v8t0QA0FjLGm8g8d3vFMtCL3sk3TPzWO0sOaoiLuZkeHvoRqSD9MQkaAs13EALw_wcB. Acesso em: 29 abr. 2024.

MUSEU DA BOA ESPERANÇA. **Quem somos**. 2021. Disponível em: <https://www.museudaboaesperanca.org/sobre>. Acesso em: 29 mai. de 2024.

_____. **[Re] Existência**. Disponível em <https://www.museudaboaesperanca.org/>. Acesso em: 29 mai. 2024.

OCORRE DIÁRIO. **Centro de Defesa Ferreira de Sousa entra na Rede de Assessoria Técnica Popular do Nordeste**. 2020. Disponível em <https://ocorrediarario.com/centro-de-defesa-ferreira-de-sousa-entra-na-rede-de-assessoria-tecnica-popular-do-nordeste/>. Acesso em: 27 mai. 2024.

OCORRE DIÁRIO. **Engula seu bolo: povo reage aos despejos da prefeitura no aniversário de Teresina**. 2019. Disponível em: <https://ocorrediarario.com/engula-seu-bolo-povo-reage-aos-despejos-da-prefeitura-no-aniversario-de-teresina/>. Acesso em: 23 abr. 2024.

OCORRE DIÁRIO. **Após ampla mobilização popular, justiça concede reintegração de posse à Seu Raimundo pela segunda vez**. 2021. Disponível em: <https://ocorrediarario.com/apos-ampla-mobilizacao-popular-justica-concede-reintegracao-de-posse-a-seu-raimundo-pela-segunda-vez/>. Acesso em: 23 abr. 2024.

OLIVEIRA, Daiana Felix de; MONTEIRO, L. V. G.. **Ecodesenvolvimento: uma abordagem sob o contributo de Ignacy Sachs**. In: CONPEDI; UFMG; FUMEC; DOM HELDER CÂMARA. (Org.). Ecodesenvolvimento: uma abordagem sob o contributo de Ignacy Sachs. 25 ed. Florianópolis: CONPEDI, 2015, v., p. 89-108. Disponível em:

<http://dx.doi.org/10.26668/IndexLawJournals/2526-0057/2015.v1i1.939>. Acesso em: 26 abr. 2024.

PACHECO, Tania; FAUSTINO, Cristiane. **A Iniludível e Desumana Prevalência do Racismo Ambiental nos Conflitos do Mapa**. In: PORTO, Marcelo Firpo; PACHECO, Tânia; LEROY, Jean Pierre. (orgs.). *Injustiça Ambiental e Saúde No Brasil: O Mapa de Conflitos* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, p. 73-114, 2013. JSTOR. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/10.7476/9788575415764.6>. Acesso em: 27 abr. 2024.

PEREIRA, Lucas Coelho. **Os reis do quiabo: meio ambiente, intervenções urbanísticas e constituição do lugar entre vazanteiros do médio Parnaíba em Teresina-Piauí**. 2017. 208 f., il. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) — Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.26512/2017.03.D.23358>. Acesso em: 24 mai. 2024.

PEZZODIPANE, Rosane Vieira. **Pós-colonial: a ruptura com a história única**. *Simbiótica. Revista Eletrônica*, [S. l.], v. 1, n. 3, 2013. DOI: 10.47456/simbitica.v1i3.5494. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/simbiotica/article/view/5494>. Acesso em: 07 mar. 2019.

PMT – Prefeitura Municipal de Teresina. Secretária Municipal de Planejamento. **Programa Lagoas do Norte**. Teresina: relatório de avaliação ambiental, Semplan, 2007. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/zh/583721468021292553/pdf/E16180v20RAA04final053Mar306072.pdf>. Acesso em: 02 mai. 2024.

PMT – Prefeitura do Município de Teresina. Secretaria Municipal de Planejamento. **Programa Lagoas do Norte**. Teresina: relatório de avaliação ambiental e social, Semplan, 2014. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/341981468226149739/pdf/RP17040RP0P1460t0Instrument0P146870.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2024.

_____. **Plano Diretor Ciclovitário Integrado de Teresina, PI**. 2015. Disponível em: <https://bicycleinfrastructuremanuals.com/manuals6/Prefeitura-de-Teresina-Plano-Diretor-Ciclovitario-Integrado-2015.pdf>. Acesso em: 02 mai. 2024.

_____. **Programa Lagoas do Norte – Plano de Controle Ambiental**, 2017. Disponível em: http://semplan.teresina.pi.gov.br/wp-content/uploads/sites/39/2018/06/RL-13017-EMD-REQ-PCA-009_2-Prioridade-9_SJ-MAZ-REV.pdf. Acesso em: 03 mai. 2024.

_____. **Projeto Vida Rios vai investir R\$ 37 milhões na revitalização das margens dos rios em Teresina**. 2022. Disponível em: <https://pmt.pi.gov.br/tag/projeto-vida-rios/>. Acesso em: 07 mai. 2024.

PROJETO MULHERES NOS TERREIROS DA ESPERANÇA. 1 (vídeo 15min 20seg). **Religando Vivências**. Maria Lúcia e Mãe Alice. Depoimento [Julho de 2017]. Publicado pelo canal Projeto Mulheres nos Terreiros da Esperança. 2017. Disponível em <https://youtu.be/kjEU0OnjlgY>. Acesso em: 30 mai. 2024.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. IN: *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas*. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, p. 117-142, 2005, Ciudad Autónoma de

Buenos Aires, Argentina. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em: 26 de mar. de 2024.

RBJA - **REDE BRASILEIRA DE JUSTIÇA AMBIENTAL**. Disponível em: <https://antigo.mma.gov.br/agenda-ambiental-urbana/%C3%A1reas-verdes-urbanas/item/8077-manifesto-de-lan%C3%A7amento-da-rede-brasileira-de-justi%C3%A7a-ambiental.html>. Acesso em: 25 abr. 2024.

RIBEIRO, C. F. **Intervenção do Estado e (re)estruturação urbana: Um estudo sobre gentrificação**. Cadê. Metrop., São Paulo, v. 16, n.32, p. 341-363, nov 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2236-99962014000200341&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em 08 jan. 2021.

RHEIN, J. S. **Para quem são estruturadas as cidades? Reflexões sobre o impacto do urbanismo neoliberal na materialização do direito à cidade**. O Público e o Privado, Fortaleza, v. 20, n. 43 set./ dez. 2023. DOI: 10.52521/20.7705. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/opublicoeoprivado/article/view/7705>. Acesso em: 03 mai. 2024.

RODRIGUES NETO, Edmundo Ximenes; LIMA, Antônia Jesuita de. **GRANDES PROJETOS URBANÍSTICOS E PADRÃO DE GOVERNANÇA: Programa Lagoas do Norte em Teresina – Piauí**. *Revista de Políticas Públicas*, v. 23, n. 2, p. 807–828, 23 Dez 2019 Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/13092>. Acesso em: 10 jul 2024.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. São Paulo: Boitempo. 2019. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/002931455>. Acesso em: 30 abr. 2024.

RUÍBAL, A. G. **Havia otra arqueologia: diez propuestas**. Complutum, v. 23 (2), p. 103-116, 2012. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revmae/article/download/109276/107774/>. Acesso em: 26 de mar. de 2024.

SANTOS, A. DA R.. **Revitalização para quem? Política urbana e gentrificação no Centro de Santos**. Cadernos MetrÓpole, v. 16, n. 32, p. 587–607, nov. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2014-3213>. Acesso em: 12 abr. 2024.

SANTOS, Sarah Fontenelle. **Comunicação popular e insurgente da Boa Esperança: entre território, memória e histórias de vida em "Lagoas do norte para quem?"**. Orientadora: Dra. Maria Ângela Pavan. 2023. 264f. Tese (Doutorado em Estudos da Mídia) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/55369>. Acesso em: 23 abr. 2024.

SANTOS, Sarah Fontenelle; SANTOS, Carmen K. da Silva. **Mulheres nos Terreiros da Esperança: Resistência nos Territórios e a comunicação em dialogicidade**. In: V Encontro Internacional de Literaturas, Histórias e Culturas Afrobrasileiras e Africanas: narrativas e cidadania, 2017, Teresina. Anais do V Encontro Internacional de Literaturas, Histórias e

Culturas Afrobrasileiras e Africanas: narrativas e cidadania. Teresina: Universidade Estadual do Piauí, 2017. v. 1. Disponível em:
<https://nepa.uespi.br/africabrasil/2017/upload/anais/MTE0.pdf?011259>. Acesso em: 03 jun. 2024.

SILVA, Fabíola. A. **Arqueologia e Etnoarqueologia na Aldeia Lalima e na Terra Indígena Kaiabi: reflexões sobre arqueologia comunitária e Gestão do Patrimônio Arqueológico**. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, 19: 205-219. 2009. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/revmae/article/view/89884/92675>. Acesso em: 28 de mar. de 2024.

SILVA, Fabíola; BESPALAZ, Eduardo; STUCHI, F. F. **Arqueologia Colaborativa na Amazônia: Terra indígena Kuatinemu, Rio Xingu, Pará**. Amazônica: Revista de Antropologia, v. 3, p. 32-59, 2011. Disponível em:
<https://periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/article/view/629/864>. Acesso em: 23 jul. 2024.

SILVA, Cecília Regina Reis; LÚZIO, Jorge. **Educação e pesquisa na desconstrução do racismo no Brasil: desafios, resistências e avanços**. In: LIMA, Emanuel Fonseca. et al. (org.) Ensaios sobre racismos: pensamento de fronteira. São Paulo: Balão, 2019. P. 25-32. Disponível em:
https://www.academia.edu/49400060/L%C3%A9LIO_Jorge_SILVA_C%C3%A9lia_Educa%C3%A7%C3%A3o_e_Pesquisa_na_desconstru%C3%A7%C3%A3o_do_racismo_no_Brasil_desafios_resist%C3%Aancias_e_avan%C3%A7os. Acesso em: 12 mai. 2024.

SILVA, Lays Helena Paes e. **Ambiente e justiça: sobre a utilidade do conceito de racismo ambiental no contexto brasileiro**. E-cadernos SES. 2012. Disponível em:
<https://www.ces.uc.pt/e-cadernos/media/ecadernos17/04.LaysSilva.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2024.

SILVA, Lima Amin Lima da; MORAES, Oriel Rodrigues de. **Racismo Ambiental, Colonialismos e Necropolítica: direitos territoriais quilombolas subjogados do Brasil**. In: Lima, Emanuel Fonseca. et al. (org.). Ensaios sobre racismos: pensamento de fronteira. São Paulo: Balão, 2019. p. 33-49. Disponível em:
https://www.academia.edu/39904261/Racismo_ambiental_colonialismos_e_necropoli_tica_di_reitos_territoriais_quilombolas_subjogados_no_Brasil. Acesso em: 10 mai. 2024.

SILVEIRA, Carlos Eduardo Ribeiro. **Processos de gentrificação: A (re)organização espacial das cidades**. A construção de territórios e a questão do espaço como um sistema informacional. VII ENANCIB – Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. Salvador, 2007. Disponível em:
<http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/handle/123456789/854?show=full>
 Acesso em 06 jan. 2021.

SMITH, N. **A gentrificação generalizada de uma anomalia local à “regeneração” urbana como estratégia urbana global**. In: De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos. São Paulo: Annablume, p. 59-58, 2006. Disponível em:
<https://books.google.com.br/books?hl=ptBR&lr=&id=3H5bhgirfvcC&oi=fnd&pg=PA59&dq>

=info:Pg96misc47gJ:scholar.google.com/&ots=aBxrA4bYLz&sig=GMbAiKS1nC_bnZUXcDIML2i5zrI#v=onepage&q&f=fale. Acesso em: 07 jan. 2021.

SOUZA, A. M. G.. **Urbanismo neoliberal, gestão corporativa e o direito à cidade:** impactos e tensões recentes nas cidades brasileiras. *Cadernos Metrópole*, v. 20, n. 41, p. 245–265, jan. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2018-4112>. Acesso em: 12 abr. 2024.

SOUSA, N. J. S. **Por dentro do teatro do boi: etnografia dos públicos da cultura no complexo cultural Tatto do Boi em Teresina (PI)**. Disserta o. Programa de Pós-Gradua o em Antropologia. Teresina: Universidade Federal do Piauí, 2017. Disponível em: <https://www.museudaboaesperanca.org/exposi%C3%A7%C3%B5es>. Acesso em: 02 mai. 2024.

THEODORE, N.; PECK, J.; BRENNER, N.. **Urbanismo neoliberal: la ciudad y el imperio de los mercados**. *Temas Sociales*. Santiago de Chile, n. 66, pp. 1-11. 2009. Disponível em: http://barcelonacomuns.pbworks.com/w/file/64059073/2009_Urbanismo_neoliberal_brenner-peck-.pdf. Acesso em: 12 abr. 2024.

TRIGGER, Bruce G. **História do pensamento arqueológico** / Bruce G. Trigger: Ordep Trindade Serra; [revisao tecnica Lucas de Melo Bueno, Juliana Machado J. Sao Paulo: Odysseus Editora, 2004. Disponível em: Acesso em: 26 de mar. de 2024.

UNESCO. **Conven o da Unesco para a Salvaguarda do Patrim nio Cultural Imaterial**. 2003. Disponível em: Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000132540_por. Acesso em: 26 abr. 2024.

VAINER, C.. **Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano**. In O. Arantes et al. (Orgs.), *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. (pp. 64-92). São Paulo: Vozes. 2000. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3870371/mod_resource/content/1/Vainer%20%20cidade%20mercadoria.pdf. Acesso em: 09 de mai. 2024.

VARÃO, Lorena Lima Moura; REGO, Natasha Karenina de Sousa. **Impactos do Programa Lagoas do Norte na Av. Boa Esperança em Teresina-PI**. XXVI Encontro Nacional do CONPEDI. Brasília: 2017. Disponível em: <http://site.conpedi.org.br/publicacoes/roj0xn13/6k7c741a/43iLw1nB81gY633G.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2024.

VARGAS, Irene. **La Arqueol ga Social: un paradigma alternativo al angloamericano**. *Revista de História da Arte e Arqueologia*, 8: 73-78. 2006. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/rhac/article/view/15628/10428>. Acesso em: 27 de mar. de 2024.

VIANA, N. **Capitalismo e destrui o ambiental**. *Ateliê Geográfico, Goiânia*, v. 10, n. 3, p. 179–192, 2017. DOI: 10.5216/ag.v10i3.44854. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/atelie/article/view/44854>. Acesso em: 26 abr. 2024.

ZANOTELLI, Claudio Luiz. **A cidade neoliberal o Brasil de uma perspectiva foucaultiana**. *GEOUSP Espaço e Tempo (Online)*, São Paulo, Brasil, v. 25, n. 3, p. 65–82,

2021. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geosp.2021.172194. Disponível em:
<https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/172194..> Acesso em: 12 abr. 2024.